



Rafael Rangel de Figueiredo

**HISTÓRIA LOCAL EM SALA DE AULA: (RE)
CONTANDO A HISTÓRIA DE PARAÍBA DO SUL-RJ**

**Rio de Janeiro
Julho de 2022**



Rafael Rangel de Figueiredo

**HISTÓRIA LOCAL EM SALA DE AULA: (RE)
CONTANDO A HISTÓRIA DE PARAÍBA DO SUL-RJ**

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ensino de História pelo Programa de Pós-graduação *strictu sensu* em Ensino de História, ProfHistória, Departamento de História da PUC-Rio.

Orientador: Prof. Dr. Maurício Alvarez Barreto
Parada

**Rio de Janeiro
Julho de 2022**



Rafael Rangel de Figueiredo

**HISTÓRIA LOCAL EM SALA DE AULA:
(RE) CONTANDO A HISTÓRIA DE
PARAÍBA DO SUL-RJ**

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ensino de História pelo Programa de Pós-graduação *strictu sensu* em Ensino de História, ProfHistória, Departamento de História da PUC-Rio.

Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo:

Prof. Dr. Maurício Alvarez Barreto Parada

Orientador

Departamento de História – PUC-Rio

Prof. Dra. Juçara da Silva Barbosa de Mello

Departamento de História – PUC-Rio

Prof. Dr. Rui Aniceto Nascimento Fernandes

UERJ

Rio de Janeiro, 15 de julho de 2022

Todos os direitos reservados. A reprodução, total ou parcial, do trabalho é proibida sem autorização da universidade, da autora e do orientador.

Rafael Rangel de Figueiredo

Graduou-se em História pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO, em 2013. Graduou-se em Direito pela Universidade Católica de Petrópolis – UCP, em 2013. Graduou-se em Geografia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, em 2022. Professor das disciplinas História, Filosofia, Sociologia e Geografia no Colégio Santa Clara de Três Rios e Colégio dos Santos Anjos – Unidade Vassouras.

Ficha Catalográfica

Figueiredo, Rafael Rangel de

História local em sala de aula : (re)contando a história de Paraíba do Sul-RJ / Rafael Rangel de Figueiredo ; orientador: Maurício Alvarez Barreto Parada. – 2022.
153 f. ; 30 cm

Dissertação (mestrado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de História, 2022.

Inclui bibliografia

1. História – Teses. 2. Ensino de história. 3. História local. 4. Paraíba do Sul-RJ. I. Parada, Maurício Alvarez Barreto. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de História. III. Título.

CDD: 900

Dedico esse trabalho aos meus avós, Francisco Rangel de Christo e Sebastiana da Silva Christo por terem constituído tão linda família, da qual com orgulho, faço parte.

Agradecimento

Primeiramente agradeço a Deus pela oportunidade de estar fazendo esse curso por tanto tempo desejado, na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, instituição onde sempre tive o sonho de estudar, bem como àqueles que intercederam por mim nos momentos de maiores dificuldades, São José e Nossa Senhora de Fátima.

A minha mãe, mulher de muita fibra e determinação. Me ensinou a nunca reclamar, lutar até o final e não desistir dos meus sonhos. Meu grande orgulho! Outra grande mulher que devo render homenagens é minha esposa, Sara, que sempre me incentivou a estudar e apoiou nos momentos turbulentos dessa grande jornada.

Ao meu pai, irmão, sobrinhos, tios, primos, afilhados, padrasto, madrasta, sogro e cunhados. Tantas vezes me fiz ausente em decorrência dessa vida assoberbada de compromissos, quer de serviço, quer de estudos.

Pelos amigos que tenho, e aqui cabe lembrar daqueles que já se encontram na Glória Celeste. Vocês são a família que escolhemos amar e cada um de vocês tem um espaço nessa conquista.

Eternamente serei grato àqueles que contribuíram para minha formação, meus professores. Da educação básica, um carinho especial por aquela de despertou em mim amor pela História, Dona Simone Salgueiro. Na graduação, o respeito pela sabedoria do professor Giancarlo Sandri e, por fim, na pós-graduação por aquela que me acolheu com um belo sorriso e sempre se mostrou solícita às minhas demandas, a professora Juçara da Silva Barbosa de Mello. Um ser humano repleto de luz. Também na pós-graduação, não poderia deixar de agradecer ao meu orientador, professor Maurício Barreto Alvarez Parada, pelo estímulo, compreensão e por ter aceitado o desafio de comigo trabalhar em uma linha diversa de suas pesquisas habituais. Agradeço também a todo o corpo funcional da PUC-Rio.

Aos amigos professores, que sempre me incentivaram, e a equipe das escolas onde trabalho, Colégio Santa Clara de Três Rios e, mais recentemente e não menos importante, Colégio dos Santos Anjos de Vassouras, que buscaram contribuir sempre com minhas necessidades. Aos amigos que deixei na primeira

escola que trabalhei, quando comecei esse curso, e que hoje não mais faço parte, minha gratidão à Escola Nossa Senhora da Aparecida de Três Rios.

Por fim, mas não menos importante, meu mais sincero agradecimento aos meus alunos, que desde o primeiro momento, quando passei no processo seletivo, vibraram por terem seu primeiro professor fazendo um curso de pós-graduação stricto sensu. Obrigado pelo incentivo, pelo carinho. Sem vocês, nada disso faria sentido.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Resumo

Figueiredo, Rafael Rangel de; Parada, Maurício Alvarez Barreto. **História Local em sala de aula: (Re) contando a História de Paraíba do Sul-RJ.** Rio de Janeiro, 2022. 153p. Dissertação de Mestrado – Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Essa dissertação se propõe a discutir o ensino de História Local em Paraíba do Sul-RJ, situada na região Centro-Sul Fluminense, nas aulas de História do segundo segmento do Ensino Fundamental. Para isso, fora realizada uma caracterização da cidade, levando em consideração fatores como os socioeconômicos atuais e um breve levantamento da História da cidade, objeto a ser trabalhado em sala de aula como instrumento de formação de consciência histórica, capaz de despertar no discente um processo crítico-reflexivo da realidade na qual se encontra inserido e que dele faz parte, de maneira a contribuir para construção das identidades desses jovens e de sua cidadania. O local, além de estratégia, também é abordado como instrumento de compreensão das raízes de cada um, da formação de uma memória coletiva, de modo que compreenda suas dinâmicas, bem como suas expressões culturais e o sentimento de pertencimento. Para compreender como a temática é tratada pela Rede Municipal de Paraíba do Sul, foram feitos levantamento e análise das legislações municipais sobre seu ensino e materiais utilizados, bem como a análise de instrumentos que buscam preservar a História, memória e cultura locais. Diante de todo o material analisado e conectado as habilidades e competências preconizadas pela Base Nacional Comum Curricular, como produto dessa pesquisa, desenvolveu-se uma caixa de história para os alunos do oitavo ano do Ensino Fundamental, que possibilita um ensino mais significativo da disciplina, através da análise e interpretação de fontes diversificadas sobre o local, que, por intermédio da cientificidade historiográfica, permitirá produzir narrativas que contribuam para a formação das identidades individuais e sul-paraibana. Foi ainda preparado, como parte integrante da caixa, material de apoio para professores, tanto para o desenvolvimento de suas propostas, quanto para montagem de suas aulas, contribuindo em parte para a disponibilização de materiais relativos a História de Paraíba do Sul.

Palavras-chave

Ensino de História; História Local; Paraíba do Sul-RJ.

Abstract

Figueiredo, Rafael Rangel de; Parada, Maurício Alvarez Barreto (advisor). **Local History in the Classroom: (Re)telling the History of Paraíba do Sul-RJ**. Rio de Janeiro, 2022. 153p. Dissertação de Mestrado – Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

This dissertation proposes to discuss the teaching of Local History in Paraíba do Sul-RJ, located in the Center-South Fluminense region, in History classes of the second segment of Elementary School. For this, a characterization of the city was carried out, taking into account factors such as current socioeconomic factors and a brief survey of the History of the city, an object to be worked on in the classroom as an instrument for the formation of historical awareness, capable of awakening in the student a process critical-reflective of the reality in which it is inserted and which it is part of, to contribute to the construction of the identities of these young people and their citizenship. The place, in addition to strategy, is also approached as an instrument for understanding the roots of each one, for the formation of collective memory, so that it understands its dynamics, as well as its cultural expressions and the feeling of belonging. To understand how the theme is treated by the Municipal Network of Paraíba do Sul, a survey and analysis of municipal legislation on its teaching and materials used were carried out, as well as the analysis of instruments that seek to preserve local history, memory, and culture. Because of all the material analyzed and connected to the skills and competencies recommended by the National Common Curricular Base, as a product of this research, a History box was developed for students in the eighth year of Elementary School, which allows for more meaningful teaching of the discipline, through the analysis and interpretation of diversified sources about the place, which, through historiographical scientificity, will allow the production of narratives that contribute to the formation of individual and South Paraíba identities. As an integral part of the box, support material was also prepared for teachers, both for the development of their proposals and for the assembly of their classes, contributing in part to the availability of materials related to the History of Paraíba do Sul.

Keywords

Teaching History, Local History, Paraíba do Sul-RJ.

Sumário

1. Introdução.....	12
2. Paraíba do Sul: uma cidade em busca de identidade	22
2.1. Parahyba do Sul: uma cidade que nasceu para abrir caminhos?	31
2.2. Desafios para a escrita de uma História Local	53
3. Ensino de História e História Local.....	57
3.1. Ensino de História no Brasil.....	58
3.2. Ensino de História Local	66
3.3. Problematizando o ensino da História de Paraíba do Sul	69
3.4. Caixa de História: instrumento para ensino de História Local	78
3.4.1 Caixa de História: instrumento para ensino de História Local	82
4. Considerações Finais	91
5. Referência Bibliográfica.....	95
Apêndice.....	99

1. Introdução

O presente trabalho constitui análise do Ensino de História Local em Paraíba do Sul – RJ, cidade localizada na região centro-sul do estado, organizando propostas de atividades didáticas para serem desenvolvidas junto aos alunos do oitavo ano do Ensino Fundamental e material de apoio para professores que contemplem essa disciplina, tendo sido respeitados os critérios teórico-metodológicos, em especial as transformações no espaço urbano ocorridas no município, que fica, a partir da riqueza gerada pelo café no século XIX.

O material, denominado Baú do Arnaud, é um instrumento pedagógico que possibilita percepção da localidade no contexto da História do Brasil, como parte dela integrante, abordando o impacto econômico dessa cultura, tanto no país quanto no município, e as transformações no espaço urbano ocorridas graças a prosperidade por ela gerada, que podem ser percebidas até os dias de hoje.

Temática presente nos manuais de História dos Ensinos Fundamental e Médio, a compreensão de processos econômicos é fundamental para entendimento da própria sociedade, e por isso encontra-se presente no processo de formação crítica das identidades brasileiras. Segundo Catroga,

A formação do eu será, assim, inseparável da maneira como cada um se relaciona com os valores da(s) sociedades(s) e grupo(s) em que se situa e do modo como, à luz do seu passado, organiza o seu percurso como projecto (...). Na linguagem de Halbwachs, significa isto que a personalidade se forma sempre dentro de “quadros sociais de memória”, pano de fundo que, todavia, consente tanto a apropriação mais personalizada do herdado como as suas reinterpretações. (CATROGA, 2015, p. 16)

Essa é a visão estabelecida nos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino de História, que busca a formação de identidades individuais e coletivas, a partir do trato da História Local. Entretanto, os professores do município em questão, quer da Rede Pública ou Privada, encontram grande dificuldade para tratar de uma temática completamente entrelaçada ao macro, uma vez que não há material didático ou de apoio que possa amparar a prática docente, tampouco servir de subsídio para esses mesmos professores na elaboração de seus próprios materiais ou aulas.

A cidade buscou, na década de 1990 sistematizar sua própria história. Foi realizado o I Fórum de História de Paraíba do Sul, com chamada para publicação de trabalhos relativos a História da cidade e a criação de um Instituto Histórico e Geográfico, que dentre outras funções, deveria reunir fontes e buscar promover essa escrita. Entretanto, não foi o que se verificou.

Prova disso é uma simples busca na biblioteca municipal de um exemplar qualquer que discorra sobre a História da cidade. Ela dispõe, em seu acervo, de dois livros que tratam da temática local. O primeiro, de autoria de Denis de Abreu Oliveira, traça um inventário de parte do patrimônio da cidade. A outra, cujo exemplar fora emprestado e não devolvido há cerca de dois anos, de autoria de Pedro Gomes da Silva, traça uma narrativa da história da cidade. As duas obras, embora estejam revestidas de valor memorialístico e de registro de dados e informações importantes acerca do lugar, não foram concebidas a partir do rigor teórico-metodológico exigidos para um trabalho histórico.

Evidentemente que esse escopo não estava no horizonte de nenhum dos dois autores citados acima, o que os isenta de qualquer julgamento. De todo modo, permanece em Paraíba do Sul a ausência de uma História da cidade comprometida com os rigores acadêmicos, falha que se buscou começar a corrigir por meio desse trabalho e de seu produto.

Para além de tudo, o que se observa, no cotidiano escolar, é que a temática da História Local não é abordada nas salas de aula, nem como recurso didático para compreensão do macro, tampouco de valorização dos conhecimentos, tradições e cultura local, o que referencia a construção das identidades individuais e a de seus grupos de pertencimento.

Essas identidades estão relacionadas à memória, que permite o estabelecimento de vínculos entre as gerações. Todavia, os memorialistas da cidade, em razão de avançada idade, estão morrendo e, conjuntamente, a História do município, já que ela não se faz preservar. Por isso, necessário se faz sua sistematização e escrita, bem como a promoção, o levantamento e análise das fontes existentes disponíveis, tornando-se, assim, o estudo de História Local cada vez mais importante.

Com a redemocratização, em 1985, o ensino de História retoma seu espaço acadêmico e escolar, passando a exercer sua autonomia crítica, colocando-se a

serviço da sociedade, conforme sua metodologia e objetivos próprios, de modo a imprimir sua autonomia diante dos Estudos Sociais, contemplados até então. Segundo Fonseca (2001, p. 91) a disciplina busca meios de “preparação dos cidadãos para uma sociedade democrática” o tornando sujeito ativo, capaz de compreender, refletir criticamente sobre uma situação posta e transformar a realidade na qual se encontra inserido.

Abrem-se espaços aos anônimos, ou melhor, é estabelecida uma realidade de pluralidade de sujeitos. Outras tendências passam a influenciar a produção historiográfica, antes monopolizada por um viés europeu. Segundo Mathias,

o ensino de história angariou a tarefa de capacitar o aluno a questionar sua própria historicidade e refletir sobre a natureza histórica do mundo, noutros termos, torná-lo crítico. O conhecimento prévio do aluno assumiria, então, importância crucial – referência seja feita à proposta de Jörn Rüsen. Apto a pensar a história e não apenas decorar nomes e datas, o aluno deveria, pois, defender suas ideias e, mais importante, deter a habilidade de modificá-las quando pertinente. No transcurso de volver o aluno à sua condição de sujeito histórico, urgia torná-lo capaz de compreender como se dão os processos de construção dos significados sociais. (MATHIAS, 2011, p. 47)

Além disso, surge também na década de 1980 uma busca por romper com uma narrativa histórica homogeneizante e totalizante, dando espaço ao cotidiano, a memória, a História social e a Micro História. Emerge a História Local, como instrumento de significado para a História Geral estudada, bem como de possibilitar uma reflexão crítica do discente acerca de sua própria realidade, sua percepção enquanto sujeito histórico, de construir sua identidade e produzir suas próprias narrativas.

Surgem, a partir dessa dimensão, desafios para o trabalho histórico que visa à constituição de uma identidade social do estudante, fundada no passado comum do seu grupo de convívio mas articulada à história da população brasileira. (PCN, 1997, p. 26)

Para alcançar tais objetivos e estabelecer diretrizes para seu ensino, os Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN de 1997 estabeleceram que, no primeiro ciclo, os conteúdos devem abordar as diferentes histórias existentes no local de convivência do aluno, em diferentes tempos.

A preocupação com os estudos de história local é a de que os alunos ampliem a

capacidade de observar o seu entorno para a compreensão de relações sociais e econômicas existentes no seu próprio tempo e reconheçam a presença de outros tempos no seu dia-a-dia. (PCN, 1997, p. 40)

Com isso, torna-se fundamental o papel do professor historiador, sendo ele o mediador entre os estudantes, suas questões e a pluralidade de fontes históricas existentes, bem como o domínio no trato científico desses documentos para dotar de cientificidade a produção realizada nesse espaço.

Ao se recuperar esses materiais, que são fontes potenciais para construção de uma história local parcialmente desconhecida, desvalorizada, esquecida ou omitida, o saber histórico escolar desempenha um outro papel na vida local, sem significar que se pretende fazer do aluno um “pequeno historiador” capaz de escrever monografias, mas um observador atento das realidades do seu entorno, capaz de estabelecer relações, comparações e relativizando sua atuação no tempo e espaço. (PCN, 1997, p. 31)

Para tanto, necessário se faz que estejam disponíveis fontes, sendo elas tudo aquilo que pode proporcionar a compreensão do passado e seus desdobramentos, das mais variadas possíveis, para que possam ser utilizadas em conjunto, de maneira complementar e dialógica.

A mais tradicional delas, no contexto da sala de aula, é o próprio livro didático. Entretanto, ela não se esgota em si própria. Fotografias, relatos, edificações, documentos oficiais, religiosos, dentre outros, compõem uma infinidade de fontes que podem ser trabalhadas em sala de aula, levantando perguntas e oferecendo respostas a partir do diálogo estabelecido entre elas, conforme preconiza a Base Nacional Comum Curricular para o ensino de História.

As fontes materiais disponíveis na cidade, pertencentes a memorialistas locais, foram doadas, quando da morte de seus possuidores, àqueles abnegados amantes da história, a saber, fotografias, livros, cartas. No ano de 1992 foi criado o Instituto Histórico e Geográfico da Parahyba do Sul, sociedade civil sem fins lucrativos que tem como função a defesa e a promoção do patrimônio sociocultural e ambiental da cidade de Paraíba do Sul, célula *mater* da região centro-sul fluminense.

Essa organização seria responsável pela reunião de todo acervo documental da cidade, recebendo doações de diversas famílias que dispuseram de suas coleções particulares em prol da coletividade, da comunidade.

A partir do Instituto tornar-se-ia viável a realização de pesquisas, formulação de conceitos, escrita da História e, conseqüentemente, uma leitura do passado, ou ainda, das memórias e esquecimentos em disputa, que poderiam ser utilizados como pesquisa pelos alunos para produção historiográfica. Contudo, o acervo relatado não se encontra disponível para consulta da comunidade científica, já que o IHGPS não possui uma sede, tampouco seu acervo encontra-se reunido em um mesmo local.

Ele está disperso entre os diretores da referida instituição e, para consulta, necessário se faz um verdadeiro trabalho de investigação, de modo a se saber quem são essas pessoas, como se procede contato com cada uma delas, qual parte se encontra com cada um, a disponibilidade em franquear a consulta, enfim.

A problemática do acesso aos documentos escritos não se reduz a questões arquivísticas já que sua posse se trata de um espaço de disputas. Democratizar e universalizar seu acesso, assim, se trata de possibilitar a constituição de identidades, formulação de conceitos, releitura e compreensão de memórias e esquecimentos, fazendo com que se torne possível uma reflexão crítica da realidade.

Essa dificuldade de acesso também foi relatada pela professora Isabela Torres de Castro Innocencio, em sua tese de doutorado

Na busca por fontes e bibliografia que pudessem contribuir na construção do trabalho, procuramos um membro do Instituto Histórico e Geográfico de Paraíba do Sul, que relatou estar preocupado com o futuro de documentos históricos que se encontravam sob sua responsabilidade. Não existe um local formal para que o referido instituto realize as suas funções. Segundo o informante, os outros membros também possuem documentos históricos em seu poder. Tais documentos despertaram nosso interesse uma vez que poderiam conter dados importantes para a pesquisa. O senhor chamado Vicente Torres de Castro, também conheci do como Timvicente Torres, armazenou em nove Compact Disc (CD -ROM) os seguintes dados: dois CD-ROM do periódico "Parahybano", de julho a dezembro de 1868 e julho a dezembro de 1869; sete CD -ROM do periódico "O Agricultor", de janeiro de 1873 a agosto de 1873 e de novembro de 1873 a janeiro de 1874. (INNOCENCIO, 2015, p. 39)

A elaboração de material didático que aborde a História de Paraíba do Sul, a partir do contexto das transformações do espaço urbano proporcionadas pela cultura do café, é uma primeira contribuição como suporte teórico-didático-metodológico para os professores, historiadores que são na interpretação e escrita de suas aulas, poderão nele se ancorar para promover seus planejamentos e

elaboração de materiais, levando em consideração as demais fontes disponíveis, sob o império do método histórico.

A metodologia é o que confere cientificidade à pesquisa e produção historiográfica, a diferenciando de um conto ou memorialismo. Foi aplicado no presente trabalho a concepção metodológica de Rüsen, através de duas operações, a saber as substanciais (heurística, crítica e interpretação) e as processuais (hermenêutica, analítica e dialética).

Nas operações substanciais da pesquisa histórica trata-se do que foi levantado das fontes e interpretado como “história”. Suas regras determinam o ponto sobre o qual devem incidir as perguntas, que informações devem ser extraídas das fontes e que contextos constituem o caráter histórico dos fatos do passado. Se nas operações processuais da pesquisa se tratou de regras que garantem sua forma dinâmica, agora se trata do conteúdo dessa forma, da história como conteúdo experiencial de histórias (proposições históricas), que deve ser apreendido no processo dinâmico do progresso cognitivo. (RÜSEN, 2007, p. 134).

Assim, foram analisadas obras publicadas relativas as transformações proporcionadas pelo desenvolvimento da cultura do café no Vale do Paraíba Fluminense, fotografias, monumentos e História Oral, que se complementem e permitam levantar e responder questões empiricamente, culminando na elaboração de material didático e, como parte componente, fontes que possibilite a aprendizagem crítico-reflexiva da História de Paraíba do Sul, na pluralidade de análise e escritas possíveis no ambiente escolar.

Os estudos de História Local no âmbito escolar suscitaram grandes debates entre os acadêmicos por viabilizar uma nova possibilidade de aprendizado de História, uma vez que leva em consideração fatores como o local onde a escola e o aluno encontram-se inseridos, os valores locais e as demais particularidades que dotam a relação ensino-aprendizagem de significado.

A temática não constitui novidade, uma vez que nas décadas de 1970 e 1980 já ocorria na disciplina de Estudos Sociais e, a partir da década de 1980 e 1990 constituiu estratégia pedagógica para o domínio do conhecimento histórico a partir do predomínio de uma história temática. Assim, segundo Horn e Germinari (2010, p. 118) “A história local é entendida aqui como aquela que desenvolve análise de pequenos e médios municípios, ou de áreas geográficas não limitadas e não muito extensas”

Os Parâmetros Curriculares Nacionais estabelecem a História Local, tanto como eixo na seleção de conteúdos quanto metodologia de ensino, destacando que

na escola, as crianças passam a diversificar os seus convívios, ultrapassando as relações de âmbito familiar e interagindo, também, com outro grupo social – estudantes, educadores e outros profissionais –, caracterizado pela diversidade, e, ao mesmo tempo, por relações entre iguais. A própria classe possui um histórico no qual o aluno terá participação ativa. Sendo um ambiente que abarca uma dada complexidade, os estudos históricos aprofundam, inicialmente, temas que dão conta de distinguir as relações sociais e econômicas submersa nessas relações escolares, ampliando-as para dimensões coletivas, que abarcam as relações estabelecidas na sua localidade. Os estudos da história local conduzem aos estudos dos diferentes modos de viver no presente e em outros tempos, que existem ou que existiram no mesmo espaço. (BRASIL, 1997, p. 40)

Assim, esse estudo se torna fundamental para que o aluno se perceba parte integrante da História que o permeia, como sujeito dela, da realidade mais próxima, denominada micro, para a compreensão das realidades mais complexas, denominadas macro, da qual ele também faz parte.

O local pode ter papel pois como diz Revel (1998) o local é recorte eleito, centrado na micro-escola, ou seja, é uma outra maneira de se perceber a história e assim construir novos conhecimentos. É uma apreensão cognitiva da realidade que tem efeitos na produção do conhecimento histórico. Privilegiar o local não significa opor-se ao nacional, mas sim abordá-lo por outros prismas. A história local não faz oposição ao global é na verdade, uma modulação da realidade macro-social. (NIKITIUK, 2002, p. 4)

Percebendo-se como sujeito, esse aluno será capaz de refletir criticamente sobre essa realidade na qual se encontra inserido e da qual faz parte ativamente, de modo a buscar caminhos para transformá-la. As questões suscitadas e os procedimentos para produção do conhecimento histórico, para Samuel (1990, p. 220)

A história local requer um tipo de conhecimento diferente daquele focalizado no alto nível do desenvolvimento nacional e dá ao pesquisador uma ideia muito mais imediata do passado. Ele a encontra dobrando a esquina e descendo a rua. Ele pode ouvir os ecos no mercado, ler o seu grafite nas paredes, seguir suas pegadas nos campos. As categorias abstratas de classe social, ao invés de serem pressupostas, têm de ser traduzidas em diferenças ocupacionais e trajetórias de vidas individuais; o impacto da mudança tem de ser medido por suas consequências para certos domicílios. Os materiais básicos do processo histórico devem ser constituídos de quaisquer materiais que estejam à disposição ou a estrutura não se manterá. (SAMUEL, 1990, p. 220)

Nesse sentido, se estabelece um estreito diálogo com Ilmar Rohloff de Mattos, em seu artigo “Mas não somente assim! Leitores, autores, aulas como texto e o ensino-aprendizagem de História”¹, onde o autor coloca em destaque o papel do professor, como historiador, aquele que reúne as fontes disponíveis e produz uma narrativa em conformidade com o público presente, bem como media o processo ensino-aprendizagem, ao passo que lança sobre o aluno seu protagonismo, ideal esse estabelecido na Base Nacional Comum Curricular.

O levantamento desse saber prévio do aluno, muitas vezes relacionado aos relatos orais, facilitam e tornam a História Local, ao mesmo tempo, eixo para seleção de conteúdos e metodologia. Isso porque os conteúdos estão presentes no cotidiano dos discentes, presentes em monumentos, edificações, vias, praças, folclore, enfim, possibilitando com isso uma leitura histórica dos alunos, a partir de sua realidade micro, compreender os processos, suas rupturas e continuidades macro. É a formação de sua consciência histórica.

Nesse sentido, o protagonismo do aluno, mediado pelo método científico dominado pelo professor, permite não somente a formação de leitores históricos, ou seja, pessoas capazes de compreender a pluralidade de narrativas e os processos, relacionar fatos no tempo e no espaço, mas também a formação cidadã, já que compreendendo, se pode criticar, criticando possível é se transformar ou conscientemente permanecer, como expressão de liberdade racional.

Assim se estabelece um diálogo com a obra de Maria Auxiliadora Schmidt e Tânia Maria F. Braga Garcia “Construindo narrativas históricas a partir de arquivos familiares: um experimento social com crianças brasileiras”², por meio do projeto Recriando Histórias, que produz material para e por alunos, a partir da proposta de pesquisa dos saberes e memórias familiares, sendo agregadas no processo outras fontes, possibilitando a realização do diálogo entre o material analisado de modo a se chegar a uma narrativa.

Nesse sentido, ao se buscar elaborar um material didático para ser aplicado

¹ MATTOS, Ilmar Rohloff. Mas não somente assim! Leitores, autores, aulas como texto e o ensino-aprendizagem de História. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tem/v11n21/v11n21a02.pdf>> Acesso em 12 de out. de 2019.

² SCHIMIDT, M. A.. GARCIA, T. M. F. B. Construindo narrativas históricas a partir de arquivos familiares: um experimento social com crianças brasileiras. Disponível em: <https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548206570_cbb547085519b8f91875297d168461a4.pdf> Acesso em 05 de nov. de 2019.

nas aulas de História de Paraíba do Sul, pretende-se estimular os alunos a compreenderem a realidade local e seu papel como sujeitos, a partir da análise de fontes e documentos que se encontram próximos de si para que, a partir da leitura histórica da realidade micro, possam compreender o global, relacionando a História Local à História do Brasil.

O processo da busca acaba por promover um trato da memória, que possibilita uma construção identitária, partindo de traços comuns e o sentimento de pertencimento a um determinado grupo, atendendo aos anseios individuais de autoconhecimento e os ditames dos Parâmetros Curriculares Nacionais e na Base Nacional Comum Curricular na promoção de um senso comunitário, promovendo com isso a cidadania, conceito chave na formação em Ciências Humanas.

A organização das questões epistemológicas elaboradas, que resultaram no produto final, objeto dessa pesquisa, a saber, a confecção de uma caixa de história, dividiu-se da seguinte forma.

Esta introdução, onde foram apresentadas as motivações dessa pesquisa e levantados o objetivo, metodologia, quadro teórico e o produto construído com a finalidade de ser aplicado nas escolas da Rede Municipal de Ensino de Paraíba do Sul - RJ. O segundo capítulo, denominado: Paraíba do Sul: uma cidade em busca de identidade será destinado a apresentação da cidade de Paraíba do Sul, em seus aspectos histórico, social, político e econômico. Nele serão problematizadas algumas questões sobre a escrita da História da cidade.

Já o terceiro capítulo, intitulado Ensino de História e História Local trará em seu escopo a trajetória do ensino de História e História Local, seus marcos legais e, principalmente, problematizará o ensino da disciplina na cidade de Paraíba do Sul-RJ, realizando análise dos materiais existentes empregados para tanto, bem como a caracterização da Rede Municipal de Ensino.

Por fim, o quarto capítulo, denominado Caixa de História: instrumento para ensino de História Local, trata do produto, a saber, a caixa de história denominada Baú do Arnaud, expondo as razões das escolhas realizadas para esse produto, que fornecerá uma série de fontes e questões a serem interpretadas, de modo a levar o estudante a produzir sua própria narrativa e a perceber sua pluralidade, bem como a multiplicidade de fontes e suas conseqüentes interpretações. Serão ainda apresentadas as temáticas propostas para cada encontro e um relato da experiência de sua aplicabilidade.

Por fim, são realizadas considerações finais onde serão avaliados os resultados da pesquisa e o alcance dos objetivos estabelecidos.

2.

Paraíba do Sul: uma cidade em busca de identidade

Paraíba do Sul³ é um município situado na Região Centro-Sul Fluminense, que abrange também os municípios de Areal, Comendador Levy Gasparian, Engenheiro Paulo de Frontin, Mendes, Miguel Pereira, Paty do Alferes, Sapucaia, Três Rios e Vassouras. Dista 140 km do Rio de Janeiro (RJ), 79 km de Petrópolis (RJ), 78 km de Juiz de Fora (MG), 431 km de São Paulo (SP).

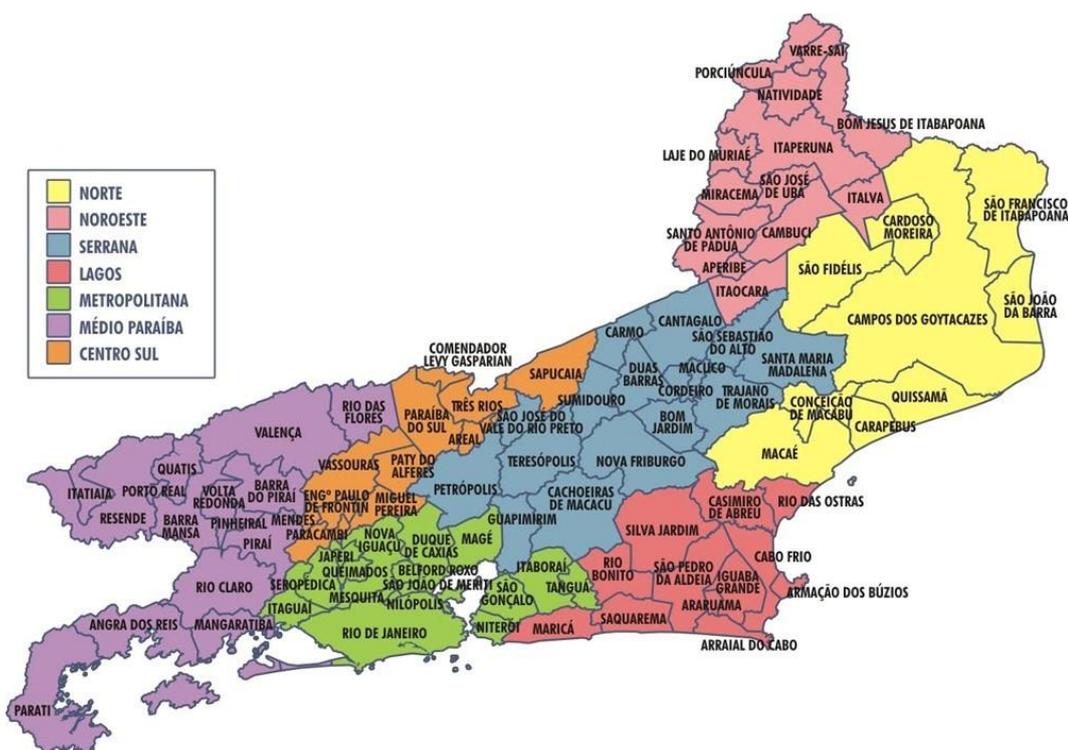


Figura 1: Localização de Paraíba do Sul⁴

Possui área total de 580,5 km², o que corresponde a 19,1% da área da Região. Os limites municipais são: Minas Gerais, Comendador Levy Gasparian, Três Rios, Areal, Petrópolis, Paty do Alferes, Vassouras e Rio das Flores. O processo de ocupação do território municipal se deu às margens do

³ Dados disponíveis em: <https://www.tce.rj.gov.br/todas-noticias/-/asset_publisher/SPJst15LTiyv/content/dados-sobre-municipios-fluminenses> Acesso em 12 de out. de 2020.

⁴ Disponível em: <<https://mapasblog.blogspot.com/2011/11/mapas-do-estado-do-rio-de-janeiro.html>> Acesso em 22 de abr. de 2020.

rio Paraíba do Sul e ao longo do trecho da ferrovia que o corta.

Nessa região, formou-se sua primeira área urbanizada, sede do primeiro distrito. Desenvolveu-se ainda por áreas próximas das rodovias BR 393, que acessa Três Rios a nordeste e Vassouras a sudoeste, bem como a RJ 131, que se liga a RJ 125 em Paty do Alferes, ao sul. A RJ 151 margeia a divisa com Minas Gerais, em direção aos municípios de Rio das Flores, a oeste, e Comendador Levy Gasparian, a leste.

Segundo dados do IBGE⁵, estimou-se que a população do município em 2020 era de 44.518 pessoas, dispostas, nos termos do Plano Diretor de Desenvolvimento Territorial de Paraíba do Sul – PDDT⁶, entre bairros e núcleos-sede, da seguinte forma:

1º Distrito – Sede (Centro)	Centro, Vieira Cortêz, Veraneio Salutaris, Limoeiro, Barão de Angra, Engenheiro Carvalhaes, Parque Morone, Lavapés, Brocotó, Palhas, Cerâmica e Liberdade.
2º Distrito – Vila Salutaris	Gramma, Barrinha, Jatobá, Niágara, Bela Vista, Santo Antônio, Fernandó, Marrecas, Retiro e Queima Sangue.
3º Distrito - Inconfidência	Sertão do Calixto, Membeca, Sardoal, Rio Manso, Rio Acima, Barra de Fagundes e Inconfidência.
4º Distrito - Werneck	Inema, Werneck, Cavarú e Jataí.

Todo o terceiro distrito e alguns bairros dos demais constituem a zona rural do município. Destaque-se que, nos termos do parágrafo segundo do artigo 24 do Plano Diretor de Desenvolvimento Territorial de Paraíba do Sul – PDDT, somente 40% do seu território é urbanizado, apontando a necessidade de se promover políticas públicas que valorizem a potencialidade agropecuária

⁵ Dados disponíveis em: < <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/paraiba-do-sul/panorama> > Acesso em 18 de jun. de 2021.

⁶ Plano Diretor de Desenvolvimento Territorial de Paraíba do Sul – PDDT instituído pela Lei Municipal 2493/2006 disponível em: < <http://paraibadosul.rj.gov.br/publicacoes/plano-diretor> > Acesso em 18 de jun. de 2021.

local.

O salário médio mensal dos trabalhadores formais é de aproximadamente dois mínimos e a base da economia é o setor de serviços, que respondem por 40,9%. Administração pública e indústria respondem respectivamente por 9,4% e 11,9%. Outro dado relevante do município, no que tange a economia, é que 32% de sua população tem rendimento nominal per capita de até meio salário mínimo.

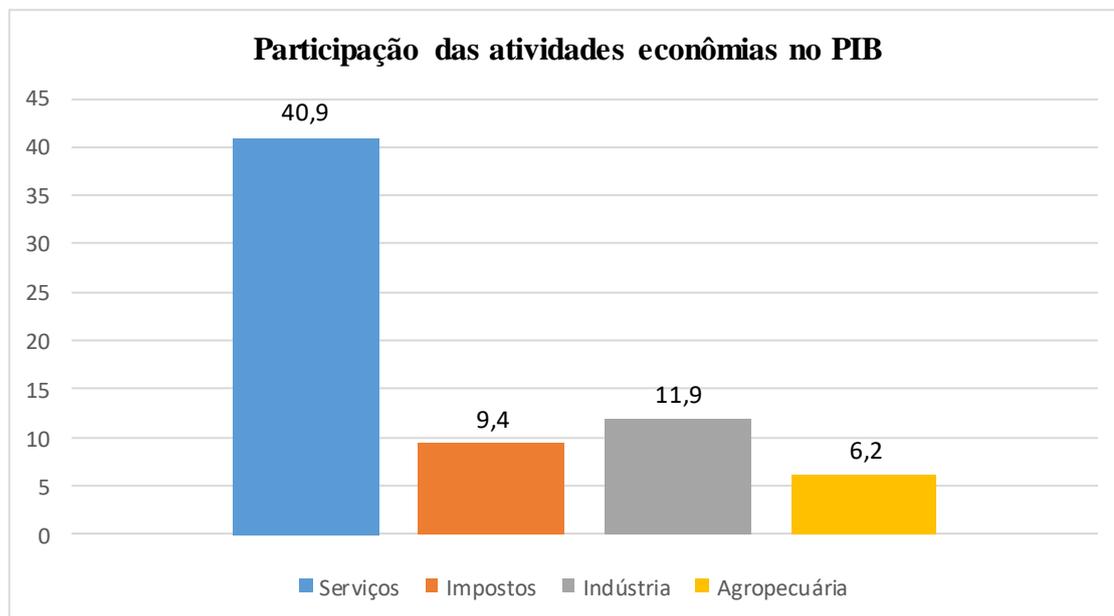


Gráfico 1: Distribuição do PIB por setores⁷

Embora o setor de serviços seja o maior empregador e impulsionador da economia local, a política pública municipal, estabelecida em suas legislações, a saber o Plano Diretor, apontam a indústria e a agropecuária como focos dos investimentos da cidade para alavancar seu crescimento econômico. É o que fica claramente evidenciado no artigo 24 do referido artigo, a saber

Art. 24 - Constituem princípios básicos propostos para Produção da Cidade:

(...)

V. a reestruturação pela Administração Pública Municipal, das políticas que fortaleçam as atividades econômicas como: agricultura, pecuária, piscicultura entre outras e também o fortalecimento para a implantação de indústrias no município;

(...)

§1º – A topografia territorial do município de Paraíba do Sul, fortalece a política industrial citada no inciso V, do artigo 24, pelas grandes extensões de várzeas que

⁷ Dados disponíveis em: <<http://www.deepask.com/goes?page=paraiba-do-sul/RJ-Confira-o-PIB--Produto-Interno-Bruto--no-seu-municipio>> Acesso em: 5 de out. de 2019.

cortam o município, margeando toda BR 393, facilitando o escoamento da produção, e também pela Zona Industrial que será implantada nas proximidades da estrada da Barrinha, ambas localizadas fora dos aglomerados urbanos.

§2º - O fortalecimento da política agrícola em nosso município, deve ser um fator expressivo e de grande retorno na economia municipal, dos 591,65 Km² (fonte CIDE) 60 % é de área ainda não urbanizada, e com grande potencial produtivo; (PARAÍBA DO SUL, 2006)

O referido documento não traça estratégias para seu principal setor econômico, ou seja, o de serviços, que poderia ser incrementado a partir do estímulo de um maior fluxo de pessoas na cidade para dele usufruírem, através do fomento do turismo.

Como em toda atividade, a opção em investir em turismo demanda um planejamento sério e eficaz, que estabeleça procedimentos e metas, de modo que os recursos necessários possam ser captados e bem aplicados. Fato fundamental a ser levado em consideração é a população local, suas tradições, que sofrem impacto direto já que o fluxo de pessoas acaba influenciando a estrutura da cidade e os serviços públicos ofertados.

Eleito o turismo como carro chefe da economia local, necessário se faz um mapeamento de quais áreas serão exploradas para que se possa traçar a capacidade de carga turística, que consiste em estabelecer o número máximo de visitas em um determinado período de tempo, suportados antes que se alterem os meios físicos e social.

Existem características e tipos de capacidade de carga turística, assim definidos pelo o Instituto EcoBrasil:

- Ambiental: o número de visitantes que pode ser acomodado antes que se iniciem os danos ao ambiente ou ao ecossistema.
- Econômica: o número de visitantes que pode ser recebido antes que a comunidade local comece a sofrer problemas econômicos.
- Física: o número de visitantes que um lugar pode acomodar fisicamente.
- Operacional: o número de visitantes que podem ser atendidos pela infraestrutura da localidade.
- Perceptiva: o número de visitantes que um lugar pode receber antes que a qualidade da experiência comece a ser afetada negativamente.
- Social: o número de visitantes acima do qual ocorrerá perturbação social ou prejuízo cultural irreversível. (ECOBASIL, 2017)

Para tanto, imprescindível se faz a constituição do Plano Municipal de Turismo, que traçará esse planejamento, o executará e promoverá seu monitoramento, tomando por base o inventário de oferta turística, que deverá

conter em seu bojo informações sobre as atrações, conservação, utilização, localização, acesso e mobilidade.

Segundo dados do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, o turismo movimentou 9% do PIB nacional, abrangendo 52 áreas da economia e envolvendo empresas de todos os portes.

O Estado do Rio de Janeiro vem enfrentando, nos últimos anos, a maior crise financeira de sua história. Dentre outros fatores, destaca-se a dependência econômica fluminense dos dividendos gerados pelo petróleo, que apresentou quedas sistemáticas em seu valor no cenário internacional, arruinando consequentemente a economia fluminense. Com base nisso, passou-se a buscar mecanismos para retomar o crescimento e normalizar a situação fiscal do estado, que acaba impactando diretamente na vida da população.

O turismo passou a constituir, então, meta, sendo classificado pelo governo como o novo “petróleo”, em alusão à geração de riqueza por ele possibilitada. Para isso, foi lançado o programa “Rumo ao Rio”⁸, almejando alavancar o turismo nos 92 municípios que compõem o estado e ainda o “Cidades Maravilhosas”, com o objetivo de divulgar as cidades do estado.

Certamente, para as cidades que não possuem um parque industrial formado como instrumento de alavancagem econômica, representa uma interessante forma de gerar riqueza. Tanto é assim que a Confederação Nacional dos Municípios elaborou uma cartilha sobre o turismo, instruindo esses entes de como organizar essa atividade. Segundo o manual, alguns fatores são indispensáveis, a saber:

A – Fatores naturais:

- situação geográfica e extensão do território;
- situação geológica e condições climáticas;
- planos de água (mar, rios, lagos etc.);
- paisagens, fauna e flora.

B – Fatores socioeconômicos:

- estrutura econômica (importância dos diversos setores de atividade etc.);
- estrutura sociodemográfica (pirâmides etárias, saldo migratório, repartição socioprofissional etc.);
- estrutura político-administrativa.

⁸ O Programa Rumo ao Rio foi instituído através do Decreto nº 46.606/2019, publicado pela Imprensa Oficial do Estado em 22/03/2019, busca apoiar os eventos já realizados no estado, bem como estimular a realização de novos, já que, nos termos do inciso VII do art. 74 da Constituição Estadual, também é de sua competência legislar sobre a proteção do patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico. O objetivo é expandir o mercado de eventos dos 92 municípios integrantes dessa Unidade Federativa.

C – Infraestruturas e serviços disponíveis:

- equipamentos (água, gás, eletricidade, tratamento de resíduos etc.);
- transportes (rede rodoviária, ferroviária, transportes coletivos etc.);
- serviços (comércios, serviços de saúde etc.).

D – Fatores culturais:

- história;
- tradições/produtos artesanais locais;
- configuração dos locais;
- monumentos e curiosidades;
- locais a visitar, visitas com guia;
- eventos, acontecimentos culturais etc.

E – Oferta – esporte e tempo livre:

- esportes náuticos, natação;
- aviação;
- equitação;
- passeios pedestres e cicloturismo;
- esportes de inverno;
- esporte com bolas (golfe, futebol, vôlei etc.);
- outras atividades desportivas e de lazer.

F – Oferta – saúde e curas:

- termalismo, curas, cuidados de saúde, condição física, desenvolvimento pessoal;
- terapias diversas etc.

G – Oferta – hospedagem:

- meios de hospedagem (tipos de alojamento);
- quantidade de leitos e capacidade.

H – Oferta – restaurantes, bares e similares:

- capacidade global;
- localização e tipo dos restaurantes;
- qualidade e preço.

I – Possibilidades de organização de conferências e seminários:

- centro(s) de congressos e de exposições;
- hotéis com salas para seminários e os respectivos equipamentos técnicos. (CNM, 2018, p. 17-18)

Paraíba do Sul, além de fatores culturais atrelados a sua riquíssima história, ainda possui como atrativo, também vinculado a questão cultural, a devoção popular ao Senhor Bom Jesus de Matosinhos, cuja festa é celebrada no último domingo de agosto.

O Plano Diretor do município busca constituir um centro histórico e a proteção de sua memória e patrimônio. Entretanto, a exploração de tais fatores não se encontra prevista como forma de geração de emprego e renda da cidade. O Sistema Municipal de Cultura, instituído pela Lei 2862/2012 dispõe que

Art. 22 - Cabe ao Poder Público Municipal criar as condições para o desenvolvimento da cultura como espaço de inovação e expressão da criatividade local e fonte de oportunidades de geração de ocupações produtivas e de renda, fomentando a sustentabilidade e promovendo a desconcentração dos fluxos de

formação, produção e difusão das distintas linguagens artísticas e múltiplas expressões culturais. (PARAÍBA DO SUL, 2012)

A partir de então surge o questionamento: deve ou não Paraíba do Sul explorar economicamente sua cultura? A legislação busca proteger, sinaliza a possibilidade de exploração mas não a insere em seu plano de ações para promoção do desenvolvimento socioeconômico.

O Plano Municipal de Cultura, de 2012, traça como meta a preservação e otimização de 100% do patrimônio histórico, artístico e cultural da cidade, elencando, para isso as seguintes ações:

- Organizar através de pesquisas, diagnósticos e inventários as informações sobre os bens culturais, o patrimônio material e imaterial do município, destacando as edificações (igrejas e casario), propriedades (fazendas e sítios históricos), espaços e parques e as manifestações culturais próprias do município e que se vinculam ao conceito de culturas populares (Rito de Fé, Folia de Reis, Capoeira, Jongo/Caxambu, Quadrilha). Curto e médio prazo, ano 02 (dois).
- Contribuir para que estas informações organizadas como acima descrito gerem produtos culturais que contribuam tanto para a sua preservação quanto para a divulgação, tais como:
 1. Criação de um guia virtual e impresso/físico dos bens culturais e do patrimônio do município de Paraíba do Sul – curto a médio prazo, a partir do ano 02 (dois).
 2. Criação de um Programa Municipal de Educação Patrimonial. Médio e longo prazo, a partir dos anos 02 e 03 (dois e três).
 3. Incentivar e apoiar para que o patrimônio cultural sulparaibano seja estudado em monografias, dissertações e teses acadêmicas, assim como fonte para a Literatura – prazo permanente. (PARAÍBA DO SUL 2012)

As metas fixadas, além do questionamento anterior sobre a inserção da cultura na política de desenvolvimento municipal, levantam uma nova indagação, sobre o Programa Municipal de Educação Patrimonial e o apoio e incentivo a produção de trabalhos acadêmicos que busquem estudar o patrimônio cultural local.

Para tanto, necessário se faz que estejam disponíveis fontes, sendo elas tudo aquilo que pode proporcionar a compreensão do passado e seus desdobramentos, das mais variadas possíveis, para que possam ser utilizadas em conjunto, de maneira complementar e dialógica.

os questionamentos sobre o uso restrito e exclusivo de fontes escritas conduziu a investigação histórica a levar em consideração o uso de outras fontes documentais, aperfeiçoamento as várias formas de registros produzidos. A comunicação entre os homens, além de escrita, é oral, gestual, figurada, música e rítmica (CERRI;

FERREIRA, 2007, p. 72).

As fontes materiais disponíveis na cidade, pertencentes a memorialistas locais, foram doadas, quando da morte de seus possuidores, àqueles abnegados amantes da história, a saber, fotografias, livros, cartas.

Na busca de se reunir fontes e se promover a escrita, de cunho científico da História Local, no ano de 1992 foi criado o Instituto Histórico e Geográfico da Parahyba do Sul, sociedade civil sem fins lucrativos que tem como função a defesa e a promoção do patrimônio sociocultural e ambiental da cidade de Paraíba do Sul, célula *mater* da região centro-sul fluminense.

Essa organização seria responsável pela reunião de todo acervo documental da cidade, recebendo doações de diversas famílias que dispuseram de suas coleções particulares em prol da coletividade, da comunidade e principalmente, para manter viva a memória local.

A partir do Instituto tornar-se-ia viável a realização de pesquisas, formulação de conceitos, escrita da História e, conseqüentemente, uma leitura do passado, ou ainda, das memórias e esquecimentos em disputa, que poderiam ser utilizados como fonte por alunos e pesquisadores para produção historiográfica.

a fonte histórica passou a ser a construção do historiador e suas perguntas, sem deixar de lado a crítica documental, pois questionar o documento não era apenas construir interpretações sobre eles, mas também conhecer sua origem, sua relação com a sociedade que o produziu (SILVA, 2006, p. 162)

Contudo, o acervo relatado não se encontra disponível para consulta das comunidades científica e escolar, já que o IHGPS não possui uma sede, tampouco seu acervo encontra-se reunido em um mesmo local. Ele está disperso entre os diretores da referida instituição e, para consulta, necessário se faz um verdadeiro trabalho de investigação, de modo a se saber quem são essas pessoas, como se procede contato com cada uma delas, qual parte se encontra com cada um, a disponibilidade em franquear a consulta, enfim. É o que se verifica em seu próprio estatuto, a saber:

Artigo 1º - O Instituto Histórico e Geográfico da Parahyba do Sul, fundado em 12 de novembro de 1992 na cidade do mesmo nome, onde tem foro e sede, é uma sociedade civil sem fim lucrativo regida por este Estatuto para a defesa e promoção do patrimônio sócio-cultural e ambiental da região circunvizinha à cidade, no

século XVIII conhecida por Sertam da Parahyba.

(...)

§ 2º - Teve o IHGPS sede provisória na Casa da Cultura em que foi fundado, o Palacete Barão de Ribeiro de Sá, em Paraíba do Sul, Estado do Rio de Janeiro, optando desde que lhe desvirtuaram tal utilização, em 1997, por ter sede provisória na residência do seu presidente, até que possa adquirir a própria;

(...)

Artigo 2º - Para cumprir sua finalidade o Instituto:

- a) colige, preserva e informatiza estudos, documentos, cartas geográficas e demais obras de natureza cultural e ambiental;
- b) recebe manuscritos, fotografias e documentos para guarda e divulgação;
- c) promove pesquisas das condições do meio-ambiente regional, científicas e inquéritos sócio-econômicos;
- d) patrocina conferências, seminários, exposições, excursões de estudo ou qualquer outra atividade de interesse cultural e ambiental;
- e) planeja, implementa, patrocina e apoia museus, teatros, centros culturais, parques históricos, reservas ambientais ou atividades similares;
- f) divulga em revista, volante, periódico, internet etc. fotografias, documentos e seus estudos, projetos e atividades. (IHGPS, 2009)⁹

A problemática do acesso aos documentos escritos não se reduz a questões meramente arquivísticas, já que o próprio fato de sua posse é caracterizador de um espaço de disputas. Democratizar e universalizar seu acesso, assim, se trata de possibilitar a constituição de identidades coletivas, sociais, individuais, formulação de conceitos, releitura e compreensão de memórias e esquecimentos, fazendo com que se torne possível uma reflexão crítica da realidade.

Essa questão não é atual. Em 1989 fora realizado o I Fórum de História de Paraíba do Sul. Segundo Ipanema (1990) o evento fora organizado pelo casal Aristides do Valle Matta, advogado, e sua esposa Rosângela Gobbi da Matta, professora, tendo como colaboradores o casal Ipanema, Marcello e Cybelle, bacharéis e licenciados em Geografia e História, sendo associados a Institutos Históricos e Academias de Letras.

Teve como objetivo a reabertura dos caminhos para a recuperação do passado da cidade e fora realizado no salão do Tribunal do Júri da Comarca, em prédio histórico edificado no final do século XIX. O evento foi aberto, teve ampla divulgação na imprensa local e divulgação de acervo iconográfico, bem como chamada para apresentação de trabalhos.

Foram destacados os seguintes propósitos na edição desse evento:

⁹ Estatuto do Instituto Histórico e Geográfico da Parahyba do Sul disponível em <<https://www.ihgps.org.br/estatuto-723-int>> Acesso em 20 jun. 2021.

- 1 – Ser mais um esforço – pequeno, é verdade, mas esforço – na difusão da conhecida e louvada Paraíba do Sul, a Princesa do Vale Fluminense.
- 2 – Estimular, com sua embora pouca expressão, quantos participaram do I Fórum de História de Paraíba do Sul (1989) a publicarem suas contribuições no memorável encontro (IPANEMA, 1990).

Ipanema (1990), além de deixar claro seu desejo e o da sociedade civil organizadora e participante do evento, constatou a seguinte problemática no que diz respeito a História de Paraíba do Sul

Não importa o tamanho dos trabalhos, indispensável é que as informações produzidas no I e nos Fóruns seguintes possam servir a estudos e a documentação das admiráveis comunidades do Vale. Todos os dados são úteis. Sua ausência responde pelos injustificáveis e indefensáveis vazios de nosso passado regional ou nacional. A falta deles torna difícil, quando não impossível, a armação das teias do trajeto. Há alguns decênios, vimos provando o amargor de tais ausências. A SIEC apela a todos os que apresentaram contribuições ao I Fórum de História de Paraíba do Sul que as publiquem. Elas serão valiosíssimas a todos, em especial aos estudantes (IPANEMA, 1990, p. 12).

Isto posto, o ensino de História Local constitui importante instrumento já que aguça a curiosidade dos alunos, levanta fontes das mais variadas, incentiva a produção de narrativas, mediada por um professor que domina as técnicas e metodologias historiográficas. Esse protagonismo acaba por envolver as famílias, que abrem seus acervos e memórias em prol da construção de uma narrativa do local, da sua formação, afirmação e preservação.

Todo esse material produzido e levantado, conforme idealizado por Ipanema (1990), servirá ainda para outros estudos e novas produções, o que proporcionará a coletividade bases para constituição de identidades individuais.

2.1

Parahyba do Sul: uma cidade que nasceu para abrir caminhos?

No início do processo colonial, mais precisamente nos dois primeiros séculos, o território brasileiro, denominado América Portuguesa, não possuía rotas que o interligasse, o que, entretanto, não representava um entrave para os interesses portugueses na região (QUEIROZ, 2000, p. 116). Isso não implica dizer que seus deslocamentos não ocorriam, através de trilhas nativas, em movimentos de deslocamento do litoral para o interior denominado entradas e bandeiras, que consistiam em expedições, que tinham como objetivo a captura

de escravos, recuperar fugitivos e buscar metais preciosos.

Esses percursos transpostos, todavia, não são capazes de caracterizar uma efetiva ocupação, fixação e interiorização do território desbravado, ainda que em tais espaços houvesse a exploração desse trânsito.

A descoberta do ouro no século XVII fez com que todo esse arranjo se modificasse. As trilhas indígenas e os caminhos bandeirantes passaram a atrair atenção da Coroa Portuguesa, uma vez que tornara-se necessário garantir o acesso às minas, bem como escoar as riquezas por elas produzidas para a metrópole. Tais áreas mostraram-se atraentes, não somente pelos minerais, mas pelas possibilidades comerciais que passaram a compor, o que provocou sua ocupação e exploração.

A abertura dos caminhos passou a ser política de governo de sua majestade, os chamados Caminhos ou Estradas Reais, locais onde se cobravam tributos sobre a circulação de animais, mercadorias e pessoas, buscando ainda coibir o descaminho de impostos, como por exemplo o quinto, o contrabando e o fluxo descontrolado de pessoas rumo a região aurífera.

A História de Paraíba do Sul está diretamente relacionada ao movimento de interiorização, particularmente, de uma família de tradição bandeirante, a de Garcia Rodrigues, filho de Fernão Dias, que recebe a incumbência de abrir um novo caminho que ligasse a região mineradora de Minas Gerais ao Rio de Janeiro de forma mais rápida, já que o percurso realizado durava 74 dias, e com menor risco de roubo ao longo do caminho. Cabe destacar que a abertura do caminho constituía uma grande oportunidade de lucrativos negócios, tanto no que tange a trafegabilidade quanto no fornecimento de suprimentos aos tropeiros.

Segundo Straforini (2012),

Garcia Rodrigues, por exemplo, foi o primeiro a impor seus interesses à normatização régia, ao utilizar da tradição bandeirantista de sua família e de descobridor do Caminho Novo para justificar sua solicitação de sesmaria de quatro léguas na passagem do rio Paraíba do Sul para a construção de uma vila, onde pudesse exercer a condição de capitão donatário. Em Carta Régia de 14 de agosto de 1711, o próprio Rei abriu exceção às Leis previamente impostas quanto ao tamanho das sesmarias, pois houve “por bem fazer doação ao dito Garcia Rodrigues de huma datta de terras com a natureza de sesmaria que comprehenda o mesmo número de legoas como se houvessem de dar repartidas a quatro pessoas.” (STRAFORINI, 2012, p. 95)

Segundo Venâncio (1999), o caminho aberto por Garcia nada mais era que o alargar de trilhas indígenas para que se tornasse possível a passagem de montaria e carros de boi, não utilizada pelos pioneiros da ocupação territorial. Já os primeiros assentamentos coloniais nada mais seriam que regiões que anteriormente constituíam aldeamentos, tendo inclusive os primeiros nativos desenvolvido a agricultura, ainda que rudimentar, nesses espaços, que acabaram sendo objeto de disputas entre povos nativos e colonizadores.

Contudo, é difícil a descoberta de vestígios arqueológicos desses primeiros habitantes do Vale do Paraíba. Tal explicação pode se dar em razão de

Fatores das mais diversas naturezas contribuem para um relativo apagamento da história pré-colonial. Dentre estes fatores, aqueles de ordem abiótica, destacam-se aqueles ligados à cultura material dos primeiros habitantes do vale, os grupos de coletores-caçadores com idade superior a 3.000 anos. Para o Vale do Paraíba do Sul não são frequentes exemplos de cultura material de grande duração temporal em função do contexto do clima tropical. Assim, madeira, arte plumária, cestaria etc. não geram sítios arqueológicos significativos⁴. A exceção ficaria por conta do carvão e de artefatos líticos. Mas, de uma maneira geral, as serranias eram menos aptas à ocupação humana. Os primeiros praticantes de agricultura da região foram os índios. (BRASIL; OLIVEIRA, 2021, p. 21)

O avanço no processo colonial acabou fazendo com que esses povos migrassem rumo a serra, região naturalmente protegida por seu relevo, que dificultava assim as ações coloniais de aprisionamento desses povos, que passaram a disputar entre si a ocupação territorial.

A região que constitui atualmente o Estado do Rio de Janeiro foi habitada pelos índios Puris, sempre próximos as margens do Rio Paraíba do Sul e de seus afluentes, que corta toda sua extensão territorial.

Um dos primeiros registros que se tem dos Puris é feita pelo inglês Knivet (1591, apud OLIVEIRA, 2012) e data do final do século XVI na região do Médio Vale do Paraíba, localizado no sul e centro-sul do Estado do Rio de Janeiro. Os Puris eram uma etnia nômade que iam se locomovendo e se espalhando no período pré-colonial. Com a chegada dos europeus esse processo se intensificou. Esses deslocamentos rumo ao interior mostram que os Puris eram desconfiados em relação aos colonizadores e evitavam contatos, o que os fez demorar a se relacionar com os europeus. (RAMOS, 2017, p. 93)

Esses nativos, entretanto não aceitaram pacificamente o processo de

colonização, de apropriação territorial, escravização e imposição cultural. Segundo Lemos (2016), foram considerado pelos colonizadores como sendo de difícil civilização, indomesticáveis e de costumes primitivos arraigados.

Eles resistiram de diversas formas, dentre as quais, lutando e fugindo. Não houve uma relação harmônica, cordial e de aceitação, como se acreditou por muito tempo. É o que se observa no relato produzido pelo Comandante do Registro de Paraibuna, que corresponde hoje ao município de Paraíba do Sul.

Meu senhor os gentios que moram nas vizinhanças deste Registro são os Coroados e Puris os quais são tão selvagens que não conhecem subordinação alguma (...) não tem moradia certa para que desde os fundos da Serra do Verneck até as Mantiqueiras trazem cruzados todos os matos de forma que os fazendeiros que morão nesta distância para usarem de suas plantações usam vigias armados, e não obstante isto são continuados os roubos e mortes que fazem como sucedeu nas fazendas do Parahiba, do Farinha, da Varge, do Rio do Peixe e São Matheus, nestas últimas deixarão lugares despovoados (Código7, 4, 45, n01, apud LEMOS, 2016, p. 107)

Essa região era ocupada por Puris e Coroados, que por muito tempo foram tratados como pertencentes a uma mesma etnia, sendo essas meras nomenclaturas para se referir a um mesmo povo. Entretanto, embora tivessem um tronco linguístico comum, cada um desses povos guardava características físicas e culturais distintas.

Ainda que houvesse conflitos entre eles, fato é que para combater um inimigo comum alianças eram celebradas, bem como acordos de paz. Como se depreende do relato do Registro supracitado, nesse caso o inimigo comum era o colonizador, em demonstração clara de resistência, de luta pelo território.

O interesse colonial na região, representado na figura de Garcia, transpunha a possibilidade de enriquecimento ofertada pela mineração. Pretendia ele consolidar sua fazenda da Parahyba como importante área de comércio, destinada ao abastecimento de tropeiros em um ponto chave, ou seja, a travessia do Rio Paraíba do Sul, bem como abastecer a região aurífera. Assim, seria possível perceber potenciais lucros com o pagamento para travessia do rio, que era dificultosa, abastecimento das tropas e direito de passagem pelo caminho.

Para tanto, houve o emprego de mão de obra escravizada, nativa, tanto no processo de abertura do caminho quanto no desenvolvimento da agropecuária,

que servia para abastecimento próprio e da região. Deve ainda ser destacado que a colonização tem início com homens e que mulheres nativas foram aprisionadas, inclusive, para servirem de escravas sexuais, dando assim início a um processo de miscigenação.

A partir de um remanso encontrado na travessia do referido rio, fora fundada, às suas margens, a Fazenda da Parahyba, no ano de 1683, que viria a dar origem à cidade. Ali iniciou-se a devoção a Nossa Senhora da Conceição e aos apóstolos São Pedro e São Paulo, com a construção de uma capela, importante instrumento para alimentar a fé e a esperança no transcurso do caminho, livre dos perigos da jornada. Normalmente essas capelas situavam-se na beira dos caminhos, possibilitando a prática devocional dos transeuntes.

Após 15 anos, em razão da descoberta do ouro em Minas Gerais, um novo caminho passou a ser aberto conforme a obrigação contratual. A localidade teve sua ligação ao Rio de Janeiro concluída em 1700 e, em 1704, chegou na Mantiqueira, unindo-se ao caminho que vinha de São Paulo.

Ipanema (1990) pondera que a abertura do caminho não pode ser reduzida a uma atitude audaciosa, de capricho ou poder. Garcia, provavelmente, pesquisaria a região para estabelecer a rota, negociaria alianças ou mesmo se faria respeitar por nativos com maior apreço à liberdade, o que garantiria maior segurança para seu empreendimento.

O estabelecimento nas margens do Rio Paraíba do Sul, tanto como base logística da operação de abertura quanto como refúgio, abre a discussão, inclusive, da possibilidade de sua presença na região ser anterior a 1683, como é corrente no município, em razão da redução de custos e esforços na abertura desse caminho.

Funcionando o caminho, o núcleo inicial de Paraíba do Sul acabou tendo seu crescimento alavancado. Sua posição geográfica estratégica, que a rendeu o título de “meio da jornada”, fez com que fosse instituído, na margem esquerda do rio, o Registro (posto de fiscalização) e quartel. Dado o aumento do número de fiéis, D. Francisco de S. Jerônimo, bispo do Rio de Janeiro, conferiu à capela de Nossa Senhora da Conceição e São Pedro e São Paulo o caráter de curada, autorizando assim a abertura de livros de casamento, batizados e óbitos.

Segundo SILVA (1991), a primeira capela edificada em uma ilha do rio

Paraíba acabou se deteriorando, tendo então uma nova, ainda que simples, sido edificada no morro fronteiro ao atual Jardim Velho, sendo ela benzida em 10 de novembro de 1745, transformando-se em sede do curato em 1756, ano em que, por intermédio do Alvará datado de 02 de janeiro, foi elevada à condição de Freguesia Perpétua.

Para compreender toda a estrutura de organização política e social do período colonial, torna-se fundamental a compreensão da função da Igreja Católica, que além do seu múnus religioso, acabava por emprestar seu modelo de organização política à colônia, ficando vinculadas as estruturas civis e eclesiásticas, classicamente compreendidas como aliança Igreja e Estado.

elevação à condição de freguesia garantia o acesso ao batismo, ao casamento, ao amparo dos enfermos, aos sacramentos, aos registros de nascimento, de matrimônio, de óbito, com todas suas implicações jurídicas e sociais. Para além do acesso ao rito litúrgico, a elevação de uma capela a freguesia implicava em usufruto da formalidade civil. Na freguesia, a antiga ermida merecia nomenclatura de matriz, ganhando a construção de uma sacristia anexa. Para lá se dirigia a população das capelas curadas vizinhas, para registro de nascimentos, matrimônios e óbitos. No entanto, em caso de auxílio jurídico, ambas – capela ou freguesia –, recorriam à vila de cujo “termo” eram parte. (MARX, 1991, P. 18-19)

O fluxo cada vez maior de pessoas pelo Caminho, dada sua melhoria, ainda que as variantes não tenham implicado na redução do número de transeuntes já que ambos desembocavam na travessia do rio, somada a decisão eclesiástica, que trazia modificações jurídicas e sociais, aliado ao desenvolvimento de lavouras ao longo de sua extensão e seu conseqüente fomento do comércio, fizeram com que a freguesia, pouco a pouco se desenvolvesse.

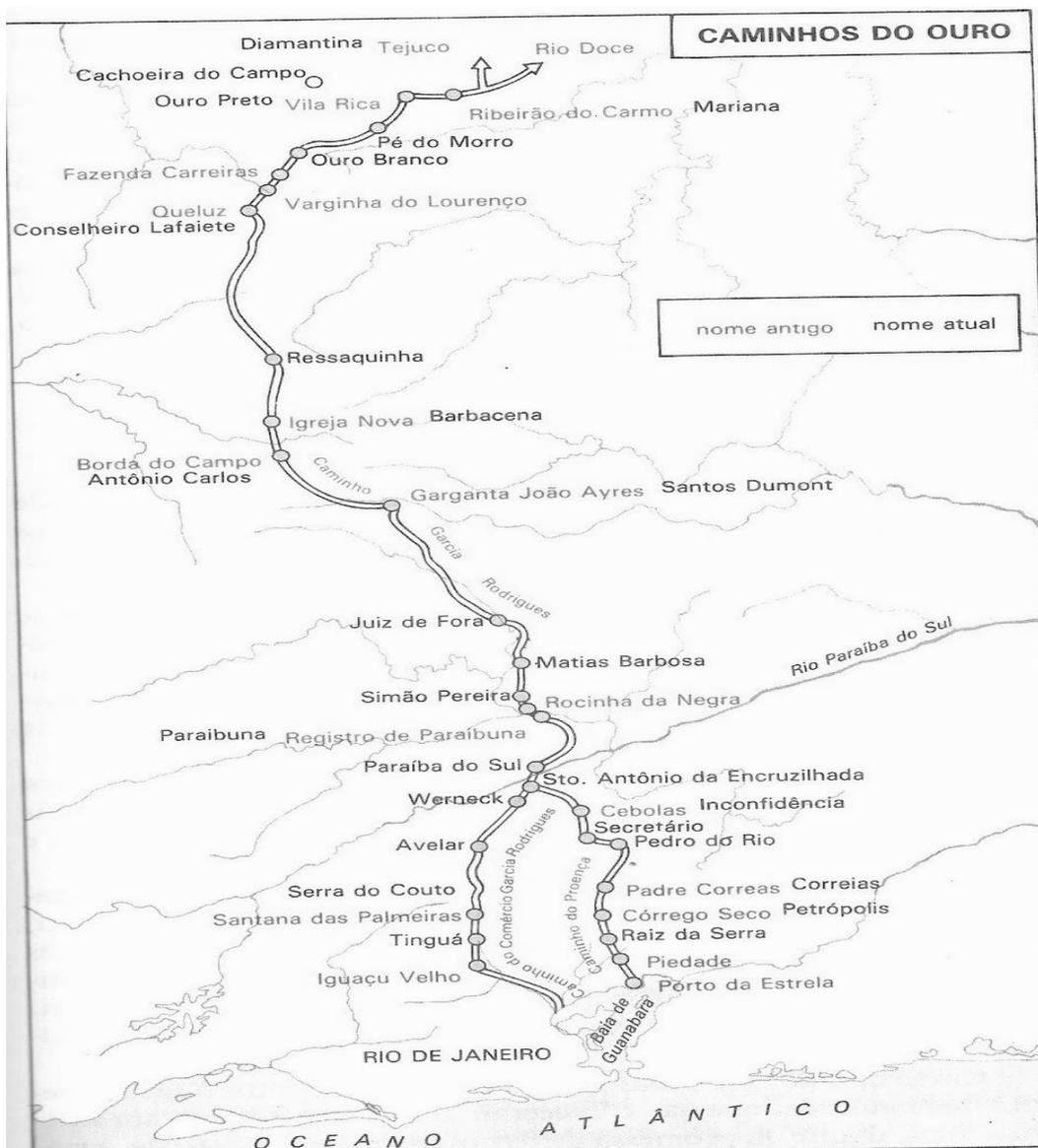


Figura 2: Mapa do Caminho Novo¹⁰

Fato que merece reflexão é que, segundo Silva (1991), Garcia recebera, em nome da abertura do caminho, uma série de mercês, dentre elas a nomeação como guarda-mor geral das minas, datas para si e seus 12 filhos e o direito de ser donatário de uma vila a ser instituída em Paraíba do Sul. Entretanto havia a ressalva de que as datas não poderiam ser contíguas à vila.

Todavia, a elevação da localidade a categoria de vila, dada autorização régia de 1711 não ocorreu naquele momento. O professor Arnaud Pierre, bacharel em Geografia, História e Ciências Jurídicas e Sociais, que apresenta a obra de Silva (1991) e escreve suas notas de explicação, levanta a seguinte

¹⁰ Mapa do Caminho Novo, in: LEMINSKI, Cristina. Tiradentes e a Conspiração de Minas Gerais. Scipione: São Paulo, 1997, p. 21.

possibilidade

A graça da donataria de uma vila na Paraíba talvez tenha sido requerida no próprio Reino, quando Garcia lá esteve. Avento a hipótese de ter desistido dela desde que soube das lutas ocorridas quando de sua ausência entre os paulistas descobridores do ouro e os adventícios emboabas, reinóis atraídos pela riqueza nova no Império português. Tudo se dera em torno da vila novamente (recentemente) criada no rio das Mortes, e depois São João d'El-Rei. Passou então a não interessá-lo a mais que certa concorrência dos atraídos à passagem do Paraíba pelo aforamento do patrimônio da vila. Como se lê em Antonil, ali já fixara residência e abria comércio. Além disso, a carta-de-dada da sesmaria - ver adiante - impedia que fosse contígua à vila. E o que mais interessava ao Fundador era a travessia do rio, que a família guardou de unhas-e-dentes, como se verá, até 1842. Por isso, em 1786 o mais palaciano dos netos do mateiro Garcia procurou desfazer-se da já então incômoda graça de erigir vila concedida ao avô - dada a pressão dos posseiros na serra com a chegada do café - aproveitando para dar uma barretada ao todo-poderoso da época, o vice-rei, obtendo para isso de D. Maria I foral para erigir vila onde a família nada tinha a perder com o aforamento de terras, como no arraial do Campo Alegre (distrito da Paraíba Nova), onde nada possuía. Só que a providência demorou tanto que a barretada foi a outro vice-rei, o conde de Resende. (SILVA, 1991, p. 27)

A freguesia surge, em 1756, supostamente pelo apelo popular. Pedro Dias Pais Leme, filho de Garcia, fez construir um novo templo dedicado aos patronos da localidade, uma vez que o anterior havia sido arruinado. Sobre esse novo edifício se erigiu a freguesia, criada pelo Alvará de 2 de janeiro de 1756.

Ela aos poucos foi crescendo, dado o desenvolvimento de lavouras para abastecimento local e regional, e ainda pela atividade comercial, uma vez que, a travessia do rio Paraíba do Sul, além de gerar divisas, colaborava para que os tropeiros alimentassem seus animais, a si próprios e descansassem, o que acabava gerando lucro aos comerciantes. Era um ponto de parada obrigatório, dado esse obstáculo natural, de grande número de viajantes que transportavam produtos do Rio de Janeiro para o interior, bem como traziam o ouro de Minas para embarcar no porto do Rio. Além disso, havia ainda os festejos religiosos que acabavam por reunir diversas pessoas em suas celebrações, movimentando ainda mais a localidade.

Em suas terras, além de ouro e riquezas produzidas pelo comércio e pelas tarifas de passagem, foram também pregados os ideais de independência, a partir de células formadas ao longo do percurso, através do movimento de inconfidência mineira. Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, além de

passar por Paraíba do Sul, hospedou-se na localidade de Sebollas. Segundo destaca SILVA (1991)

Ana Mariana Barbosa de Matos foi uma mulher singular; educou todos os filhos e ela mesma tratava de os colocar. Era mulher revolucionária, fervorosa partidária das ideias liberais e, como tal, protegia tanto quanto possível o movimento que fez de Tiradentes um mártir. Por diversas vezes hospedou Tiradentes e era admiradora do credo que ele pregava, juntamente com seu irmão, o padre Paulo Manuel Barbosa, que foi cura em Santana de Sebollas por muitos anos.(SILVA, 1991, P. 156-157)

Naquela localidade, a Coroa fez expor parte do corpo de Tiradentes, após sua sentença condenatória, como medida pedagógica para evitar conspirações futuras. Hoje, denomina-se Inconfidência, terceiro distrito da cidade e abriga um museu sacro-histórico dedicado ao mártir da inconfidência, sendo exibida, o que se acredita popularmente ser, a fração dos seus restos mortais outrora ali afixados, como destaca Dal Ri Júnior (2006)

com barão e pregão, seja conduzido pelas ruas publicas dessa cidade ao lugar da forca, e nella morra morte natural para sempre, e que depois de morto lhe seja cortada a cabeça e levada a Villa Rica aonde no lugar mais público della será pregada, em um poste alto até que o tempo a consuma, e o seu corpo será dividido em quatro quartos, e pregados em postes pelo caminho de Minas no sitio da Varginha e das Sebollas aonde o réu teve as suas infames práticas e os mais nos sitios (sic)de maiores povoações até que o tempo também os consuma; (DAL RI JÚNIOR, 2006, p. 146)

Entretanto, somente com a chegada do café e, conseqüentemente, a riqueza por ele gerada, é que a Freguesia consegue ser elevada à condição de Vila, nos termos do Decreto de 15 de janeiro de 1833, que além de promover a elevação de uma série de Freguesias, também reordenou a província do Rio de Janeiro, nos seguintes termos.

A Regência, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, tendo em vista o disposto no art. 3.º do Código do Processo Criminal, decreta:

(...)

Art. 5.º A povoação da Parahyba fica erecta em villa, comprehendendo no seu termo as freguezias da Parahyba, e de S. José do Rio Preto, e os curatos de Cebolas, e Matosinhos (SILVA, 1991, p. 40)

A elevação à condição de Vila concedia às Freguesias autonomia política e administrativa, o que demandava a instalação dessa estrutura, representada

pelas Câmaras Municipais. Entretanto, conforme indica Silva (1991), isso só foi concretizada em 15 de abril do mesmo ano, em razão do falecimento de Sua Alteza Paula Mariana Joana Carlota em 16 de janeiro. Deu posse aos edis a recém-instalada Câmara da Vila de Vassouras.

Segundo SILVA (1991, p. 39), “os habitantes em maioria oriundos das quase esgotadas minas de ouro. Havia também muitos mestiços, primeiro dos índios da região, depois dos negros trazidos para a lavoura do café”. O século XIX representou um momento de grande impulso desenvolvimentista da cidade em razão da alta lucratividade gerada pelo denominado ouro verde.

A cultura do café chega no Rio de Janeiro em 1760, através do desembargador João Alberto Castelo Branco, que trouxe a planta de Belém, diante de uma popularização do consumo da bebida, distribuindo esses exemplares entre proprietários de chácaras e religiosos, para cultivo em pequena escala.

Conforme Martins (2008), ainda que com o apoio do governo, a implementação dessa cultura contou com resistência dos senhores de engenho. O governo, tendo por base um modelo econômico agroexportador, buscava alternativas à concorrência do açúcar de beterraba, que acabou derrubando o preço internacional do produto. Na virada do século, o produto passou a ser cultivado em escala comercial, tendo suas lavouras se expandido para as regiões da Gávea, Corcovado, Tijuca, dentre outras

Nas três primeiras décadas do século XIX, essa cultura acaba se interiorizando. Esse processo se deu a partir das seguintes vertentes:

O primeiro se estendeu, aproximadamente a partir de 1820, de Laranjeiras, Tijuca e Serra do Medanha, na cidade do Rio de Janeiro, em direção à Serra Acima, no Vale do Paraíba. Desse primeiro eixo, a expansão se bifurcou: um braço pelo Caminho de São Paulo, buscando Barra Mansa e Resende, em terras fluminenses, e Bananal, Areias e Queluz, no Vale do Paraíba paulista; o outro, pelo Caminho Novo, demandando Paty do Alferes, Vassouras e Valença. O segundo eixo partiu de São Gonçalo e Itaboraí, pelo Caminho das Minas de Cantagalo, em direção a Nova Friburgo, Cantagalo, Aldeia da Pedra (Itaocara) e, mais tarde, em direção a Cambuci e São Fidélis. Na década de 1830, o café avançava pelo Rio Paraíba, acima de Entre-Rios (Três Rios) e Paraíba do Sul, para Sapucaia e Porto Novo. (SALLES, 2008, p. 139)

O desenvolvimento da cafeicultura no Vale do Paraíba encontrou clima adequado e solo fértil, o que garantiu uma alta produtividade. Os lucros

exponenciais proporcionados por essa cultura provocaram, além do crescimento dessas vilas, a busca por terras cultiváveis nessa região, procedendo-se assim a derrubada de mata nativa diante da crença de que terras virgens garantiriam maior produtividade.

A prática local demonstrara que os solos adequados para a cultura cafeeira eram os existentes nos morros de meia-laranja, típicos da paisagem do Vale e recobertos de mata virgem; os cafezais das terras baixas, apesar de vistosos, rendiam poucos frutos (MARQUESE, 2008, p.142)

Além de clima e solo, Martins (2008) discorre que outros fatores contribuíram para o sucesso da atividade na região, tais como a capacidade adaptativa dos antigos engenhos em lavouras de café, uma necessidade menor de mão de obra que a atividade açucareira, bem como a disponibilidade de mão de obra e, aqui cabendo destacar, a capacidade de escoamento da produção pelas rotas que outrora serviram para o transporte do ouro ao porto do Rio de Janeiro.

O Vale do Paraíba Fluminense, e de modo especial, Paraíba do Sul, reuniam os fatores que possibilitavam o desenvolvimento dessa cultura, uma vez que o Caminho Novo passava pela Vila, sua proximidade com Minas facilitou a oferta de mão de obra escrava, diante de um quadro de declínio da atividade aurífera, possuía clima e solo adequados.

Paraíba ainda contava com áreas de mata, consideradas terras devolutas, que poderiam ser utilizadas pelos fazendeiros locais para ampliar suas propriedades e áreas cultiváveis. Esse domínio de terra representava, também, domínio sobre os que nela habitavam ou que o pretendesse fazê-lo.

A existência de disputa por uma parcela de terra, às vezes um peque no quinhão ou um córrego d'água, poderia significar o rompimento do frágil equilíbrio entre fazendeiros e subordinados, entre o chefe de família e seus parentes. Assegurar a vitória no processo não dizia respeito apenas à manutenção da parcela como parte integrante das terras pertencentes a um dos litigantes. Significava também, no caso dos fazendeiros, reforçar as relações de dominação sobre sua parentela. Ou seja, a disputa pela terra era também uma disputa por gente. A manutenção da área ocupada se consubstanciava na luta por preservar a condição de senhor e possuidor de terras ou no desejo de se constituir como um lavrador. (MOTTA, 1996, p. 79-80)

A propriedade da terra, além de ser uma forma de se medir a riqueza,

também servia para a reafirmação do poder. Para ser considerado proprietário, era necessária a ocupação do lugar, cultivando e nele edificando, em um espaço de constantes disputas em decorrência da ausência de uma legislação agrária, que só será formada em 1850, com a Lei de Terras.

O Marquês de São João Marcos, que não mediu e nem demarcou as suas terras, presenciou o apossamento sucessivo entre pequenos e grandes posseiros (sesmeiro com situação de comisso) e arrendou outra grande parte delas. Outros fazendeiros ficavam do lado de pequenos posseiros, procurando limitar o desejo de expansão de seus pares, fazendo com que a pequena gleba apossada fosse transformada em marco territorial das terras de outrem. Os pequenos posseiros, aproveitando os embates, utilizavam o argumento de que teriam sido os primeiros a cultivarem as referidas terras. (INNOCENCIO, 2015, p. 29)

Essas disputas pelo poder passavam pela assunção do papel de juízes de paz por fazendeiros, ou ainda através de violência e assassinatos. Tudo isso envolvendo sempre o fator terra.

Havia ainda as disputas entre arrendatários, posseiros e fazendeiros por esse direito de propriedade, que poderia resultar na ascensão social desse indivíduo. As disputas por terras remontam aos tempos de Garcia, e a busca de evitar conflitos agrários e, conseqüentemente, perda de propriedades se levanta como uma possibilidade dele não ter instalado, ainda no século XVIII, a vila em Paraíba, conforme autorização régia a ele outorgada.

O jogo de forças entre grandes arrendatários, pequenos arrendatários, fazendeiros e lavradores nos revela também como a luta pelo domínio da posse da terra era dinâmico. Esta luta está permeada por interpretações conflitantes sobre as práticas de arrendamentos e por esforços no sentido de subjugar arrendatários. (MOTTA, 1996, p. 120)

Essas disputas são marcas da sociedade sul-paraibana por séculos, intensificadas pela geração de fortunas proporcionadas pela cultura do café. O poder econômico, nesse sentido, acaba se tornando indissociável do poder político. A elite formada, então, buscou, com o destaque econômico da localidade em âmbito regional, sua autonomia político-administrativa, de modo que pudesse defender seus interesses e movimentar a máquina estatal nesse sentido.

Diante de um quadro de prosperidade econômica e de autonomia político-administrativa, a vida urbana da cidade começou a ser impulsionada,

tendo sido, em razão disso, realizadas uma série de obras. Prédios públicos foram construídos, como a Câmara Municipal, o Fórum, a nova Igreja Matriz, bem como obras de pavimentação, calçadas, escolas, rede de esgoto, pontes.

A ponte da Parahyba, que teve sua construção cogitada ainda no período joanino, em 1818, serviria para facilitar a circulação de mercadorias e pessoas entre o Rio de Janeiro e Minas Gerais. Porém, tal obra só teve início em 1836, durante o período regencial. A Lei nº 6, de 28 de março de 1835, aprovada pela Assembleia Provincial, que tratava da estrada do Porto da Estrela ao Rio Paraibuna previu sua construção, na sede do município criado em 1833 e que despontava como uma das potências cafeeiras regionais.

Esse trabalho fora realizado, segundo Vasconcellos (2007) por homens livres e escravizados, sob orientação do engenheiro Júlio Frederico Koeler, tendo a cidade recebido cerca de 70 famílias para trabalharem no empreendimento, trabalhadores esses especialistas em serviços de canteiro, pedreiro e ferreiro.

Após dez anos de seu início, as obras ainda não haviam sido concluídas. Seus pilares restavam inacabados e se discutiam ainda questões estruturais. Tudo isso com recebimento de recursos provenientes do erário. Quando do reconhecimento da não conclusão da obra por parte do engenheiro Augusto Jeanne, em 1852, o Decreto nº 601 de 22 de setembro do mesmo ano, autorizou a rescisão de seu contrato e a conclusão da obra, de maneira mais vantajosa aos interesses da província, que já havia dispensado avolumados recursos em sua edificação.

Foi então contratado o comendador Irineu Evangelista de Souza para conclusão da obra, em 27 de abril de 1854, nos termos do publicado pelo relatório de presidente Luiz Antonio Barbosa

1º - a ponte seria feita segundo o sistema privilegiado de Dodgson com as modificações que fossem julgadas necessárias para sua conservação e maior segurança, ou por outro qualquer sistema congênere, tendo-se sempre em vista os quesitos segurança e durabilidade da obra;

2º - ela teria a largura que os pilares pudessem suportar e cada um dos lanços seria sustentado por cinco arcos paralelos, pelo menos;

3º - o empresário obrigava-se a fazer executar as obras de pedreiro para dar aos pilares e pegões já existentes a altura precisa de modo que pudessem receber a ponte: obrigava-se ainda a providenciar os reparos nas obras em pedra já terminadas;

4° - a ponte seria construída e transportada para o lugar onde seria colocada no prazo de dezoito meses contados da data do contrato, incorrendo o empresário na multa de três contos de reis por mês de atraso;

5°-pela execução da obra a província pagaria ao empresário as seguintes importâncias: sessenta e oito contos de reis depois de transportada a ponte para o local onde teria que ser colocada; e igual quantia depois que a obra se achasse definitivamente pronta para ser entregue ao trânsito público". (VASCONCELLOS, 2007, p. 16)

Além da morosidade da obra, do dispendioso custo do empreendimento com recursos do erário, outra questão se levanta que é a relativa a abertura da Estrada União e Indústria e seu traçado excluindo seu percurso natural por Paraíba do Sul, que contava com uma ponte recém construída. Vasconcellos (2007) defende a ideia de uma não concorrência com a Estrada de Ferro D. Pedro II, por parte de Mariano Procópio, participante da Companhia União e Indústria, visando seus interesses e o de Minas Gerais, tomando atitudes, para isso, por ele consideradas desprovidas de ética.

Destaque-se ainda a chegada da ferrovia, em 1867, refletindo o bom momento econômico vivido pela cidade, cabendo aqui se levantar o questionamento do porquê a elite político-econômico não ter se valido de seu lobby para exigir passagem da Estrada União e Indústria, facilitando a circulação de pessoas e mercadorias e, de maneira especial, o escoamento do café. Com isso, a cidade contou com um acréscimo de população circulante.

Teria a elite local o interesse em não aumentar o número de circulantes, o crescimento da cidade e, conseqüentemente, a perda de suas terras? Em virtude de sua inauguração, a Vila contou com a presença de sua majestade o imperador Pedro II, demonstrando a força política da elite cafeicultora, sendo ainda um marco de desenvolvimento para a época.

Nos idos de 1871, mais especificamente no dia 20 de dezembro, por meio do decreto provincial 1.653, Paraíba do Sul foi elevada à categoria de cidade, título esse honorífico, em razão do papel de destaque que uma localidade poderia receber, por questões religiosas, econômicas ou políticas. Segundo Silva (1991) o título em nada interferiu na rotina da cidade, refletindo seu momento de forte desenvolvimento, chegando a seu apogeu entre 1880 – 1885.

Embora a cidade apresentasse tais patamares de desenvolvimento econômico, o que se revela é uma grande concentração de poder e renda nas mãos de poucos fazendeiros, detentores de cargos de destaque social e assento

nas cadeiras da Câmara Municipal, em um cenário de grande desigualdade e concentração de renda.

O recenseamento de 1872, da Paróquia São Pedro e São Paulo, aponta que, de um total de 12.088 pessoas, apenas 1.629 eram alfabetizados. Desse total, 1.607 eram livres e 22 escravos. Quanto a escolarização, somente franqueada aos livres, apenas 206 crianças e jovens frequentavam a escola, enquanto 923 não o faziam. Pretos e pardos livres representavam 2.559 pessoas enquanto os escravizados eram 6.507, isso em um período que, segundo Innocencio (2015) a cidade já discutia a libertação de escravos.

Durante o período, o município ocupava, segundo Silva (1991) o quarto lugar na província em receita anual, sendo somente superado por Niterói, Campos e Valença, sendo os dois últimos maiores em extensão territorial que Paraíba do Sul. Sua importância econômica fica evidenciada pelo quantitativo de café produzido e pelo número de escravos que dispunha. Conforme informações do Almanaque Laemmert¹¹, de 1880, Paraíba do Sul tinha uma população livre de 16.311 habitantes e 21.288.

Como característica do período colonial, a cidade produzia em sistema de *plantation*, tendo um dos maiores quantitativos de escravos da província. Essa relação, entretanto, não restou pacífica, tampouco cordial. Pelo contrário, os escravos, assim como os indígenas de Paraíba do Sul resistiram. Innocencio (2015) realiza pesquisas no jornal Parahybano, constatando, a partir dos avisos nele estampados, que ofereciam recompensas por capturas, a fuga de 17 escravos no ano de 1869. É possível ainda que haja casos que não contaram com publicação nesse impresso, que tornaria esse número ainda superior, o que demonstra sua resistência.

Na continuação da análise desse levantamento, aponta que, dos fugitivos, a maioria era crioulos, ou seja, nascidos no Brasil, que representava mais que o dobro do número de africanos. Isso reforça a tese que o conhecimento do território era um fator facilitador no sucesso das fugas, bem como a cultura de fuga para quilombos e matas, transmitidas entre as gerações escravas nascidas no Brasil, alimentando e direcionando as ações nesse sentido.

¹¹ ALMANAK ADMINISTRATIVO, MERCANTIL E INDUSTRIAL DA CORTE E PROVINCIA DO RIO DE JANEIRO – Província. 1860-1885. Disponível em: <<http://ddsnext.crl.edu/titles/88#?c=0&m=36&s=0&cv=1241&r=0&xywh=-235%2C821%2C2826%2C1993>> Acesso em 06 jun. 2021

Além da resistência, outro fator que deve ser destacado é o castigo físico, na prática ilimitado, empreendido pelos senhores contra seus escravos. Essas punições devem ser entendidas como o estabelecimento de uma pedagogia do terror onde, uma vez que o escravizado descumpria as determinações do seu senhor, seria castigado exemplarmente como forma de fazer com que ele e os demais não repetissem essa conduta, por seu senhor repugnada, bem como instrumento de reafirmação de poder e autoridade. O jornal Parahybano estampa, na edição de 25/11/1868, essa realidade.

Mao trato - Houve quem visse passar nesta villa um escravo, que, tendo fugido e sendo capturado, ia conduzido por modo selvagem: os conductores davão puxões nas partes delicadas para o fazerem caminhar mais depressa, entretanto que o pobre crioulo estava visivelmente doente. Esta scena causou riso a alguns des-humanos; mas geralmente indignação. Não é o primeiro caso: já vimos dous destes conductores que querião que um crioulo algemado e velho seguisse ao passo largo das bestas que os mesmos cavalgavão; e só por intervenção nossa e de companheiros de viagem, tiverão de ceder. (INNOCENCIO, 2015, p. 41)

Essas brutais expressões de violência, na prática, eram desmedidas, deixando evidente o tratamento cruel e desumano dispensado contra o cativo, a ponto de ser reprimido em alguns casos, por defensores da manutenção dessa sociedade escravocrata. Esse comportamento brutal, nas vésperas do natal cristão, foram registrados na edição do Parahybano de 23/12/1868.

Barbaridade

Sr Redactor - Tenha a bondade de levar ao conhecimento do público, dando inserção nas columnas de seu muito acreditado jornal ao seguinte e horroroso factó: No domingo próximo passado, à vista de Deos e todo mundo, e em pleno dia, foi barbaramente castigado em uma casa desta villa um pobre escravo, que, por ser muito notório o factó, não declinamos o nome do calcanico senhor, que só faltou bater com um malho, como em uma bigorna, nas fontes de sua vítima!... É sabido, Sr. Redactor, que taes castigos não podem ser infligidos em um lugar civilisado, onde há humanidade, e autoridades a quem se deve recorrer, quando os escravos commeterem grandes faltas, a fim de dar-se o competente correctivo. Assim, Sr. Redactor, V., como defensor da humanidade, há de permitir que eu me sirva deste meio para chamar a attenção das mesmas autoridades, a fim de que não se reproduzão factos tão bárbaros, que fazem lembrar os tempos inquisitoriaes, e que a civilização do século repelle. Fazendo-me este favor, Sr Redactor, muito obrigará ao seu constante leitor e Amigo da Humanidade (INNOCENCIO, 2015, p. 42)

Além das fugas, conforme analisado nos impressos da época, devem ser destacados como forma de resistência o enfrentamento contra os senhores e

aqueles que se colocavam a seus serviços, e ainda o suicídio, que tendo em vista a forte influência da moral religiosa no período não tinha o seu real motivo revelado, ou seja, uma forma de não se submeter, de libertar-se da condição de cativo, de protestar e denunciar, mas sim como ato de loucura ou embriaguez. É o que se depreende da notícia trazida no jornal O Agricultor, de 03/04/1873.

Suicídio

Hoje, 28 uma escrava do Sr. Jorge Mathias de Oliveira Junior, atirou-se à corrente impetuosa do rio, e foi submergida pelas águas. Tem sido baldados os esforços feitos pelos habitantes desta localidade em procura do cadáver. Atribui-se este crime a allucinação, e à embriaguez, a que quase sempre se entregava aquella infeliz. (INNOCENCIO, 2015, p. 57)

Mesmo antes da abolição, em 1873, o processo de emancipação em Paraíba do Sul fazia parte dos debates sociais, tendo sido colocado em prática e compreendido como irreversível o fim da escravidão no país. A Lei nº 2040, de 28 de setembro de 1871 – A Lei do Ventre Livre – também foi responsável pela criação do Fundo de Emancipação de Escravos. A referida Junta foi constituída na cidade em 1873, assim publicado no jornal O Agricultor, de 06/04/1873:

Junta de emancipação

A Junta de emancipação do município de Parahyba do Sul, [...]: Faz público que no dia 6 do corrente mez de Abril, reunir-se-há no paço da Câmara Municipal desta cidade, para tratar da classificação para alforria dos escravos do município, e continuará em seus trabalhos até o dia 6 de maio, reunindo-se nas quintas feiras e domingos de cada semana. Faz saber outro-sim que aceitão-se informações de qualquer pessoa do povo para os trabalhos a seu cargo, tudo na forma do decreto n. 5135 de Novembro de 1872. Parahyba do Sul, 1 de abril de 1873 - O presidente interino da Câmara, Ladislau Accrisio de Almeida Fortuna. (INNOCENCIO, 2015, p. 57)

Outros fazendeiros da região também passaram a gradativamente libertar seus cativos, uma vez que o movimento abolicionista contava com crescente adesão e as medidas legais tomadas em processo, ou seja, as Leis Eusébio de Queirós, Ventre Livre e Sexagenário demonstravam a construção gradual desse fim.

O caso mais emblemático da região é o de Mariana Claudina Pereira de Carvalho, a Condessa do Rio Novo, proprietária da Fazenda de Cantagalo,

deixada em testamento para a irmandade a ser fundada após a sua morte, que se dera em 1882, a de Nossa Senhora da Piedade. Segundo o testamento da Condessa,

Os libertos formariam, naquela fazenda, uma colônia agrícola sob a denominação de Nossa Senhora da Piedade, onde seriam estabelecidas duas escolas para a educação dos menores da colônia e da circun-vizinhança. Foram distribuídos lotes de terras aos adultos para o cultivo de cereais, para a sua subsistência, e lotes de cafezais. A metade do café produzido pertenceria aos libertos e a outra metade à Irmandade. A administração e o governo da colônia ficaram sob a responsabilidade da mesa da respectiva Irmandade e a fiscalização seria feita pelo Juiz de Direito e pelo presidente da Câmara Municipal, para manter a ordem, a disciplina, a regularidade dos serviços e a fiscalização da receita e da despesa. (INNOCENCIO, 2015, p. 63)

Não somente garantir a liberdade, a Condessa buscou também garantir um modo de sobrevivência para os seus cativos, franqueando a eles acesso à terra, tanto para produzir quanto para morar, bem como a escolarização de crianças, que na época era restrito inclusive para pessoas livres. Foi ainda determinada a criação de uma casa de caridade, que pudesse abrigar crianças. Destaque-se ainda, que o Hospital de Paraíba do Sul foi fundado e até hoje é dirigido pela irmandade testamentada pela Condessa.

Embora fosse comum a libertação de cativos em testamento, o ato da Condessa do Rio Novo foi de grande importância para a cidade, principalmente em razão das suas obras sociais e refletem esse contexto abolicionista vivenciado. Essa política não se observou com a assinatura da Lei Áurea, em 1888, pela Princesa Isabel.

Mesmo após o advento da Lei Áurea, como destaca VIEIRA (2000), a cidade permaneceu em papel de destaque na produção cafeeira, como se verifica na tabela que segue.

Ano			
1910		1920	
Município	Produção	Município	Produção
ZONA SERRANA DO VALE SUL DO PARAÍBA		ZONA SERRANA DO VALE SUL DO PARAÍBA	
Paraíba do Sul	5.100	Paraíba do Sul	5.520
Sta. Teresa	4.050	Valença	2.440
ZONA SERRANA DO CENTRO		ZONA SERRANA DO CENTRO	
S. Francisco de Paula	5.400	Sta. M ^a Madalena	3.193

Bom Jardim	4.800	Bom Jardim	3.181
Cantagalo	4.500	ZONA NORTE FLUMINENSE	
Sta. M ^a Madalena	3.750	Itaperuna	16.641
ZONA NORTE FLUMINENSE		Sto. Antônio de Pádua	14.485
Sto. Antônio de Pádua	3.978	Cambuci	5.799
Itaperuna	3.750	São Fidélis	2.083
São Fidélis	3.000	Campos	2.639
Cambuci	3.539	ZONA LITORÂNEA	
		Macaé	2.694

Entretanto, embora a cidade possuísse um importante papel na produção de café do Rio de Janeiro, houve um decréscimo de sua participação no cenário nacional no final dos oitocentos, o que, na concepção de VIEIRA (2000)¹², refletiu a decadência das lavouras do Vale do Paraíba Fluminense. Cabe destacar que, no entanto, a crise regional não pode ser reduzida exclusivamente a edição da Lei Áurea. Outros fatores concorreram para essa derrocada.

A cafeicultura fluminense atinge seu nível máximo de produção em 1882. A partir daí, assistimos à sua derrocada, cujas causas, oriundas desde 1850, estavam na continuação da adoção do escravismo (cada vez mais uma alternativa anti-econômica, dado que com o fim do tráfico, inclusive o interprovincial, o plantei ia envelhecendo), nas técnicas tradicionais na produção agrícola e com a devastação do solo virgem de maneira predatória, além da praga da formiga saúva e das pragas inesperadas de gafanhotos, de passarinhos, de ferrugem (que ocorriam sempre) e das chuvas torrenciais. (VIEIRA, 2000, p. 3)

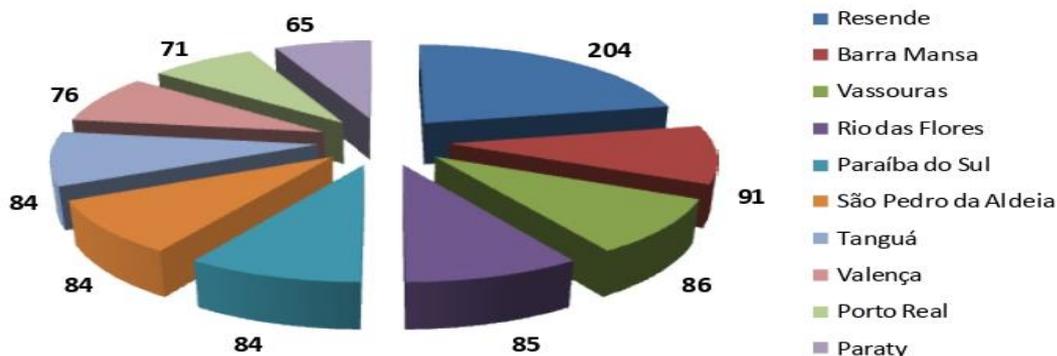
A área, então ocupada com a cultura do café acaba se transformando em grandes pastagens para a criação de gado, tanto de corte quanto de leite. A cidade chegou a ocupar papel proeminente na produção leiteira estadual, chegando a ter duas unidades de beneficiamento do produto, sendo uma privada e uma cooperativa.

Segundo dados da EMATER-RJ¹³, no ano de 2017 os seguintes municípios fluminenses apresentaram a maior renda per capita anual na atividade leiteira, sendo levado em consideração para que se chegasse a esses índices o número de

¹² VIEIRA, Wilson. Apogeu e decadência da cafeicultura fluminense (1860-1930). 2000. 127p. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/285568>>. Acesso em: 27 jul. 2018.

¹³ RIO DE JANEIRO. Bovinocultura: Pecuária de leite e corte. EMATER-RJ, 2017. Disponível em: <<http://www.emater.rj.gov.br/areaTecnica/RelBovi2017.pdf>> Acesso em 27 jun. 2020.

produtores envolvidos, preços praticados, produtividade dos rebanhos e tecnificação da atividade. São eles:



Percebe-se que os maiores geradores de renda decorrente da atividade leiteira do Estado do Rio de Janeiro são os mesmos municípios que, no século XIX, foram os maiores produtores de café. O investimento em gado após o declínio dessa cultura no Vale do Paraíba Fluminense acabou levando muitos fazendeiros a apostarem nessa criação, que demandava menor investimento e mão de obra. Assim também o foi em Paraíba do Sul, ainda que, a partir de meados de 1990, o gado de leite tenha sido paulatinamente substituído pelo de corte, dado o baixo valor pago pelo produto pelas unidades de beneficiamento.

A agricultura familiar passou a ser mais incentivada e gêneros como tomate, pimentão, abóbora e milho passaram a ser cultivados em propriedades de médio porte. Parte disso se deve aos incentivos e programas voltados à agricultura e, de modo especial, à agricultura familiar.

Ainda no campo da economia, seguindo a lógica dos anos iniciais da República e, principalmente da política de industrialização do governo Vargas, algumas fábricas começaram a ser instaladas na cidade, a saber, as ceramistas, têxteis e de móveis de aço.

Cabe destacar, em particular, a abertura da Cerâmica D'ângelo, em 1940. Essa indústria ceramista foi instalada nas proximidades do centro da cidade. Além do parque industrial, contava com vila operária, que acabava atraindo funcionários para desempenhar suas atividades laborais em troca, além do salário, de moradia. Elas, por suas vez, não contavam com abastecimento de água tratada como outros bairros da cidade, tampouco pavimentação das vias. O esgotamento se dava por meio de fossas, dada a inexistência de redes de coleta.

Além de trabalho e moradia, existiam um salão de eventos, que no final dos anos de 1990 foi transformado em escola municipal, e um campo de futebol, tendo sido formado, na década de 1950, um clube de futebol composto pelos diretores, encarregados e funcionários dessa indústria, denominado Esporte Clube Cerâmica. Hoje, o local onde se encontrava o campo deu lugar a uma fábrica de médio porte.

Segundo relato de Sebastiana da Silva Christo, sua mãe, Maria Pires de Carvalho foi funcionária da referida indústria. Na época, para conseguir trabalhar naquela olaria, foi condição que sua mãe levasse para lá trabalhar também a relatante e sua prima, Cleunice de Oliveira Ribeiro, ambas menores de idade e que, juntas, recebiam o salário de um adulto. Além do emprego, conseguiram também moradia e, por essa razão, tiveram que abandonar os estudos ainda nos anos iniciais de escolarização.

Esse fato não era isolado. Outro caso de trabalho infantil foi de Francisco Rangel de Christo, que ingressou na referida indústria aos nove anos de idade e que, também em razão disso, deixou de estudar, restando analfabeto até os dias de hoje. Trabalhou nessa empresa até aproximadamente seus oitenta anos de idade, quando a empresa encerrou suas atividades. O parque industrial deu lugar a condomínios habitacionais, restando tão somente sua fachada.

Isso revela o quadro de ausência de leis trabalhistas, de proteção à criança e ao adolescente e da falta de políticas públicas de moradia, educação, dentre outras, não somente no país, mas em seu interior, principalmente em uma cidade que, a partir dessa leitura, se percebe reprodutora das desigualdades oriundas dessa sociedade escravocrata vigente em Paraíba do Sul.

Esse relato fora feito, e o continua sendo, por uma senhora de quase 91 anos de idade, casada com o senhor Francisco acima relatado, de mesma idade, que até hoje não dispõem de moradia própria e sobrevivem com suas aposentadorias de um salário mínimo nacional cada, contando ainda com suporte de familiares já que sr. Francisco, hoje, encontra-se acometido de Alzheimer. Tratam-se dos avós desse pesquisador.

As inúmeras indústrias ceramistas, a partir do final do século XX, passaram a enfrentar crises. Pode-se atribuir, dentre outros fatores, a emergência de legislação ambiental que disciplinou a utilização de lenha, usada nos fornos, bem

como a extração de argila, matéria-prima dessas indústrias. Quase todas encerraram suas atividades, assim como a indústria moveleira em aço.

O setor de serviços então passou a ser o maior gerador de empregos da cidade, bem como o serviço público, o que levou muitas pessoas a deixarem o município em busca de melhores oportunidades em grandes centros urbanos, inclusive de capacitação e escolarização.

A única indústria que permanece em atividade, desde esse período de início de industrialização da cidade, é a Fábrica de Rendas Finas Paraíba S/A, que, entretanto, não emprega expressivo número de funcionários como outrora. Paralelamente, outras empresas de pequeno porte se instalaram na cidade, e duas de médio.

A cidade busca atrair empresários para nela estabelecerem seus empreendimentos, contudo, essa política realizada há décadas nunca alcançou os resultados esperados, ou seja, captar grande número de mão de obra e pagar bons salários. Por isso, algumas gestões vêm buscando fomentar o turismo, como forma de estimular o setor de serviços na produção de emprego e renda, atividade essa baseada na história e cultura, principalmente religiosa, através dos seus tradicionais festejos.

Esse trabalho de escrita historiográfica da História de Paraíba do Sul é de suma importância, em uma cidade onde qualquer cidadão que se dirija à biblioteca municipal e não encontra nela nenhum exemplar que a narre. Entretanto, ele merece ser realizado em, pelo menos, três eixos: do período pré-colonial até a chegada da cultura do café; das transformações ocorridas a partir da cafeicultura (século XIX) e da Proclamação da República aos dias atuais, de forma a possibilitar o aprofundamento e a discussão de temas sensíveis, problematizar diversas questões que se levantam e trazer para o debate e escrita de narrativas científicas aqueles que foram silenciados ou não ouvidos.

Paraíba do Sul não faz referência, uma memória sequer aos seus primeiros habitantes, por monumentos, nomes de bairros ou vias, ou mesmo possui um museu que mantenha essa memória, assim como a da escravidão. Sua população mais jovem sequer sabe sua história. Os esquecimentos na cidade parecem ser proposital. O monopólio de fontes que não permitem produzir narrativas sobre o local também! Ocultar para manter o poder, que outrora se dava pela terra,

continua sendo a estratégia para evitar questionamentos, críticas ou possibilidade de inversão dessa ordem.

É o que se percebe e, ao mesmo tempo, se busca, a partir desse trabalho, romper, ao proporcionar a essa comunidade, tais elementos que possibilitem pensar e discutir criticamente o local e as relações nele existentes.

2.2

Desafios para a escrita de uma História Local

Paraíba do Sul possui uma riquíssima história. Observa-se, em diversas cidades não só do Brasil, mas do mundo em maneira geral, uma tendência de exploração da cultura local como instrumento de fomento do turismo, de modo a alavancar a economia local através do setor de serviços, por exemplo, principalmente quando a localização geográfica não torna atrativa a instalação de fábricas, ou mesmo diante da ausência de elementos de infraestrutura, como disponibilidade energética, sistema de abastecimento de água e esgoto suficiente, eficiente rede de transportes, mão de obra qualificada, dentre outros.

Como discorrido até aqui, estrategicamente o município busca fomentar o desenvolvimento industrial e da agricultura, embora reserve espaços de preservação de memória.

Entretanto, essa preservação se mostra muito tímida e modesta. Cabe salientar que a memória é um espaço de disputas, ou seja, daquilo que se quer e deve lembrar com aquilo que se deve esquecer, conforme uma lógica de poder. Não é de hoje que Paraíba do Sul busca esquecer alguns episódios nesse campo de disputas. Isso fica bem estampado no episódio do desaparecimento da Fazenda São João do Deserto, de propriedade do Barão do Piabanha, objeto de pesquisa de Marcia Maria Menendes Motta

Assim, a insistência do barão e de seu representante legal em reafirmar que toda a região era conhecida com o nome genérico de Fazenda da Serraria foi uma estratégia adotada para além dos processos de despejo e de embargo. Através dela, o barão a transformava em símbolo de seu poder, prestígio e riqueza. Ele era conhecido como o seu dono, não importando a extensão exata daquela área e nem o fato de que possuísse outras fazendas com nomes diversos. Quando hoje visitamos a região de Paraíba do Sul, muitos de seus moradores sabem que no século passado o Barão do Piabanha era um rico fazendeiro e dono da Serraria. E a força deste nome se expressa na construção de sua biografia e no trabalho do memorialista da região. (MOTTA, 1998, p. 10)

Segundo a mesma autora, os mais notáveis referenciais de história local desconheciam a existência da referida fazenda. Além dos esquecimentos e da preponderância da narrativa daqueles detentores de poder, há ainda a dificuldade de acesso às fontes, como anteriormente citado. As próprias fontes, sua guarda, seu franqueamento de acesso são demonstrações muito evidentes desse intenso jogo de poder existente na cidade.

Paraíba do Sul, segundo o Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Província, de 1880, registrava população livre de 16. 311 habitantes e 21. 288 escravos, sendo eleitores 57 homens. Desse modo, esse espaço de memória revela a preponderância das relações de poder político-econômico, que acabam se estendendo pelo tempo, com poucas rupturas e grandes continuidades já que as fontes foram sendo passadas de geração em geração por parte desses indivíduos componentes da elite local, ou ainda, sendo pelos memorialistas repetidos os discursos por eles elaborados.

Com isso, o grande desafio que se impõe é o de não deixar que essas memórias se percam, com a morte desses abnegados amantes da história, que já se encontram com idade avançada e não são muitos mais, produzindo materiais, proporcionando aos professores historiadores fontes para que possam ser trabalhadas em sala de aula, bem como na confecção de materiais, para tornar o estudo de história significativo.

Uma cidade que busca alavancar sua atividade turística, baseado nos atrativos históricos, religiosos e culturais, precisa, primeiramente, tornar sua história conhecida entre seus habitantes, resgatar laços sociais que vem se perdendo, preservar sua memória.

Na pluralidade contida no conceito identidade, que mais corretamente deve ser grafada no plural dada a quantidade de singularidades que traz, cabe aqui, nesse momento, destacar a identidade da cidade, ou seja, o que ela quer ser. Diversas legislações evocadas até aqui demonstram, no papel, um desejo de se preservar o patrimônio material e imaterial, como instrumentos a serviço da memória, e no investimento, como elemento impulsionador da economia, o turismo.

É o que se depreende do Plano Municipal de Cultura, do Sistema Municipal de Cultura, instituído pela Lei 2862/2012. Nesse sentido, o município estaria

buscando construir sua identidade como cidade histórica, para fomentar o turismo e impulsionar o crescimento socioeconômico.

Todavia, o sentimento de pertencimento parte da história do local, daquilo que une essa comunidade constituída nesse espaço geográfico, suas origens, instituições, relações, cultura. A partir da sensação de pertencimento, da cultura que o compõe e da qual é componente, esse indivíduo será capaz de compreender a si próprio, desenvolver sua criticidade, buscar outras fontes, memórias, produzir sua própria narrativa.

Por conseguinte, para que se conheça e compreenda outras culturas, é necessário que o indivíduo conheça a história da sua cultura, seu processo de construção e evolução. Assim, dará valor a sua manutenção e proteção, por refletir quem de fato essa pessoa é, suas características, sua identidade.

Pedroso (1999) afirma que

Um povo que não tem raízes acaba se perdendo no meio da multidão. São exatamente nossas raízes culturais, familiares, sociais, que nos distinguem dos demais e nos dão uma identidade de povo, de nação. Quem não vive as próprias raízes não tem sentido de vida. O futuro nasce do passado, que não deve ser cultuado como mera recordação e sim ser usado para o crescimento no presente, em direção ao futuro. Nós não precisamos ser conservadores, nem devemos estar presos ao passado. Mas precisamos ser legítimos e só as raízes nos dão legitimidade. (PEDROSO, 1999)

Para tanto, necessário se faz a promoção de uma escrita da História de Paraíba do Sul para que, a partir dessa identidade coletiva, possa cada sul-paraibano formar sua própria identidade. A partir de então, ser capaz de compreender e analisar as estruturas e relações estabelecidas no tempo e no espaço, de modo a ter a possibilidade de transformá-la ou não. Rüssen (2009) explica que

A identidade está localizada no limite entre origem e futuro, uma passagem que não pode ser abandonada à cadeia natural dos eventos, mas tem que ser intelectualmente compreendida e alcançada. Essa conquista é produzida – pela consciência histórica – através da memória individual e coletiva e pela evocação do passado no presente. Esse processo pode ser descrito como um procedimento muito específico de criação de sentido. Esse procedimento funde a experiência do passado e as expectativas do futuro em uma imagem compreensiva do progresso temporal. Esse conceito temporal molda o mundo da vida humano e provê o eu (o nós e o eu, de seus objetos) com continuidade e consistência, com uma coerência interior, com uma garantia contra a perda de seu núcleo essencial (RÜSSEN, 2009, p. 173)

Destarte, recontar a história de Paraíba do Sul, a partir de memórias familiares, da possibilidade de reunir fontes que estejam sob a guarda dos familiares desses alunos, com a orientação do professor-historiador permitirá a produção de uma narrativa científica da História Local, fazendo assim da sala de aula um espaço de produção historiográfica. Não se trata de fazer dos alunos historiadores, mas sanar, como atitude cidadã, esse vazio que há no que concerne a narrativas científicas do local, colocando-as a disposição da comunidade.

Trata-se de proporcionar ao estudante o entendimento do processo, uma reflexão do presente a partir de uma leitura do passado, pautado em conceitos e na análise de documentos, a fim de que se perceba enquanto sujeito histórico, oferecendo subsídios para a construção de sua própria identidade.

Daí a importância de se trabalhar com fontes, como metodologia de aguçar a curiosidade do aluno, de provocar reflexão, investigação. Essa busca, as respostas e as narrativas a partir dela tornarão significativos os estudos da disciplina pois produzirão conhecimento, como preconiza a Base Nacional Comum Curricular, e poderão trazer novas fontes, torná-las acessíveis, fato que pesa bastante na promoção dessa escrita científica, ou seja, o acesso a elas.

3. Ensino de História e História Local

Antes de se falar em formação de cidadãos críticos e reflexivos, que é a grande proposta das escolas nos dias atuais, servindo a disciplina História como ferramenta essencial nesse sentido, necessário se faz desmistificar a visão pautada no senso comum com relação à disciplina.

Os alunos de hoje, que contam com professores formados em escolas historiográficas críticas, a partir do fim da disciplina Estudos Sociais e o consequente desmembramento nas cátedras de História e Geografia, como campos distintos das Ciências Humanas, cada uma conforme sua metodologia, didática e processo formacional, ainda trazem consigo uma visão pretérita do que é, para que serve e como se estuda História.

Quando um discente fica em recuperação, quer semestral, quer final, ou mesmo em dependência em História, é comum que suas famílias fiquem espantadas, sejam irônicas ou desmereçam o fato por entenderem que o estudo dessa disciplina se resume a tradicional “decoreba” de nomes, datas, causas e consequências, de modo que um resultado insatisfatório é fruto do simples desleixo dos alunos, ou mesmo que poderia o professor ajudar na promoção com a aplicação de um trabalho compensatório uma vez que o estudante logrou êxito em Língua Portuguesa e Matemática, por exemplo.

Deve-se aqui destacar as transformações que o ensino de História vem apresentado nos últimos anos, graças a essa nova formação, que busca a crítica, a compreensão do processo, suas rupturas e continuidades. Desse modo, torna-se fundamental, dotar a disciplina de significado, fazendo com que sua importância seja percebida a partir da necessidade de compreensão da realidade, do processo que a envolve, servindo para isso a disciplina como importante instrumento.

É sabido que, durante longos anos que o país esteve sob julgo de uma ditadura militar, como em qualquer regime antidemocrático, fundamental se faz a formação de uma sociedade que seja, única e exclusivamente capaz de obedecer, sem questionar ou refletir. Desse modo, uma educação histórica baseada na memorização de nomes, datas, causas, consequências, narradas a partir dessa

cosmovisão, produz pessoas incapazes de compreender o processo, ou mesmo a própria realidade na qual se encontram inseridos e da qual fazem parte.

Além disso, havia a pedagogia do medo, estampadas em todo o aparelho repressivo e coercitivo do Estado, que trabalhava em desfavor daqueles que ousassem a questionar ou se levantar contra o sistema. É com base nesse modelo, que educou muitos que atualmente se encontram nas faixas etárias compreendidas entre os 30 e 50 anos, e que hoje enviam seus filhos para a escola, que se estabelece o confronto entre dois modelos de ensino de História.

Assim, antes mesmo do desenvolvimento de uma História crítica nas salas de aula, mister se faz a desconstrução do seu estereótipo, de matéria chata, desnecessária e de memorização. Cabe ao professor apresentar uma disciplina capaz de levá-los a compreensão do homem em sociedade, do micro ao macro, baseado na compreensão e na análise. Cativar o aluno, apresentar uma disciplina agradável, interessante. Fomentar a curiosidade e instigar a descoberta.

Romper como a lógica da transferência de conhecimento a dar início a um novo tempo, o da construção mediada pelo professor que auxilia a elaborar perguntas e selecionar as fontes mais adequadas para a resposta, norteando assim o processo ensino-aprendizagem, de modo a torná-lo mais agradável.

3.1 Ensino de História no Brasil

A chegada dos europeus oficialmente no Brasil provoca uma série de transformações culturais na realidade dos povos nativos a partir de 1500. As expedições ultramarinas tinham viés não somente econômico, mas também religioso, em um contexto de resposta católica ao movimento protestante, denominada contrarreforma, que buscava expandir o catolicismo para além da Europa. Importante instrumento desse movimento catequético foi a Companhia de Jesus, ordem religiosa fundada pelo militar espanhol Santo Inácio de Loyola.

Além de promover a catequese dos povos nativos, os Jesuítas, como são denominados os religiosos que professam os carismas da referida ordem, passaram a exercer o monopólio educacional colonial. Aprenderam a língua nativa para promover o ensino do cristianismo no vernáculo, de modo a sistematizar e

promover os registros de línguas nativas, como o tupi-guarani e fundaram as primeiras escolas brasileiras, de cunho confessional.

O Colégio de Salvador da Bahia foi a primeira instituição de ensino criada, em 1549, pelo padre Manoel da Nóbrega, ano que marca a chegada da ordem no Brasil juntamente com o Governador-geral Tomé de Souza. A função do colégio era ensinar o padrão cultural europeu, os chamados bons modos, como instrumento de sua missão “civilizatória”. Para tanto, eram ministradas aulas de Língua Portuguesa, operações matemáticas e a fé da Igreja, estando incluído seu aspecto moral. O ensino de História estava relacionado à providência divina, ao processo de criação e revelação de Deus à humanidade, bem como os caminhos trilhados por Seu povo, ou seja, estabelecendo um vínculo entre a história humana e a intervenção divina (FONSECA, 2006, p. 21)

Mesmo após a expulsão dos Jesuítas do Brasil no século XVIII, pelo Marquês de Pombal, as escolas confessionais continuaram a existir dada a forte influência exercida pela religião na sociedade. Segundo Bittencourt (2005, p. 17) as mudanças em uma disciplina ocorrem quando há alterações em suas finalidades, que variam conforme demandas e transformações sociais.

Assim, o que se observou na realidade educacional brasileira, dada a ausência de alteração de finalidades, no que tange ao ensino de História, foi uma continuidade do modelo anterior, agora deixando de lado o protagonismo dos Jesuítas, quando o Estado assume a função educacional a partir da expulsão da Ordem promovida pelo Marquês de Pombal.

As reformas pombalinas tiveram início com a modificação do currículo da Universidade de Coimbra, ainda baseado na escolástica¹⁴ e no *Ratio Studiorum* jesuíta, passando a contemplar Ciências, Física e Matemática, permanecendo, entretanto, com o ensino de Filosofia e Teologia no campo das Ciências Humanas, em uma nítida demonstração da influência que a Igreja ainda exercia na vida social e política do império português.

¹⁴ A escolástica, filosofia medieval surgida em torno dos séculos XI-XII, buscou compartilhar a aceitação dos dogmas cristãos como indiscutíveis filosoficamente, de modo a integrar as verdades da razão, campo da Filosofia, e as verdades da fé, campo da Teologia, de maneira sistematizada, racional e logicamente constituído. O desenvolvimento de escolas em mosteiros e catedrais, que contemplavam em seus currículos os ensinamentos de filosofia, teologia e dos escritos dos padres da Igreja – Patrística, proporciona o desenvolvimento dessa filosofia. A reforma gregoriana, de 1070, instituiu o ensino de elementos básicos, o *trivium*, que consistia no ensino de gramática, lógica e retórica, e o *quadrivium*, que contemplava a música, aritmética e física (MARCONDES, 2017).

O ensino público foi implementado, ainda que com grandes dificuldades principalmente financeiras aliada a carência de professores, a partir de 1772, tendo sido estabelecidos planos de estudo e inspeção pela Coroa. Aranha (1996, p. 134) esclarece que o ensino primário tinha como objeto proporcionar ao aluno técnicas de leitura, escrita além de conhecimentos de aritmética e cálculo. Já o ensino secundário, por meio de aulas avulsas, eram ministrados Latim, Grego, Filosofia, Teologia, Retórica, Física, Matemática, Biologia e Astronomia.

Diante desse cenário, o ensino de História restava a serviço de uma formação moral cristã à população, usando como metodologia a veiculação de nomes e datas, sem, com isso, proporcionar condições de uma reflexão crítica acerca da realidade, compreensão do processo histórico a partir de rupturas e continuidades, sendo essas essenciais para, em uma interpretação materialista, alcançar o embate de classes antagônicas como fundamento das desigualdades existentes.

O Brasil, enquanto orbita de sua condição de colônia para Estado soberano, não apresentou modificações significativas no que tange aos objetivos do ensino de uma História como fundamento de formação de um pensamento crítico-reflexivo. A disciplina permanece, até 1837, como optativa no arranjo curricular.

Sua definição como disciplina ocorre no século XIX, na França, influenciada por movimentos de laicização da sociedade e constituição das nações modernas. Furet (1986) afirma que são marcadas por duas imagens gêmeas, a saber, a genealogia da nação e o estado de mudança, aquilo que é transformado e o que permanece, dotando de significado o progresso da humanidade. Assim, as investigações das origens civilizatórias só fazem sentido através das sucessivas etapas de sua formação.

No Brasil pós independência, a influência francesa permaneceu. Durante o Período Regencial foi criado o Colégio Pedro II, pioneiro no ensino secundário e que, a partir de 1838, em seu primeiro Regulamento, institui os estudos históricos no currículo, iniciando-se na sexta série, por meio da tradução de compêndios gálicos. Era uma escola que tinha como objetivo preparar a elite nacional para a assunção de cargos na administração.

Poucos anos após a independência do Brasil, em 1838, em meio ao período regencial e sob forte influência do pensamento liberal francês, foi criado no Rio de

Janeiro o Colégio Pedro II, primeiro estabelecimento de ensino público de nível secundário no país. No mesmo ano desse acontecimento, houve a regulamentação da disciplina de História, a ser ensinada a partir da 6ª série. Ainda em 1838, foi criado o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB, que passaria a orientar a história escolar desenvolvida pelo Colégio Pedro II. (CAIMI, 2001, p. 27-28)

Trata-se de um momento em que o Brasil não contava com um Ministério da Educação, cabendo ao referido Colégio traçar diretrizes educacionais próprias que serviriam de base para todo o país, bem como organizar manuais de ensino e didáticos que, a posteriori, seriam utilizados em todo território nacional e elaborar a metodologia utilizada em seu ensino. O estabelecimento assume então posição central na formação educacional, tanto de discentes como de docentes, sendo incumbido da organização do currículo escolar, que revela em si aspectos políticos e sociais relativos ao período no qual é construído.

Paralelamente surge o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB, que reunia os principais intelectuais da nação, com o objetivo de escrever a história oficial do Brasil, com objetivo de formar sua identidade nacional, a partir de uma narrativa homogênea, ancorada nos grandes feitos dos monarcas e sua nobreza, relegando ao segundo plano a imagem e a ação do nativo, como elemento exótico de um país abundante em riquezas naturais. Destaque-se o fato dos membros do Instituto dividirem suas funções com a docência no Colégio Pedro II, convergindo os interesses entre história escolar e acadêmica (BITTENCOURT, 2005, p. 30).

Observa-se, a partir de meados do século XIX, uma escrita de história baseada na escola metódica francesa e nas ideias de Ranke, presentes na obra de Francisco Adolfo de Varnhagen intitulada “*História geral do Brasil*”, consagrando uma tipologia datada e contextualizada que imperou até 1930.

A década de 1870 foi influenciada por concepções científicas, provocando reformulações no currículo escolar. Os conteúdos ministrados na disciplina passaram a contemplar História Universal, Natural, Brasil e Regional. Nesse sentido, a ideia do sagrado até então contemplada foi dando espaço a “lições de leitura, com temas menos áridos, para incitar a imaginação dos meninos e para fortalecer o senso moral, aliando-se à Instrução Cívica, disciplina que deveria substituir a Instrução Religiosa” (BRASIL, 1997, p. 20).

Os programas obedeciam uma ordem cronológica linear progressiva e, refletindo a filosofia positivista presente nesse contexto. Dessa forma, as aulas de

História contemplavam como metodologia a memorização e a repetição oral de textos escritos, o que não permitia a compreensão do processo para dotar de significado a realidade.

A chegada de Vargas ao poder, em 1930, marca o fim da hegemonia do Colégio Pedro II no sentido do estabelecimento das políticas educacionais, a partir da criação do Ministério da Educação e Saúde. Isso porque, a crescente industrialização acabou por despertar nos governantes a necessidade de ampliação da escolarização.

A partir desse momento, caberia ao governo estabelecer o currículo, métodos de ensino e certificação. No que tange ao ensino de História, houve uma retomada das concepções de Estado Nacional e identidade. A História do Brasil ganha o status de disciplina autônoma, buscando enaltecer o nacionalismo, bem como os direitos e deveres do indivíduo em relação à pátria, em uma visão ainda eurocêntrica, alicerçada teoricamente na escola francesa.

O Estado, controlando o ensino, conseguiu homogeneizar o ensino de História no país, tendo sofrido influência do movimento escolanovista¹⁵, que defendia o ensino de Estudos Sociais em detrimento de História e Geografia.

Uma maior escolarização da população como reflexo das medidas varguistas que buscavam universalizar o ensino, o surgimento da classe média urbana e do operariado capacitado para tarefas cada vez mais complexas passaram a demandar mudanças no ensino, principalmente de História, onde cada público, de acordo com sua condição socioeconômica, ou seja, para que fim se prestava sua escolarização, estaria submetido.

Era necessário que a disciplina proporcionasse aos alunos autonomia intelectual para uma maior compreensão da dinâmica capitalista e da inquietação

¹⁵ A escola surge, então, como o grande instrumento de realização dos ideais liberais. Forja-se, a partir da segunda metade do século XIX a ideia de escola ‘redentora da humanidade’ (...) pretende reformular internamente o aparelho escolar, inspirada na concepção humanista moderna. (...) a escola nova surge, pois, como um mecanismo de recomposição da hegemonia da classe dominante, hegemonia essa ameaçada pela crescente participação política das massas, viabilizada pela alfabetização através da escola universal e gratuita. Ao enfatizar a ‘qualidade do ensino’, a escola nova desloca o eixo de preocupações do âmbito político (relativo à sociedade em seu conjunto) para o âmbito técnico-pedagógico (relativo ao interior da escola), cumprindo, ao mesmo tempo, uma dupla função: manter a expansão da escola nos limites suportáveis pelos interesses dominantes e desenvolver um tipo de ensino adequado a esses interesses. Com isso, a escola nova, ao mesmo tempo em que aprimorou a qualidade do ensino destinado às elites, forçou a baixa da qualidade do ensino destinado às camadas populares, já que sua influência provocou o afrouxamento da disciplina e das exigências de qualificação nas escolas convencionais” (SAVIANI, 1989, p. 21-24).

das massas. Autores, a partir das concepções do filósofo socialista Karl Marx, tais como Caio Prado Júnior e Celso Furtado emergem nessa realidade que, entretanto, fora reprimida com o golpe militar de 1964 e a conseqüente retomada dos estudos de grandes homens, seus feitos, datas e o nacionalismo. Essa medida retrata a busca de legitimação do estado de exceção implantado no país e a estagnação da crítica sob pretexto de protegê-lo de uma ameaça comunista.

Além disso, a abordagem dos Estudos Sociais em detrimento da História e Geografia acabou por reduzir os conhecimentos produzidos à realidade escolar, provocando um imenso distanciamento entre a academia e a educação básica, perceptível, inclusive, até os dias de hoje.

Durante o período ditatorial, o ensino da disciplina passou a estar a serviço dos interesses do Estado, como importante ferramenta de constituição e manipulação de memória coletiva. Além disso, cabe destacar a forte influência exercida pelos Estados Unidos, tanto no contexto do golpe militar de 1964 quanto no estabelecimento dos parâmetros curriculares, nos termos do ensinamento por Fonseca (2003) “A recomendação de estudos de história da América sem hostilidades, livres de conceitos ofensivos [...]. O propósito era valorizar a hegemonia na América e no mundo, e a paz entre as nações americanas [...]”

Além disso, cabe destacar que o objeto de estudo da disciplina esteve vinculado ao estudo da Disciplina Moral e Cívica, que buscava assegurar a formação cívica, conforme conceitos estabelecidos pelo governo, tais como moral e política, abordando assim as temáticas: pátria, lei, tradições e heróis. Por esse motivo, as celebrações desses momentos, como comemorações do aniversário de independência, passaram a ser confundidos com o ensino de História do Brasil, principalmente no primeiro segmento do que hoje corresponde ao Ensino Fundamental, antiga primeira à quarta série.

Ainda, segundo Fonseca (2003) através da adoção de cursos de licenciatura curta para a área de educação, o governo limitou ainda mais o espaço crítico, já que deixou de lado uma formação longa e sólida em detrimento de uma capacitação para mão de obra da educação, mais curta e economicamente mais rentável. Reduziram-se assim os conceitos de liberdade, democracia, o pensamento livre e o debate de ideias, que deram espaço a doutrinação ideológica.

Com a edição da Lei 5692/71, foram as disciplinas de História e Geografia substituídas por Estudos Sociais, estabelecendo diretrizes e bases para o ensino,

do que passava a ser denominado primeiro e segundo graus. Em 1976, o Ministério da Educação, a partir da portaria de número 790, determinou que as aulas da disciplina Estudos Sociais, no âmbito do Primeiro Grau, só poderiam ser ministradas por profissionais com formação nessa cátedra específica, relegando os professores de História e Geografia para o segundo grau.

Destaque-se ainda que essa nova formação, que acabava por congregiar princípios inerentes desses dois campos do saber distintos, acarretou em uma formação superficial dos professores, esvaziando com isso qualquer possibilidade de estímulo à crítica ou reflexão, aliado ao fato de uma formação em período mais curto, sendo conseqüentemente reduzida em algumas questões que alimentam e instigam o debate.

Diante desse quadro, profissionais de História e Geografia passaram a se mobilizar no sentido da retomada do ensino das respectivas disciplinas em cátedras distintas, a partir do crescimento das respectivas associações de categoria, a saber ANPUH – Associação Nacional de História – e AGB – Associação dos Geógrafos do Brasil.

A partir dos anos 1980, diversas tendências historiográficas passaram a influenciar a elaboração de currículos, alimentando as discussões sobre a necessidade de se resgatar a autonomia de cada campo do saber, que deve ser analisado conforme o contexto histórico vivenciado naquele momento, a saber, o processo de redemocratização brasileira.

Com a retomada da democracia, em 1985, o ensino de História resgata sua autonomia, deixando de ser uma reprodutora da ideologia estatal, passando a colocar-se a serviço da sociedade. Segundo Fonseca (2001, p. 91) a disciplina busca meios de “preparação dos cidadãos para uma sociedade democrática” o tornando sujeito ativo, capaz de compreender, refletir criticamente sobre uma situação posta e transformar a realidade na qual se encontra inserido. Rompe-se com a lógica de uma História linear e factual, narrativa de feitos de grandes heróis nacionais, abrindo-se espaço aos anônimos, ou melhor, estabelecendo uma realidade de pluralidade de sujeitos. Outras tendências passam a influenciar a produção historiográfica, antes monopolizada por um viés europeu.

Mathias (2011) afirma que

o ensino de história angariou a tarefa de capacitar o aluno a questionar sua própria historicidade e refletir sobre a natureza histórica do mundo, noutros termos, torná-lo crítico. O conhecimento prévio do aluno assumiria, então, importância crucial – referência seja feita à proposta de Jörn Rüsen. Apto a pensar a história e não apenas decorar nomes e datas, o aluno deveria, pois, defender suas ideias e, mais importante, deter a habilidade de modificá-las quando pertinente. No transcurso de volver o aluno à sua condição de sujeito histórico, urgia torná-lo capaz de compreender como se dão os processos de construção dos significados sociais. (MATHIAS, 2011, p. 47)

Além disso, surge também na década de 1980 uma busca por romper com uma narrativa histórica homogeneizante e totalizante, dando espaço ao cotidiano, a memória, a História Social e a Micro História. Emerge a História Local, como instrumento de significado para a História geral estudada, bem como de possibilitar uma reflexão crítica do discente acerca de sua própria realidade, sua percepção enquanto sujeito histórico, de construir sua identidade e produzir suas próprias narrativas.

Tal entendimento restou consagrado nos Parâmetros Curriculares Nacionais, na forma que segue

Surgem, a partir dessa dimensão, desafios para o trabalho histórico que visa à constituição de uma identidade social do estudante, fundada no passado comum do seu grupo de convívio mas articulada à história da população brasileira. (PCN, 1997, p. 26)

Todavia, mister se faz salientar que tais transformações não ocorrem de forma homogênea e simultaneamente. Pelo contrário, se faz em um processo lento e gradual, na proporção que os cursos de formação de profissionais em História conseguem se reformular e, preparando novos profissionais, implementam em seus currículos modificações que possibilitem uma nova postura profissional diante dos novos tempos.

Por isso, por muito tempo um estudo de História baseado em nomes e datas, de maneira linear, privilegiando a memorização de nomes, datas e personagens ditos centrais ainda prevaleceu por muito tempo, inclusive sendo possível ainda encontrar resquícios desse modelo formativo em algumas salas de aula em nosso país, embora em número cada vez mais reduzido.

Essa concepção historiográfica, crítica e reflexiva, concatenada com as questões sociais, fazendo uso das metodologias de outras ciências, tomando por base uma pluralidade de fontes, não somente as escritas, não se trata

especificamente de uma novidade em um cenário global, já que se trata do preconizado pela Escola dos Annales na primeira metade do século XX.

No entanto, diante de um contexto histórico de duas ditaduras - a primeira de 1930-1945 e a segunda de 1964-1985 - e o esvaziamento crítico-reflexivo da disciplina para atender aos interesses do Estado ditatorial, tais tendências acabaram não se efetivando no país.

A nova Base Nacional Comum Curricular vem consagrando alguns desses princípios, bem como outros mais modernos, como já era possível se destacar nos Parâmetros Curriculares Nacionais, conforme se pode observar no que segue

A história não emerge como um dado ou um acidente que tudo explica: ela é a correlação de forças, de enfrentamentos e da batalha para a produção de sentidos e significados, que são constantemente reinterpretados por diferentes grupos sociais e suas demandas – o que, conseqüentemente, suscita outras questões e discussões. (BNCC, p. 397)

Assim, essa possibilidade de pluralidade e disputas de narrativas se dá a partir da interpretação de fontes diversificadas, que devem respeitar o método próprio da História, e que são, a partir do referido documento, levados para a sala de aula, entendida enquanto espaço para tanto, a partir da mediação do professor-historiador.

3.2 Ensino de História Local

O ensino de História Local, quer seja como ferramenta didática, quer como conteúdo, possibilita ao discente uma postura investigativa, como preconiza a nova Base Nacional Comum Curricular – BNCC, permitindo que o aluno assuma efetivamente seu protagonismo no processo ensino-aprendizagem, a partir de suas experiências familiares, ou seja, da história de sua família, avançando para as questões mais amplas e complexas no arranjo social do qual é parte integrante.

O conhecimento histórico se encontra na experiência humana, sendo fundamental a articulação entre a história do próprio indivíduo com a coletiva, para que se torne possível o estabelecimento de uma relação entre local e geral, e assim se compreenda o processo, com suas rupturas e continuidades, o que tornará possível a formação cidadã, ou seja, de pessoas críticas e reflexivas, capazes de

compreender e questionar as estruturas das quais são partes integrantes, o que se denomina consciência histórica.

[...] consciência histórica é a suma das operações mentais com as quais os homens interpretam sua experiência da evolução temporal de seu mundo e de si mesmos, de forma tal que possam orientar intencionalmente, sua vida prática no tempo. (RÜSEN, 2010, p. 57)

Assim, a partir da relação estabelecida entre os conteúdos programáticos curriculares e a experiência de cada aluno, torna-se possível uma aprendizagem tendo por base práticas de narrativas, a partir das mais diversificadas fontes possíveis que permitem uma reflexão crítica, proporcionando assim a percepção e compreensão do passado a partir do presente e, ainda, a elaboração de projetos futuros a partir desse processo.

A consciência histórica não é algo que os homens podem ter ou não – ela é algo universalmente humano, dada necessariamente junto com a intencionalidade da vida prática dos homens. A consciência histórica enraíza-se, pois, na historicidade intrínseca a própria vida humana prática. Essa historicidade consiste no fato de que os homens, no diálogo com a natureza, com os demais homens e consigo mesmos, acerca do que sejam eles próprios e seu mundo, tem metas que vão além do que é o caso (RÜSEN, 2010, p. 78-79)

Cabe destacar que não há uma hierarquia entre o local e o nacional, até porque o local faz parte do nacional, ainda que, na busca de uma escrita histórica única, se tenha deixado de lado fatores importantes como a pluralidade de sujeitos e lugares sociais, que podem facilmente ser percebidos pela ótica local.

Essa escrita uniforme de História acabou influenciando a escrita de materiais didáticos, que deixaram de prestigiar a percepção de cada sujeito e suas narrativas, bem como o espaço social, as pesquisas e a formação dos profissionais em História, dentre os quais os professores, que passaram a reproduzir essa lógica.

Assim, a História Local possibilita uma percepção, construção e escrita plural, prestigiando a diversidade de sujeitos, dentre os quais aqueles postos no anonimato pela escrita tradicional, bem como o espaço social, com seus arranjos políticos, econômicos, as relações de poder, tudo isso de maneira bem próxima, já que rompe a abstração de estruturas distantes e se torna mais sensível, dada sua inserção no cotidiano, o que acaba por proporcionar maior facilidade de compreensão de estruturas mais complexas e macros.

Nesse sentido, é apresentada, nos termos dos Parâmetros Curriculares Nacionais como

recurso pedagógico privilegiado, já que possibilita aos estudantes adquirirem, progressivamente, o olhar indagador sobre o mundo. É fundamental para o estudante que está começando a compreender o mundo conhecer a diversidade de ambientes, habitações, modos de vida, estilos de arte ou as formas de organização de trabalho, para compreender de modo mais crítico a sua própria época e o espaço em seu entorno. É por meio da observação das materialidades e da interpretação dos discursos do seu e de outros tempos que o aluno aprende a ampliar sua visão de mundo, tomando consciência que se insere em uma época específica. Em um estudo do meio, o ensino de História alcança a vida e o aluno transporta o conhecimento adquirido para fora da situação escolar, propondo soluções para problemas de diferentes naturezas com que se defronta na realidade. (PCN, 1998, p. 94)

Além de importante ferramenta para a compreensão de tempo, espaço e as relações estabelecidas diante desses aspectos, e por esse motivo, também se torna essencial para construção de identidades sociais e pessoais já que permite a criação de vínculos entre as gerações passadas e atual, norteando suas ações presentes e no planejar das futuras.

O papel do ensino de história na configuração identitária dos alunos é um dos aspectos relevantes para considerar ao proporem-se estudos da história local, que pode simplesmente reproduzir a história do poder local e das classes dominantes, caso se limite a fazer os alunos conhecerem de personagens políticos de outras épocas, destacando a vida e obra de antigos prefeitos e demais autoridades, para evitar tais riscos, é preciso identificar o enfoque e a abordagem de uma história local que crie vínculos com a memória familiar, do trabalho, da migração, das festas. (BITTENCOURT, 2004, p.168- 169)

Mais ainda, nos termos da Base Nacional Comum Curricular, deve-se buscar proporcionar ao aluno a oportunidade de analisar fontes diversificadas, de modo que possa interpretar, relacionar, rompendo assim com a lógica da memorização. A postura investigativa constrói conhecimento, desperta a reflexão crítica.

Romper com o senso comum, de um estudo meramente do passado, com nomes e datas é dotar o ensino de História de significado. Segundo Santos (2008, p. 64) para que se torne possível uma aprendizagem significativa, necessário se faz uma mudança de postura do professor, que deverá assumir o papel de

mediador, parando assim de “dar aulas” e passando a ser um instigador, despertando a sede de aprender.

O referido autor propõe, para tanto, sete atitudes para serem trabalhadas em sala de aula

1. Dar sentido ao conteúdo: toda aprendizagem parte de um significado contextual e emocional.
2. Especificar: após contextualizar o educando precisa ser levado a perceber as características específicas do que está sendo estudado.
3. Compreender: é quando se dá a construção do conceito, que garante a possibilidade de utilização do conhecimento em diversos contextos.
4. Definir: significa esclarecer um conceito. O aluno deve definir com suas palavras, de forma que o conceito lhe seja claro.
5. Argumentar: após definir, o aluno precisa relacionar logicamente vários conceitos e isso ocorre por meio do texto falado, escrito, verbal e não verbal.
6. Discutir: nesse passo, o aluno deve formular uma cadeia de raciocínio pela argumentação.
7. Levar para a vida: o sétimo e último passo da (re) construção do conhecimento é a transformação. O fim último da aprendizagem significativa é a intervenção na realidade. Sem esse propósito, qualquer aprendizagem é inócua. (SANTOS, 2008, p. 73-74).

A aprendizagem de História, assim, permite a compreensão do processo, suas rupturas e continuidades, fazendo com que, essas permanências e mudanças acabem por refletir uma necessidade social, incluindo nesse contexto, as disputas nesse espaço existentes.

Partindo dessa perspectiva é que se considera que os conteúdos sejam trabalhados, de forma contextualizada com o seu momento histórico e relacionados com o momento atual. Sempre que possível, estabelecer relações com o cotidiano do aluno. Ao desenvolver atividades, procura-se motivar o aluno para as leituras, reflexões, esclarecimentos de dúvidas, oportunizando a defesa de suas ideias, a elaborações de sínteses e/ou conclusões. Além dos livros didáticos e/ou de apoio (livros especializados), utilizar sempre, como subsídios artigos de revistas, reportagens de jornais, obras literárias, letras de música, filmes os quais vão auxiliar na sistematização do conhecimento, bem como no processo ensino aprendizagem. (ROCHA, 2003, p. 2).

3.3

Problematizando o ensino da História de Paraíba do Sul

A Rede Municipal de Ensino de Paraíba do Sul, segundo dados do Censo Escolar de 2021, é composta de 29 unidades, com 6.437 alunos matriculados e a Rede Estadual por 5 unidades que abrigam 2.274 estudantes. Das unidades

públicas municipais, oito atendem a alunos do segundo segmento do Ensino Fundamental, a saber as seguintes unidades:

- Escola Municipal Condessa do Rio Novo, situada na Avenida Provedor Randolpho Penna Jr, 300 – Centro - Paraíba do Sul – RJ - CEP: 25850-000 - Telefone: (24) 2263-4186 – E-mail para contato: condessa_rionovo@hotmail.com -Código INEP: 33017182.

- Escola Municipal Norberto Leal situada na Estrada Norberto Jose da Silva Leal, 3390 – Sardoal - Paraíba do Sul – RJ - CEP: 25850-000 – E-mail para contato: norbertoleal1@hotmail.com - Código INEP: 33017441.

- Escola Municipal Vereador Antonio Ignácio Coelho, situada na Rua Professor Miguel Rodrigues Pereira – Inconfidência - Paraíba do Sul – RJ - CEP: 25850-000 - Telefone: (24) 2266-0965 – E-mail para contato: emantonioicoelho@hotmail.com - Código INEP: 33017476.

- Escola Municipal Horacio de Mello, situada na Estrada RJ 131 - Cavarú, 180 - Paraíba do Sul – RJ - CEP: 25850-000 – E-mail para contato: roselivilela@uol.com.br - Código INEP: 33017662.

- Escola Municipal Andrade Figueira, situada na Rua Dr. Alexandre Abrahão, 87 – Centro - Paraíba do Sul – RJ - CEP: 25850-000 - Telefone: (24) 2263-2768 – E-mail para contato: andrade_figueira@hotmail.com - Código INEP: 33017131

- Escola Municipal Irmã Montedônio, situada na Rua Venezuela, 346 - Parque Morone - Paraíba do Sul – RJ - CEP: 25850-000 - Telefone: (24) 2263-2814 - Código INEP: 33017247.

- Escola Municipal Arcanjo Antonino Lopes, situada na estrada Velha de Vieira Cortês, 780 - Santa Josefa - Paraíba do Sul – RJ - CEP: 25850-000 - Telefone: (24) 2263-2828 – E-mail para contato: emtimlopes@hotmail.com - Código INEP: 33017280.

- Escola Municipalizada Brizolão 442 Haroldo Machado de Barros - CIEP - Centro Integrado de Educação Pública, situada na Avenida Randolfo Pena, 840 – Jatobá - Paraíba do Sul – RJ - CEP: 25850-000 - Telefone: (24) 2263-2771 E-mail para contato: cie442@hotmail.com - Código INEP: 33093644.

Dessas unidades escolares, três ficam localizadas na zona rural do município, a saber, Vereador Antônio Ignácio Coelho, Horácio de Melo e Norberto Leal, duas situam-se no Centro da cidade, a saber Condessa do Rio

Novo e Andrade Figueira e as outras três em bairros, sendo elas Irmã Montedônio, CIEP Haroldo Machado de Barros e Arcanjo Antonino Lopes (Jornalista Tim Lopes).

A Rede Municipal de Ensino, conforme dados do portal da transparência da Prefeitura de Paraíba do Sul, conta com cerca de quatrocentos professores, sendo que desse total, quatorze são de História.

A Deliberação do Conselho Municipal de Educação de Paraíba do Sul, CME/PS Nº 28 – 2020, modificou a matriz curricular do Ensino Fundamental e da Educação de Jovens e Adultos – Fases Finais inserindo os seguintes componentes: Ensino Religioso e Estudos Complementares em Língua Portuguesa e Matemática, não possuindo, entretanto, as referidas disciplinas caráter avaliativo, consequentemente, não sendo passíveis de reprovação.

Segundo o referido documento, a Disciplina História conta com quatro horas/aulas semanais em todas as séries dos anos finais do Ensino Fundamental e duas horas/aulas semanais para a fase final da Educação de Jovens e Adultos.

Anteriormente, a deliberação do Conselho supracitado CME/PS Nº 8 – 2006 havia fixado em seu inciso III do artigo 3º a parte diversificada da Matriz Curricular do sexto ao nono ano do Ensino Fundamental, fazendo constar as seguintes disciplinas: Língua Estrangeira (Inglês), Educação para o Trânsito, Conscientização Turística e Ecológica, Educação Tributária e Conscientização Política.

Cabe trazer à baila as citadas deliberações porque estão diretamente relacionadas ao ensino de História Local na cidade. Isso porque a História da cidade era vislumbrada exclusivamente na disciplina Conscientização Turística e Ecológica, conforme relato da professora Taís Cerqueira e do Orientador pedagógico Robison Guimarães.

Acrescente-se o fato da disciplina Conscientização Turística e Ecológica ter suas aulas ministradas não necessariamente por professor ligado às Ciências Humanas ou Biológicas, já que era, na maioria das vezes, utilizada por profissionais das mais diversas áreas, para completar sua carga-horária em uma determinada escola, e, segundo informações desses profissionais, raramente um professor de História assumia essa regência.

Regularmente, nas aulas de História, por não constar no livro didático fornecido pelo Programa Nacional do Livro Didático, a temática local não é

tratada. Quando muito, alguns profissionais faziam observações pontuais, mas nada além disso.

A partir desse relato, a pesquisa sobre o ensino de História Local dirigiu-se ao levantamento desse material utilizado nas referidas disciplinas, com o objetivo de promover sua análise. Trata-se uma apostila montada a partir de pesquisas realizadas em sítios eletrônicos, que encontram-se listados no final do material, sendo a edição submetida a apreciação datada de 2018. Encontra-se dividida em dois volumes, um tratando de cultura e outro de turismo. Em ambos não se observou sugestão de abordagem para as propostas realizadas, tampouco da utilização dos anexos existentes.

Ao proceder a análise do que tange a Cultura, observou-se que o material foi organizado pelo professor de História da Rede Municipal de Ensino Thiago Norton Silva e pela professora Alliana Daud, que não possui formação em História. Para o sexto ano são tratados assuntos relativos ao conceito de cultura, de maneira geral, e identidade. Divide-se nos seguintes pontos:

- O que é cultura?
- O que é identidade?
- Identidade pessoal, coletiva e nacional.
- Encontrando culturas, encontrando o outro.
- Anexos.

Nos anexos, constam textos de apoio sobre cultura, que dada complexidade para a faixa etária de alunos de sexto ano, devem servir de material de apoio para o professor, e duas propostas de dinâmica que trabalham identidade. No desenvolvimento das temáticas acima elencadas, constam atividades a serem realizadas pelos alunos, todas em conformidade com suas idades. Destaque-se que as manifestações culturais locais não são contempladas.

Já para o sétimo ano, são tratadas algumas das mais importantes manifestações culturais mundiais, fazendo para isso o percurso de cada continente. As unidades temáticas encontram-se assim distribuídas:

- A diversidade cultural e o mundo atual;
- Manifestações culturais no continente americano;
- Manifestações culturais no continente africano;
- Manifestações culturais no continente europeu;

- Manifestações culturais no continente asiático;
- Anexos.

Consta nos anexos material de apoio sobre diversidade cultural, sendo dois desses textos de aplicabilidade possível para os alunos do sétimo ano. Um terceiro texto, todavia, parece ser para aprofundamento para o professor, dado seu caráter acadêmico. Há também proposta de uma dinâmica de grupo.

Por sua vez, no oitavo ano é tratada a diversidade cultural brasileira, trazendo, para isso, as manifestações de cada região do país, distribuídos da seguinte forma:

- A diversidade cultural no Brasil;
- Manifestações culturais importantes da região Norte;
- Manifestações culturais importantes da região Nordeste;
- Manifestações culturais importantes da região Centro-oeste;
- Manifestações culturais importantes da região Sudeste;
- Manifestações culturais importantes da região Sul;
- Anexos.

Diferentemente do material do sexto e sétimo ano, não se observou, no anexo, textos de apoio ou propostas de dinâmicas, mas tão somente uma relação de sites que serviram de base para elaboração do conteúdo. As unidades abordadas trazem em seu bojo texto e atividades, essas adequadas a faixa etária dos discentes.

Por fim, no nono ano é tratada a História de Paraíba do Sul. A temática local encontra-se assim distribuída:

- A origem da cidade de Paraíba do Sul;
- Paraíba do Sul e o ouro – Estrada Real e Inconfidência;
- Paraíba do Sul e o café;
- Anexos.

Como material de apoio, nos anexos, são apresentados textos que fazem considerações sobre o Caminho Novo e Tiradentes, bem como uma biografia de Garcia Rodrigues Paes. Eles são de fácil leitura e compreensão por parte dos alunos, embora pareçam destinarem-se aos professores. Além disso, são listados os sítios eletrônicos que referenciam a montagem do material. As unidades

supracitadas encontram-se organizadas em texto e exercícios, ambos condizentes com a idade dos estudantes desse nível de escolaridade.

O segundo volume trata da temática turismo. O material foi organizado pelo professor de Geografia da Rede Municipal de Ensino Vitor de Castro Morais e pela professora Alliana Daud, ambos sem formação específica em História.

No que concerne ao oitavo ano do Ensino Fundamental, aborda o turismo nas regiões geográficas brasileiras. Ao abordar as atrações do estado do Rio de Janeiro, destaca a tradicional festa de Bom Jesus de Matosinhos, que no ano de 2021 foi declarada como Patrimônio Cultural Imaterial do Estado, por meio da Lei 9.389/2021, realizada anualmente em Paraíba do Sul. Não é realizado um histórico da devoção e da festividade, mas tão somente o fluxo de peregrinos, até porque o enfoque é o turismo. Destaque-se ainda que a data da realização do evento encontra-se equivocada, já que o mesmo ocorre no último domingo do mês de agosto, e não entre os dias 24 e 26 do referido mês.

As abordagens organizam-se da seguinte forma:

- O turismo como atividade econômica;
- O turismo na região Norte;
- O turismo na região Nordeste;
- O turismo na região Centro Oeste;
- O turismo na região Sudeste;
- O turismo na região Sul;
- Anexos.

Os anexos trazem texto base, aparentemente para apoio do professor e referencia os sítios eletrônicos utilizados na pesquisa de confecção do material. Além disso, são apresentados exercícios complementares para serem realizados pelos alunos, além dos existentes em cada temática abordada. Todos adequados à faixa etária e escolaridade.

Por fim, a apostila do nono ano do Ensino Fundamental aborda a atividade turística no estado do Rio de Janeiro, destacando a atividade na cidade, de modo a apontar seus principais atrativos. A questão é fatiada por regiões, sendo que o município é tratado de maneira particularizada em um módulo que trata do seu calendário de eventos.

Primeiramente é apresentado o artesanato local e na sequência a política municipal de turismo. Os principais pontos atrativos descritos no material são o Encontro Nacional de Motociclistas, Encontro de Veículos Antigos, Sebollas é Agro, Festa do Bom Jesus de Matosinhos, Festa da Fogueira (São João), Pedra da Tocaia e Queima Sangue.

Contam com um histórico descritivo as Festas de Bom Jesus e da Fogueira, bem como a Pedra da Tocaia e Queima Sangue, que é um bairro da cidade. Já os Encontros de Motociclistas e Carros Antigos, bem como o evento Sebollas é Agro, não contam com históricos.

O material didático é organizado da seguinte forma:

- Turismo no Estado do Rio;
- Regiões turísticas do Estado do Rio;
- O turismo e o artesanato em Paraíba do Sul;
- Calendário de Eventos;
- Anexos.

O anexo traz texto de apoio sobre economuseu ou museu-empresa, aparentemente para o professor regente, e os sítios eletrônicos consultados para confecção do material.

Acerca do material do sexto e sétimo ano, não foi possível localizá-los. A escola que franqueou acesso não dispunha de exemplares.

Segundo Hobsbaw (1998, p. 22) *“Ser Membro da comunidade humana é situar-se com relação a seu passado, que é uma dimensão permanente da consciência humana, um componente inevitável das instituições, valores e padrões da sociedade”*.

Assim, torna-se fundamental que esse indivíduo, que participa dessa comunidade, tenha conhecimento de sua história, sua cultura, suas instituições, das relações políticas, econômicas e sociais, para que possa ter um olhar mais abrangente sobre sua realidade, articulando assim o local com o cenário nacional e mundial, de modo a compreender que, em um mundo cada vez mais globalizado, torna-se extremamente difícil pensar um espaço dissociado dos demais.

O grande desafio que se levanta para os professores da Educação Básica é justamente romper com a crença de que o estudo de História se trata de um mero estudo do passado, o que o torna, nessa perspectiva, desnecessário e entediante. É

preciso dar significado ao que se estuda, a partir de uma contextualização. Romper com a temática, muita das vezes abstrata para a maioria dos alunos, presente nos capítulos dos livros didáticos é fundamental nesse processo de ressignificação.

Aquilo que está mais próximo, se torna mais concreto, mais visível, palpável. Daí a importância, nesse sentido, de se utilizar a História Local também para maior compreensão de uma realidade macro, uma vez que nela se encontra inserida e dela é parte integrante. Assim, pode-se ter, a partir de sua utilização, um importante recurso pedagógico.

É de muito mais fácil compreensão para os alunos quando o professor explica, a partir da realidade local, um sistema de manipulação política, como o clientelismo, por exemplo, presente nas promessas de políticos locais de empregos em troca de votos, ou ainda, o conceito de curral eleitoral com base em um espaço geográfico onde um determinado político exerce forte influência e, conseqüentemente, tem forte expressão de votos e, a partir dessa realidade, relacionar ao conteúdo presente no livro didático sobre o sistema político brasileiro nos anos iniciais da república.

No caso de Paraíba do Sul, possível é promover essa articulação, instrumentalizar a aprendizagem e dotar de significado a História presente no livro com o local, permitindo que se torne mais concreta, a partir de sua proximidade, já que a cidade possui uma história riquíssima; entretanto não explorada em sala de aula.

Nesse sentido, o fim da disciplina Conscientização Turística e Ecológica representou uma grande perda, ainda que abordasse a História da cidade de maneira reduzida, até porque se tratava de uma abordagem com foco no turismo, aliado ao fato de sua narrativa não trazer consigo compromisso científico, historiográfico, já que não fora produzida por historiadores, detentores de uma metodologia própria para construção dessa narrativa.

Como observado, ainda que de maneira superficial e desarticulada com a História do Brasil, contemplada nos livros didáticos utilizado pelos discentes, a disciplina Conscientização Turística e Ecológica acabava constituindo uma oportunidade de contato com a História de Paraíba do Sul, de compreender que a realidade mais próxima está diretamente relacionada e articulada com a realidade macro, influenciando e por ela sendo influenciada, já que dela é parte integrante.

Ainda que essa disciplina não fosse ministrada por professores de História, isso porque cabia a qualquer professor, de qualquer disciplina, para fechamento de sua carga horária semanal, sua administração, contribuía para aguçar a curiosidade, a compreensão de sua realidade, o questionamento, que poderiam ser transportados para as aulas regulares de História, ou mesmo permitir ao regente dessa matéria, estabelecer relações mais facilmente compreendidas, contribuindo para um processo de reflexão crítica e análise do grupo do qual é parte integrante, bem como se perceber e os demais integrantes dessa sociedade como sujeitos históricos, capazes de transformar essa realidade na qual encontram-se inseridos.

Já no primeiro seguimento do Ensino Fundamental, onde dentre outros aspectos, o ensino de História busca trabalhar as questões identitárias, a temática local, quando raramente tratada, tem como fonte dos professores para montagem de material o sítio eletrônico da prefeitura, onde a narrativa retratada se baseia no único livro que aborda a temática da história da cidade, a saber Capítulos da História de Paraíba do Sul, de autoria do memorialista Pedro Gomes da Silva, com raros exemplares disponíveis para consulta e pesquisa.

Diante do exposto, a produção de um material que apoie, não somente o segundo segmento do Ensino Fundamental, mas também o primeiro, seria de grande valia para o ensino de História Local, material esse desenvolvido segundo uma metodologia histórica, dotada de cientificidade.

Serviria assim de apoio aos professores no planejamento de suas aulas, como um referencial, e ainda para os alunos, já que traria propostas específicas para cada ano de escolarização. Tal material trabalharia, em conformidade com a Nova Base Nacional Comum Curricular, buscando estabelecer atividades que contemplem a análise e interpretação de fontes, contribuindo para a construção de narrativas pelo próprio aluno, reforçando assim sua autonomia e protagonismo no processo ensino-aprendizagem, de modo a torná-lo sujeito de sua própria história.

Esse material será de grande valia por selecionar fontes, que no caso de Paraíba do Sul encontram-se dispersas e de difícil acesso, as colocando disponíveis para análise, tanto de professores quanto de alunos

A partir de suas origens e tradições familiares, da compreensão do local onde vive, de suas disputas, significados, rupturas e continuidades, ou seja, da construção de uma identidade coletiva sul-paraibana, esse aluno será capaz de construir sua própria identidade, percebendo seu pertencimento a um grupo, de

pequenas, médias e grandes proporções, contribuindo, com isso, para que possa construir seu projeto de vida.

Nesse sentido, segundo Martinazzo

A identidade humana é um traço característico de cada ser que permite distinguir um indivíduo de outro, um grupo de outros grupos ou ainda uma civilização de outra. Refere-se, de modo específico, às características próprias de cada um, da espécie humana e da sociedade. Ela demarca as semelhanças e diferenças entre os seres humanos, destacando suas características físicas, seu modo de pensar, ser e agir, bem como permite ao sujeito construir e desenvolver os traços da sua própria história. (MARTINAZZO, 2010, p. 33)

Ela é formada a partir de diferentes culturas, que se dão em tempos e espaços distintos, de modo que compreender esse processo de disputas, rupturas e continuidades, torna-se elemento fundamental para sua constituição, uma vez que, o indivíduo, enquanto ser social, produz sociedade que, por sua vez, produz indivíduos, que dela fazem parte e que dele são parte. E é a partir dessa relação social, que o ser se percebe enquanto o sendo, já que ele só pode se realizar em um meio cultural e isso se expressa na sociedade.

Assim, dar a conhecer e valorizar sua própria origem é a forma de se oportunizar a conquista da cidadania, e, para tanto, o ensino de História, principalmente a Local, proporcionará um encontro com suas origens, com os elementos que o particularizam diante de uma realidade complexa e plural, ao mesmo tempo que fornecerá elementos para perceber a diversidade do mundo do qual é integrante.

3.4

Caixa de História: instrumento para ensino de História Local

Busca-se, com a implementação da caixa de história, aqui denominada Baú do Arnaud, possibilitar ao aluno contato direto com fontes históricas, das mais diversas possíveis e ao professor mais uma ferramenta de trabalho, de múltiplas formas de utilização.

Primeiramente, a escolha do nome baú se dá em razão de sua remissão a memória, em especial, as familiares. Era o local onde fotografias e outros objetos importantes para as famílias ficavam guardados, resguardando assim lembranças de determinados momentos e fatos vivenciados, permitindo, a qualquer tempo,

que o processo fosse revivido e refletido, de modo a se compreender a atualidade, a partir dessa dinâmica. Permite o refazer da origem familiar, desperta o senso de pertencimento a esse núcleo, contribui para a construção da identidade individual.

Esse projeto busca trazer fontes para serem analisadas por alunos, juntamente com seus professores de História, exatamente com a mesma função: produzir narrativas que possibilitem a compreensão da realidade, a partir de um processo histórico, e assim serem construídas narrativas históricas, que permitam a compreensão das dinâmicas sociais que formam os grupos do qual se originam e fazem parte, dentro de um movimento de rupturas e continuidades, de modo a perceber quem ele é nesse universo e quem pretende tornar-se, a partir de uma consciência história, de uma criticidade que o dota do poder de transformar a realidade na qual se encontra inserido.

O nome do baú, Arnaud, faz referência ao mais conhecido historiador contemporâneo da cidade Arnaud Pierre, falecido em 2011, e sua incansável luta pela preservação do patrimônio histórico municipal. Daí o desejo de homenageá-lo. Era formado em História, Geografia, Filosofia, Direito e Jornalismo. Foi fundador do Instituto Histórico e Geográfico da Parahyba do Sul. As palavras do ex-presidente da Câmara Municipal de Paraíba do Sul, Jorge Cácio Barbosa, refletem sua importância na preservação e resgate da História da cidade: *“Fundador do IHGPS (...) - à maior contribuição de Arnaud Pierre à cidade - que deve a esse historiador parte do que foi salvo e compõe um acervo de sua história: Brasão oficial, Bandeira oficial(...)”*

Trabalhar com fontes diversificadas, com objetivo de proporcionar ao aluno a possibilidade de perceber diferentes narrativas, é um importante instrumento para despertar no discente a curiosidade, capacidade de análise, reflexão crítica e interpretação, valendo-se de diferentes instrumentos para produção de uma narrativa. Não se pretende que desempenhe as mesmas atividades que um historiador, para isso cabe a mediação do professor, mas que perceba que a escrita da História obedece um rigor científico, que a difere de um mero conto.

Destaque-se ainda a necessidade do professor utilizar instrumentos que permitam uma contextualização da produção dessas fontes, levando o discente a compreender que ela traduz uma historicidade própria, ou seja, reflete o contexto no qual e para que fora produzida, em determinado tempo e espaço.

Essa possibilidade de análise e percepção do processo através do estudo das fontes encontra-se em consonância com os estudos mais modernos da disciplina e com os Parâmetros Curriculares Nacionais para o ensino de História, como se observa a seguir

Desenvolver atividades com diferentes fontes de informação (livros, jornais, revistas, filmes, fotografias, objetos, etc.) e confrontar dados e abordagens; trabalhar com documentos variados como sítios arqueológicos, edificações, plantas urbanas, mapas, instrumentos de trabalho, objetos cerimoniais e rituais, adornos, meios de comunicação, vestimentas, textos, imagens e filmes; ensinar procedimentos de pesquisa, consulta em fontes bibliográficas, organização das informações coletadas, como obter informações de documentos, como proceder em visitas e estudos do meio e como organizar resumos (BRASIL, 1998, p. 77).

O trato de fontes múltiplas, e não somente as documentais oficiais, é que se consolidou no estudo de História a partir da Escola dos Annales, a partir da primeira metade do século XX. Deve-se buscar fazer com que elas dialoguem entre si, cabendo àquele que as analisa extrair aquilo que elas falam por si, e não o que se pretende escutar.

É a partir dessa curiosidade que o aluno, assumindo seu papel de protagonista no processo ensino-aprendizagem, irá construir seu conhecimento, valendo-se, para isso, de análises, questionamentos, interpretações que o levarão a compreender e problematizar uma situação, produzindo sua própria narrativa, como preconiza a Base Nacional Comum Curricular

COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS DE HISTÓRIA PARA O ENSINO FUNDAMENTAL

1. Compreender acontecimentos históricos, relações de poder e processos e mecanismos de transformação e manutenção das estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais ao longo do tempo e em diferentes espaços para analisar, posicionar-se e intervir no mundo contemporâneo.
2. Compreender a historicidade no tempo e no espaço, relacionando acontecimentos e processos de transformação e manutenção das estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais, bem como problematizar os significados das lógicas de organização cronológica.
3. Elaborar questionamentos, hipóteses, argumentos e proposições em relação a documentos, interpretações e contextos históricos específicos, recorrendo a diferentes linguagens e mídias, exercitando a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos, a cooperação e o respeito.
4. Identificar interpretações que expressem visões de diferentes sujeitos, culturas e povos com relação a um mesmo contexto histórico, e posicionar-se criticamente com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.

5. Analisar e compreender o movimento de populações e mercadorias no tempo e no espaço e seus significados históricos, levando em conta o respeito e a solidariedade com as diferentes populações.
6. Compreender e problematizar os conceitos e procedimentos norteadores da produção historiográfica.
7. Produzir, avaliar e utilizar tecnologias digitais de informação e comunicação de modo crítico, ético e responsável, compreendendo seus significados para os diferentes grupos ou estratos sociais. (BRASIL, 2018, p. 402)

O presente trabalho, de seleção de fontes e proposição de atividades a partir delas, proporcionando esse importante instrumento para o ensino de História inspirou-se no projeto desenvolvido por professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ e da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO denominado “Caixa de História”, resultado dos trabalhos do grupo de pesquisa Oficinas de História.

A partir de 2004 o material pedagógico idealizado por esse grupo passou a ser preparado, juntamente com orientações aos professores que iriam operacionalizá-lo. Esse material de Educação Patrimonial e História Local passou a ser confeccionado para diversos municípios fluminenses com o objetivo de contribuir no processo de formação de identidades através do sentimento de pertencimento ao local, composto por diversas vivências e maneiras de narrá-las.

as identidades acabam por definir uma possibilidade de se orientar no mundo interferindo nas maneiras de nos situar nos espaços sociais em que vivemos, as posições que assumimos em relação a nós mesmos e ao outro, especialmente as decisões e compromissos de ordem ética. (ROCHA, 2006, p. 133)

Em cada município para o qual elas foram produzidas, o grupo buscou selecionar vestígios do passado e transformá-los em documentos, para submetê-los a análise de professores e alunos, norteados por atividades e oficinas.

Quando se pretende trabalhar a dimensão identitária relacionada ao local, deve-se contemplar a recordação ou o conhecimento sistemático sobre o local, atual e pretérito. Daí a importância do ensino de História para compreensão desse processo.

Segundo a professora Helenice Rocha

uma ideia muito cara ao projeto Caixa da História é que, ao refletir sobre o que vivemos, transformamos vivências em experiências. A experiência é a vivência refletida, pensada, digerida, redimensionada e ressignificada. (...) História comportaria a vivência e a experiência. (ROCHA, 2006, p. 131)

Essas recordações trabalhadas devem ser entendidas no campo da memória, que se compõe de um sistema de alternância entre esquecimentos e lembranças. A apreensão do mundo, a partir das vivências, das experiências, se dá através da memória, que é individual e coletiva.

No que tange às memórias coletivas ou sociais são aquelas oriundas de um grupo, como as narrativas de moradores de uma determinada localidade, componentes de associações, como religiosas, musicais, recreativas, de trabalhadores, dentre outros, que acaba fazendo com que, mesmo não participando desses fatos, essa pessoa acabe se apropriando dessa memória como sua já que se encontra como parte integrante desses grupos.

Quanto aos esquecimentos, Rocha (2016) discorre que, assim como as lembranças, são frutos de uma relação estabelecida com o mundo do qual se integra e sua dinâmica de interação social, variando conforme os conhecimentos adquiridos e outros elementos subjetivos, que acabam fazendo com que a visão do passado ou mesmo a análise do presente sejam modificados, transformando assim as memórias social e individual.

A partir da provocação suscitada pelo ensino de História Local, os estudantes serão capazes de refletir criticamente sobre suas experiências e vivências, problematizando-as e valorizando essa criticidade sobre si e sobre o outro e, se percebendo sujeito como o é, promover ou não mudanças em sua própria vida, percebendo e construindo aquilo que o torna singular, único, em relação a essa coletividade, a qual se torna fundamental para a sua percepção enquanto ser, ou seja, sua identidade.

3.4.1 Aplicabilidade do recurso

O presente projeto, Baú do Arnaud, tem por objetivo disponibilizar uma série de fontes e sugestões de atividades que permitam a alunos e professores tornarem as aulas de História mais interessantes, significativas, ao proporcionar elementos que permitam o estabelecimento de relação entre o micro e o macro, ou seja, entre a História Local e a História do Brasil, já que o local encontra-se inserido no nacional.

Acessar fontes sobre o local e a articulação entre a História do Brasil e a História Local - ainda que essa seja parte integrante e indissociável daquela - é a maior dificuldade encontrada pelos professores. E essa problemática não se restringe a realidade de Paraíba do Sul. Segundo entrevista realizada por Rita De Cássia Louback de Souza¹⁶ com professores de Nova Friburgo – RJ, para sua dissertação de mestrado, a mesma dificuldade fora relatada pelos professores daquele município.

P: Depois que você entrou na rede, em algum momento você chegou de uma forma ou de outra a trabalhar com a história local com os alunos?

R: “Bem [...] especificamente não. As vezes até falo sobre alguma coisa, mas quando é por curiosidade de algum aluno, às vezes dependendo de algum assunto que eu abordo vem alguma coisa sobre Friburgo. Mas não é comum, depende muito da curiosidade dos alunos”.

P: Você sente vontade de utilizar a história local como um “link” para trabalhar os conteúdos de Brasil e Geral?

R: “Não domino muito [...] mas sei que é possível fazer uma ponte desses conteúdos com a história local. E aí você não tem material disponível pra isso, mas não aquele material que existe com aquela visão tradicional da Suíça Brasileira, mas coisas novas, com novas visões. Aí você não tem um trabalho de planejamento que faça essa ponte e nem um interesse da secretaria de educação que é cobrada até pelos professores do 1º segmento para a atualização do material, mas não tem nada. Sei lá [...] não acho que a secretaria de educação tem interesse nisso, eles não têm muita autonomia, e a prefeitura gosta de trabalhar esse negócio da herança suíça por causa do turismo. Mais ou menos há 2 meses fui numa oficina de história local lá na Dorotéia, com o João Raimundo, o Jorge Miguel, o Marreto. Foram quatro sábados. Essa oficina foi aberta pra qualquer pessoa que se interessasse, mas a maioria do pessoal era de professores da rede e ainda foi de graça pra quem fosse filiado ao SEPE, que bancou a oficina”.

P: Quais são, na sua visão, as principais dificuldades para que o professor trabalhe com a história local?

R: “ Como eu já disse é não ter o material, não dá com o tempo que a gente tem de aula, e aquele negócio de ficar indo de um colégio pra outro [...] Pegar os trabalhos do João, do Jorge, do Marreto e ficar estudando pra preparar aula, e ainda tem esse currículo obrigatório que em Friburgo ainda é maior que o do Rio. Acho que o professor do segundo segmento é muito resistente a novas propostas porque ele acha que vai aumentar o trabalho dele e aqui você sabe que a prefeitura não cumpre a lei do piso e nem o 1/3 de planejamento. Desestimula. Então se não está no currículo vai ser muito difícil o professor por conta própria trabalhar isso”. (SOUZA, 2016)

Garantir então o acesso a materiais que contemplem o ensino de História Local e pô-la em prática constitui importante instrumento para tornar o processo reflexivo mais concreto, dada sua proximidade à realidade do estudante, do seu

¹⁶ SOUZA, Rita de Cássia Louback. A história local e as suas abordagens nas salas de aula da rede municipal de educação de Nova Friburgo. Dissertação de mestrado. Disponível em: <<https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/173402>> Acesso em 20 mar. de 2022.

quotidiano, daquilo que, muitas vezes, se coloca de maneira extremamente abstrata para ele, dada a sensação de distância provocada pela História mais geral, motivando grande desinteresse pelas aulas e pela disciplina.

Pretende-se criar baús para as demais séries do Ensino Fundamental. Entretanto, dado o contexto da pandemia SARS/COVID-19 que limitou o campo de ação das pesquisas, principalmente o contato direto com professores e fontes mais diversificadas, como por exemplo os relatos orais, optou-se, nesse primeiro momento e pelas diversas circunstâncias que demandam uma avaliação da aplicabilidade para as devidas correções, em se confeccionar o presente para turmas do oitavo ano do Ensino Fundamental.

Como destaca a professora Helenice Rocha (2016), participante do grupo de pesquisa que deu origem as Caixas da História, que inspiram esse trabalho, a interação com professores é fundamental para melhor funcionalidade das propostas, uma vez que cada bairro, escola ou mesmo turma apresenta uma demanda diferenciada, ainda que situados em uma mesma cidade.

É preciso que se aliem dois fatores, a teoria e a prática, principalmente diante de realidades tão heterogêneas. Isso porque o idealizado teoricamente nem sempre é aplicável na prática, dada existência de fatores internos e externos que o impeçam. Daí se tornar fundamental a troca entre o idealizado e o percebido pelo professor regente, ainda que haja completa liberdade de se adaptarem as atividades propostas pelo docente.

O material consiste em quatro unidades temáticas, divididas da seguinte forma:

- Atividade 1 – Espaço como reflexo do contexto político e econômico.
- Atividade 2 – Relações de trabalho.
- Atividade 3 – Transformações urbanas e a relação público x privado.
- Atividade 4 – O sistema político e seus atores.

As atividades propostas não ocorrerão em uma única aula. A ideia é que sejam trabalhadas por um período maior, como por um bimestre, para que, com a curiosidade aguçada, o discente possa buscar fontes além daquelas apresentadas no baú, enriquecendo assim a pesquisa e sua compreensão da temática.

Em cada unidade, são apresentadas fontes diferentes para que os alunos possam estabelecer um diálogo entre elas, analisá-las, contextualizar,

compreender e produzir uma narrativa a partir desse diálogo, percebendo que a narrativa histórica obedece um método para que seja reconhecida como científica.

Para tanto, foram elaboradas fichas para direcionar as informações que deverão ser extraídas, minimamente, dos documentos analisados. O que se pretende dizer com essa expressão minimamente é que o professor detém toda a autonomia para destacar outros aspectos, ou mesmo o aluno pode localizar outros que, a seu ver, são de grande valia. A ideia é tão somente impulsionar e nortear uma análise inicial e deixar a ideia fluir.

O registro das principais informações em fichas busca estimular a catalogação das fontes e das informações, de modo a levar o aluno a compreender que as informações sistematicamente organizadas proporcionam uma melhor percepção desse diálogo estabelecido entre as fontes, bem como possibilitar uma maior articulação e facilidade quando da produção de uma narrativa.

Além das fichas, existem alguns exercícios, ao final de cada atividade, que estimulam uma análise mais profunda e direcionada das fontes e promovem seu diálogo com aquilo que consta no material didático, proporcionando um processo analítico e reflexivo que acarretam na produção de uma narrativa, sendo sempre essa a atividade final de cada uma das atividades sugeridas.

Trabalhar com fontes demanda um conhecimento prévio, uma contextualização da situação e do material analisado para que se tenha maior fidedignidade das informações levantadas. Para promoção desse aspecto, antes das atividades elaboradas, é sugerida a produção de um fichamento do capítulo do livro didático, conforme a temática a ser discutida, que permita compreender todo o arranjo social inerente à questão.

Além do aspecto abordado para o uso do livro didático, deve-se ainda destacar que ele também se trata de uma fonte e, por isso, sua utilização também serve para sua valorização, e ainda, na percepção de que ele também representa uma narrativa, baseada em fontes, que se encontram em permanente diálogo, permitindo, academicamente, o surgimento de outras narrativas diversas daquela ali estampadas.

Esse material busca tornar disponíveis para os professores de Paraíba do Sul uma série de fontes para serem trabalhadas nas aulas de História, dada a dificuldade de acesso a elas, bem como pela falta de espaço na matriz curricular para a História Local, temática de grande relevância para compreensão da

realidade macro, da percepção de serem todos sujeitos históricos, garantidor de elementos para constituição das diversas identidades.

Embora venham acompanhado de sugestão de abordagem, cabe ao professor regente decidir sua aplicabilidade, bem como as adaptações necessárias, conforme a necessidade/realidade da turma da qual ele é profundo conhecedor.

Após a retirada da disciplina Conscientização Turística e Ecológica do currículo da Rede Municipal de Ensino os alunos da cidade deixaram de ter contato com a história da cidade da qual fazem parte e que, esse contato, a partir dos instrumentos analíticos e reflexivos fornecidos pelo ensino de História, acabaram prejudicando o processo de formação de uma identidade coletiva sul-paraibana, e conseqüentemente, prejudicando assim a construção de identidades individuais.

O material então facilitará o trabalho do professor, sendo uma grande ferramenta para o desenvolvimento de suas atividades pedagógicas, enriquecendo suas aulas, as tornando mais agradáveis e dotadas de significado uma vez que permitirá, a partir de um despertar de curiosidade, que os alunos assumam seu protagonismo diante do processo ensino-aprendizagem, bem como oportunizar uma reflexão crítica sobre a realidade local.

Além de idealizar, fora realizada, por esse pesquisador, a aplicação de uma das atividades previstas no produto, tendo em vista o contexto de pandemia SARS-CoV-2 que impediu seu contato com os alunos da Rede Municipal de Ensino de Paraíba do Sul. Essa amostragem fora realizada em uma escola privada, a Escola Santa Clara de Três Rios, onde é professor regente de História, no oitavo e nono anos do Ensino Fundamental, e nas três séries do Ensino Médio, onde leciona, além de História, Filosofia e Sociologia.

A história de Três Rios e Paraíba do Sul são atreladas, tendo em vista o fato do antigo segundo distrito de Entre-Rios ter como sua sede o município de Paraíba do Sul, situação essa que se rompe com sua emancipação político-administrativa, através do Decreto 634 de 14 de dezembro de 1938. Tendo em vista o fato da triplicidade de sua nomenclatura com outras cidades brasileira, teve seu nome alterado, pelo Decreto-lei 1056, passando a ser denominada Três Rios, como até os dias de hoje.

Dessa forma, a utilização das fontes elencadas na caixa poderiam ser realizadas, ainda que em uma escola de Três Rios, para fins de testagem, como o fora, dado constituírem um único município naquele momento.

A Escola Santa Clara de Três Rios está localizada na Rua Sete de Setembro, nº 145 – Centro – CEP 25802-130. Seu código INEP é 33104476, atendendo a Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio. Segundo dados do Censo Escolar 2021, a escola contava com 359 alunos matriculados. É uma unidade privada de ensino regular. Possui três professores de História, sendo uma para os anos iniciais do Ensino Fundamental, um para sexto e sétimo anos finais do Ensino Fundamental e, no caso, esse pesquisador com oitavo e nono anos do Ensino Fundamental e as três séries do Ensino Médio.

Entre os anos de 2016 e 2020, esse pesquisador foi o único regente de História do segundo segmento dos Ensinos Fundamental e Médio e, através dessa experiência de trabalhar todo esse processo de escolarização histórica, percebeu a necessidade de um material que abordasse a temática de História Local. Todas as vezes que se abordava alguma questão nesse sentido, percebia-se que os alunos passavam a prestar mais atenção e a participar mais das aulas.

Em razão disso, aliado a necessidade de se experimentar o produto desenvolvido e as limitações impostas pelas questões sanitárias, buscou-se aplicar a atividade na turma do nono ano do Ensino Fundamental da referida escola. A temática era Proclamação da República e as questões políticas na República da Espada, a falta de participação popular no movimento e a manutenção das estruturas sociais.

Diante do questionamento de dois alunos, João Lucas e Gabriela, esse pesquisador, para tornar mais concreto os conceitos trabalhados nessa aula, valeu-se das fontes que se encontram na Caixa de História, mais especificamente, a atividade de número 04, no momento em que se estava concluindo a presente pesquisa.

O questionamento foi o motivo do governo não realizar nenhum tipo de política pública voltada para a população mais pobre, onde, a partir de então, passou-se a discutir as relações de poder, a representatividade.

O professor regente então, buscou os documentos relacionados na referida atividade, a saber, trecho da Constituição Republicana de 1891 onde estabelece a cidadania política, ou seja, aqueles que tinham capacidade de participação do

processo eleitoral e o documento que demonstra o quantitativo de eleitores aptos a votar em Paraíba do Sul, o Almanak de 1880.

As atividades propostas foram as seguintes:

- 1 – O direito de votar, conforme a Constituição do Império de 1824, era garantido a todos? Justifique.
- 2 – Quem é que participava do processo eleitoral brasileiro?
- 3 – Com base no Doc. 1 e no Doc. 2, qual grupo social participava da vida política de Parahyba do Sul? De que/quais grupos as autoridades constituídas, levando em consideração os documentos analisados, eram oriundos?
- 4 – As mulheres possuíam direitos políticos? Justifique.

Como a proposta do material é de fazer com que o professor regente tenha liberdade de adaptá-la a realidade da turma, foi retirada a atividade cinco, que consistia na produção de uma narrativa, tomando por base a documentação analisada, e acrescentada uma, a saber, a verificação da lista de fazendeiros e se seus nomes constavam em cargos públicos ocupados no município, dentre os quais, os de vereadores.

As fontes destacadas na atividade foram então projetadas para os alunos, sendo solicitado que cada um deles, primeiramente, identificasse quem a teria produzido. Em seguida, fora solicitado que analisassem o material de maneira geral, de modo que conseguissem alcançar as respostas para a dúvida central suscitada, ou seja, a realização de políticas públicas voltadas à população mais pobre.

Para isso, foram estimulados a compreender o eleitorado de Paraíba do Sul, no ano de 1880, a partir da análise da fonte. A percepção foi o reduzido número de eleitores da cidade diante de sua população total. Com esse cenário delimitado, foram então direcionados a analisar a relação dos fazendeiros do município, vereadores e ocupantes de cargos públicos e funções de destaque.

Os alunos acabaram se alarmando diante dos dados apurados, ou seja, que os fazendeiros eram também vereadores, ou quando não o eram, ocupavam cargos e funções de prestígio social já que o voto era censitário e que, uma vez que não era necessária uma política pública para angariar votos, já que a grande massa pobre não participava do processo eleitoral, todas as políticas públicas eram

elitistas, excluindo assim a população mais pobre de todas as ações estatais. Perceberam o forte domínio de uma elite agrária, que também se constituía política.

Além disso, a Constituição institui voto para homens, maiores de idade e alfabetizados, ou seja, o direito de voto permaneceu restrito já que a maioria da população era analfabeta.

Daí perceberam, a partir do fichamento realizado no livro didático e da análise das fontes disponibilizadas, conforme a Caixa, que a estrutura social permaneceu a mesma, porque os detentores do poder, independentemente do regime, são os mesmos.

Para corroborar a constatação, foi ainda a eles apresentada a Constituição do Império de 1824, segundo a qual a participação política se dava através do voto censitário, o que acabava limitando o universo dos eleitores. Deve ainda ser destacado, no mesmo documento, que somente homens, alfabetizados, maiores de vinte e um anos poderiam participar do pleito, restando, a partir de todos esses filtros, parcela reduzida da população brasileira, realidade essa que sofrera pouquíssima modificação a partir da Proclamação da República.

Ressaltaram ainda que o direito de voto é fundamental para o estabelecimento de políticas públicas para a população mais carente, já que, através dele se estabelece a noção de representatividade, tão importante para assegurar o desenvolvimento de ações governamentais para os representados, ou ainda, garantir o ecoar de sua voz em um sistema representativo.

Não houve uma defesa de populismos, mas da adoção de medidas benéficas às massas, independentemente do contexto onde tenham sido produzidas.

Essa experiência, da implementação dos elementos do material, reforçou a ideia de que o diálogo com o professor regente, como realizado pelo grupo de pesquisa criador da Caixa de História, é fundamental para que se atinjam os objetivos propostos, tanto por quem as elabora quanto pelo professor regente. Além disso, que o espaço para adequação da proposta necessita estar aberto para que o professor possa fazê-la, conforme necessário.

Como destacado, esse projeto não se encontra encerrado, uma vez que precisa ser experimentado nas salas de aula de Rede Municipal de Ensino de Paraíba do Sul, a fim de que receba seus devidos ajustes e se torne possível uma

troca de experiência com os profissionais. Com isso, ser ampliado para as demais séries do Ensino Fundamental.

Esse material, certamente, suprirá uma grade demanda existente na Rede, ou seja, um material que sirva, tanto para docentes quanto para discentes estudarem a História de Paraíba do Sul.

Além disso, será capaz de despertar, tanto nos alunos quanto nos professores, a partir da curiosidade estimulada pelo local, conforme preconiza a Base Nacional Comum Curricular, o levantamento de novas fontes, como por exemplo a documental, iconográfica, depoimentos, enfim, que possibilitem, a partir do método científico, a produção de narrativas sobre a cidade, necessidade essa tão urgente diante da lacuna de uma escrita científica da História Local.

A metodologia de ensino baseada na investigação teria, no entender de Zaragoza, a intervenção mediadora do professor, cujo papel seria importante na seleção e graduação da metodologia de trabalho com as fontes, em função dos objetivos a serem atingidos e do desenvolvimento do conhecimento no aluno. Os passos nesta metodologia seriam: o conhecimento sobre o estado atual da questão ou do discurso existente sobre o tema; a colocação de novas questões a partir de problemáticas da atualidade, da cultura e dos interesses dos alunos; a formulação de hipóteses; a análise das fontes disponíveis; o trabalho com as fontes e a formulação de resultados. Não se trata de um trabalho trivial, mas de ter como ponto de partida da investigação o próprio universo ao aluno, dando ao conhecimento histórico um sentido (SCHMIDT; GARCIA, 2003, p. 225)

Adotar o local enquanto estratégia de ensino é, ao mesmo tempo, dotar de significado o estudo de História, promover a cidadania. É garantir a esse aluno, a partir da constituição e percepção de uma identidade sul-paraibana, social e coletiva, a oportunidade de constituir sua própria identidade a partir de uma relação dialética, ou seja, aquilo que o difere dos demais e que, ao mesmo tempo, guarda elementos que o integra a esse grupo, compreendendo sua cultura, despertando nele seu protagonismo em assumir para si aquilo que entende pertinente, rompendo e transformando, a partir de sua criticidade, aquilo que percebe irrelevante, desnecessário, formando assim o seu ser, o seu eu, sua identidade.

4. Considerações Finais

O presente trabalho buscou fornecer subsídios para solucionar um problema verificado no ensino de História na Rede Municipal de Ensino de Paraíba do Sul, ou seja, a falta da abordagem do Local. A partir da análise de documentos e da legislação municipal, verificou-se que a disciplina Conscientização Turística e Ecológica, onde a referida temática era abordada, havia sido retirada do currículo, ainda que tratasse a questão por um viés turístico.

Foi realizada uma análise do material utilizado nas extintas disciplinas, de modo a se perceber a narrativa nele utilizada e as fontes que embasaram essa narrativa. Não se verificou nada de novo. Todo o material havia sido organizado com base em fontes da internet, que não remetem a nenhum livro ou trabalho acadêmico que tenha se submetido ao rigor metodológico historiográfico.

No que tange as fontes da internet, ou melhor, ao sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Paraíba do Sul, a narrativa se dá com base no livro de Pedro Gomes da Silva, escritor memorialista local, que produz sua narrativa no livro Capítulos da História de Paraíba do Sul, de raros exemplares disponíveis. Esse é o único livro que tem como objeto narrar a história da cidade, ainda que não produzido por um historiador. Na Biblioteca Municipal, por exemplo, não há nenhum exemplar dessa obra disponível para consulta.

Além disso, a cidade não dispõe de um arquivo público para que pesquisas possam ser realizadas, tanto em documentos oficiais quanto a partir daqueles doados por famílias da cidade, que muitas vezes, quando da morte de colecionadores, acabam por ficar sem saber destinar essas fontes.

Poder-se-ia, então, pensar em transferir esses acervos ao Instituto Histórico e Geográfico de Paraíba do Sul – IHGPS uma associação privada que se propõe a preservar, incentivar e promover a escrita da História Local, e que dada essa natureza, acabou recebendo uma série de documentos de colecionadores.

Entretanto, conforme diligenciado com um de seus membros, Jorge Cácio Barbosa, todo o acervo do Instituto encontra-se disperso, estando cada fração sob guarda de algum de seus membros e que, além disso, a instituição não possui uma

sede própria, o que dificulta o acesso e reunião das fontes para análise e produção de uma narrativa historiográfica, conforme sua metodologia própria.

Essa dificuldade no acesso às fontes, bem como a preocupação em sua preservação e na reunião delas para se promover redação científica da História Local vem se arrastando na cidade há décadas, como pode ser verificado na análise das obra de Ipanema (1990) e na de Innocencio (2015). Entretanto, nada foi feito até o presente momento para modificar essa realidade.

Esse trabalho, além de disponibilizar fontes e sugerir atividades, busca aguçar a curiosidade de crianças e adolescentes, a partir do ensino de História Local, a participarem dessa construção, que acaba envolvendo suas famílias e, em uma escala progressiva, a sociedade em geral. Nesse universo de fontes dispersas e esquecidas, constituirá singular oportunidade de trazê-las à tona, viabilizando estudos e a tão esperada produção historiográfica, de modo a não permitir que a História de Paraíba do Sul morra com seus memorialistas. Nesse sentido, o presente trabalho poderá constituir um marco.

Contribuir nesse sentido não é transformar os alunos em pequenos historiadores, mas sim ensiná-los a exercer sua cidadania, a partir da compreensão de processos e disputas, que suscitem uma reflexão crítica do seu próprio universo.

Além disso, proporcionará o acesso as raízes da sociedade sul-paraibana, compreendendo suas instituições, seus espaços de disputas, rupturas e continuidades, que permitam a cada aluno, a partir de uma identidade social, construir as suas próprias identidades, a partir dessa relação dialética, onde é capaz de perceber tudo aquilo que o assemelha ao grupo e, ao mesmo tempo o torna diferente, a partir dos óculos da cultura.

Como preconizado pela Base Nacional Comum Curricular, o ensino de História deve levar o aluno a compreender sua realidade, se perceber como dela integrante, através da reflexão crítica, tendo como fundamento a análise, comparação e interpretação de fontes, que possibilitem a produção de uma narrativa, a partir de uma consciência e metodologia histórica.

Em tempos pós-modernos, arraigado de negacionismos e relativismos, é importante que as novas gerações, com acesso a tantas informações como nunca antes visto na história da humanidade, sejam capazes de diferenciar o que é

ciência do que constitui mero senso comum, saibam administrar e filtrar informações.

As pesquisas realizadas levantaram outras questões que precisam ser aprofundadas por novas buscas e ratificam a necessidade de se proceder a escrita, sob o crivo do método, da História de Paraíba do Sul, a partir de três eixos: período pré-colonial e colonial; pós-independência e as transformações proporcionadas pela cultura do café e o pós-proclamação da república, alcançando os dias atuais. Cada período desse renderá um trabalho acadêmico dada a complexidade e as problematizações que demandará.

Essa História, sob essa ótica escrita, contribuirá para a formação de uma consciência histórica, estabelecendo conceitos básicos para a interpretação e compreensão das dinâmicas que envolvem a vida em sociedade, desde as mais simples até as mais complexas. Irá ainda proporcionar voz àqueles silenciados, ou mesmo postos no esquecimento coletivo, tais como indígenas, escravos e operários.

Em razão da pandemia SARS-CoV2, as aulas na Rede Municipal de Ensino foram suspensas no modo presencial, como no país todo. Entretanto, o processo de retomada se deu de maneira diferenciada e escalonada em todo território nacional, e no caso de Paraíba do Sul, a integralidade só se deu no corrente ano letivo e, em razão dos trâmites institucionais para realização da pesquisa, ela não se mostraria tempestivo diante do término do prazo de conclusão do presente curso de pós-graduação.

A testagem realizada demonstrou que o Baú do Arnaud consegue contemplar o preconizado na Base Nacional Comum Curricular, ao despertar a curiosidade, proporcionar oportunidade de analisar, interpretar, refletir e produzir narrativas a partir desses fatores, bem como dotar de sentido o conteúdo estudado em História, tornando as aulas mais atrativas. Em contrapartida, o material de apoio preparado para os professores também se mostrou eficaz para a realização das propostas.

Esse pesquisador pretende realizar a produção de uma narrativa da História de Paraíba do Sul, de modo a suprir essa lacuna, conforme os eixos supracitados, bem como produzir os baús para as demais séries da Educação Básica, em conformidade com a Base Nacional Comum Curricular. Além disso, acompanhar a implementação do aqui produzido, a partir da observação e troca de experiência

com os regentes de História da Rede Municipal de Ensino de Paraíba do Sul – RJ, para que, se necessário, sejam feitas as adaptações e correções pertinentes.

Assim, será possível contribuir para a formação da identidade sul-paraibana, bem como garantir instrumentos para que essas pessoas possam construir suas próprias identidades e exercer sua cidadania.

5. Referência Bibliográfica

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da educação**. 2. ed. São Paulo: Moderna, 1996.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2004.

BRASIL, Lucas Santa Cruz de Assis; OLIVEIRA, Rogério R.. **Transformando uma muralha em fronteira: a conexão do vale do paraíba do sul ao litoral no brasil oitocentista**. *Historia Ambiental Latinoamericana y Caribeña (Halac) Revista de La Solcha*, v. 11, n. 1, p. 19-50, 16 abr. 2021.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: história, geografia / Secretaria de Educação Fundamental**. – Brasília: MEC/SEF, 1997. 166 p.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: história / Secretaria de Educação Fundamental**. Brasília: MEC / SEF, 1998. 108 p.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. Dilatação dos confins: caminhos, vilas e cidades na formação da capitania de São Paulo (1532-1822). *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, v. 17, n. 2, p. 251-294, dez. 2009.

CATROGA, Fernando. **Memória, história e historiografia**. Rio de Janeiro: FGV, 2015. 100 p.

CERRI, Luis Fernando; FERREIRA, Angela Ribeiro. Notas sobre a demanda sociais de representação e os livros Didáticos de História. IN: OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de e STAMATTO, Maria Inês Sucupira (orgs). **O livro Didático de História: políticas educacionais, pesquisa e ensino**. Natal: EDUFRN, 2007

DAL RI JÚNIOR, Arno. **O Estado e seus inimigos: a repressão política na história do direito penal**. Rio de Janeiro: Revan, 2006.

FONSECA, Selva Guimarães. **Didática e prática do ensino de história: experiências, reflexões e aprendizados**. Campinas: Papirus, 2003.

FONSECA, T. 2001. Ver para compreender: arte, livro didático e a história da nação. In: T. FONSECA; L. SIMAN (org.), **Inaugurando a História e construindo a nação: discursos e imagens no ensino de História**. Belo Horizonte: Autêntica, p. 91-121.

FURET, F. **A oficina da História**. Trad. Adriano D. Rodrigues. Lisboa: Gradiva, 1986.

HORN, Geraldo B.; GERMINARI, Geysa D. **Ensino de história e seu currículo: teoria e método**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2010.

IBGE. **Cidades**, 2017. Página Inicial. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/paraiba-do-sul/panorama>>. Acesso em 23 de set. de 2018.

INEP. **Dados abertos**. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>>. Acesso em 02 de nov. de 2019.

INNOCENCIO, Isabela Torres de Castro. **Memória de afrodescendentes no Vale do Paraíba: de colônia agrícola Nossa Senhora da Piedade a bairro de Vila Isabel. Lugar de memória, história e esquecimentos em Três Rios, 1882-1951**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

LEMOS, Marcelo Sant'Ana. **O índio virou pó de café? Resistência indígena frente à expansão cafeeira no Vale do Paraíba**. Jundiaí, Paco Editorial. 2016.

MARCONDES, Danilo. **Iniciação à história da filosofia: dos pré-socráticos a Wittgenstein**. 2. ed. rev. ampl. – Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

MARQUESE, R. B. **Diáspora africana, escravidão e a paisagem da cafeicultura no Vale do Paraíba oitocentista**. Almanack braziliense nº7, 2008

MARTINS, Ana Luiza. **História do café**. São Paulo: Contexto, 2008.

MARX, M. **Cidade no Brasil terra de quem?** São Paulo: Nobel; Edusp, 1991.

MATHIAS, Carlos Leonardo Kelmer. **O ensino de História no Brasil: contextualização e abordagem historiográfica**. História Unisinos, v. 15, n. 1, p. 40-49, janeiro/abril 2011.

MOTTA, Márcia. **Jogos da Memória. Conflito de Terra e Amnésia Social**. Tempo: Revista do Departamento de História da UFF, 1998.

MOTTA, Márcia Maria Mendes. **Nas Fronteiras do Poder: Conflitos de Terra e Direito Agrário no Brasil de Meados do Século XIX**. Campinas: Tese de

Doutorado apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP, 1996.

PEDROSO, A. F. **A importância das raízes culturais para a identidade cultural do indivíduo**. Disponível em <<http://meuartigo.brasilecola.com/artes/a-importancia-das-raizes-culturais-paraidentidade-htm>>. Acesso em 01 de ago 2020.

RAMOS, Melissa Ferreira. **Re-existência e ressurgência indígena: diáspora e transformações do povo Puri**. Viçosa, 2017. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Viçosa.

ROCHA, Helenice. Uma caixa de História Local nas mãos do professor. In: GABRIEL, Carmen Teresa; MONTEIRO, Ana Maria; MARTINS, Marcus Bomfim. **Narrativas do Rio de Janeiro nas aulas de História**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2016. p. 129-145.

RÜSEN, Jörn. **Como dar sentido ao passado: questões relevantes de meta-história**. História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography, Ouro Preto, v. 2, n. 2, p. 163–209, 2009.

_____. **Razão Histórica** - Teoria da História: os fundamentos da ciência histórica. Brasília: Editora UNB, 2001.

_____. **Reconstrução do passado**: Teoria da História II: os princípios da pesquisa histórica. Brasília: EDUNB, 2007. P. 11 até 172.

SALLES, Ricardo. **E o Vale era o escravo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

SAMUEL, Raphael. **Documentação – história local e história oral**. Rev. Bras. de Hist. v. 09. nº. 19. p. 219 – 243. set. 89. fev. 90. Disponível em:<www.anpuh.org/arquivo/download?ID_ARQUIVO=3887 >. Acesso em: 01 out. 2011.

SANTOS, J. C. F. dos. **Aprendizagem Significativa: modalidades de aprendizagem e o papel do professor**. Porto Alegre: Mediação, 2008.

SAVIANI, D. A filosofia da educação e o problema da inovação. In: GARCIA, W.E. (Coord.). **Inovação educacional no Brasil**. São Paulo: Cortez /Autores Associados, 1989.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; GARCIA, Tânia Braga. **O trabalho histórico na sala de aula**. História & Ensino, Londrina, 2003, v. 9, p. 223-242.

SCHMIDT, M. A.M.S. O ensino de história local e os desafios da formação da consciência histórica. In: MONTEIRO, A.M/ GASPARELLO, A.M/

MAGALHAES, M. S. (Org.). **Ensino de História: sujeitos, saberes e práticas.**

1. ed. Rio de Janeiro: Mauad X; FAPERJ, 2007, v.1, p.187-198.

SILVA, Kalina Vanderlei e; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de conceitos históricos.** São Paulo: Contexto, edição nº 2, 2006.

SILVA, Pedro Gomes da. **Capítulos de história de Paraíba do Sul.** *Paraíba do Sul:* Irmandade Nossa Senhora da Piedade, 1991.

TCE. **Notícias.** Disponível em: <https://www.tce.rj.gov.br/todas-noticias/-/asset_publisher/SPJsTl5LTiyv/content/dados-sobre-municipios-fluminenses>.

Acesso em 12 de dez. de 2018.

VASCONCELLOS, Francisco. **A ponte de Paraíba do Sul.** Série História nº12.

Rio de Janeiro, 2007.

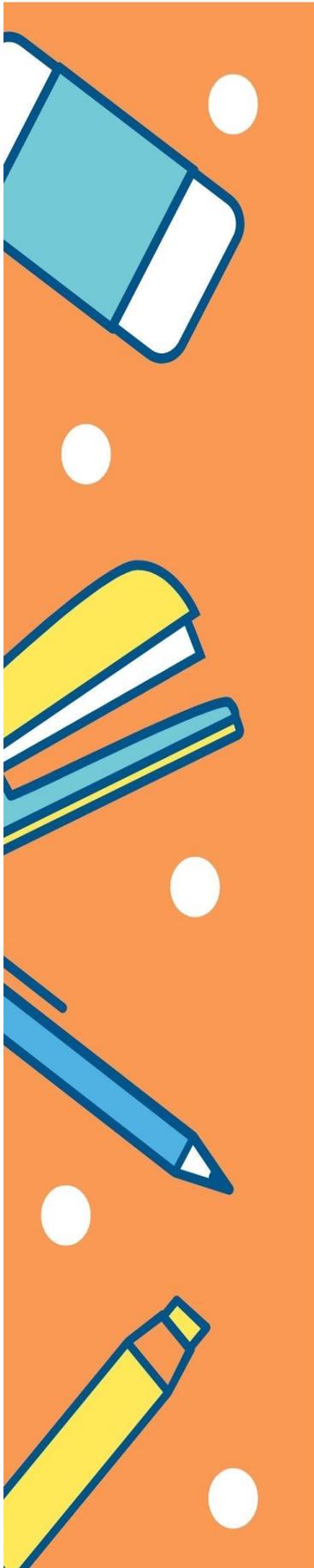
VENÂNCIO, R. P. **Caminho Novo: a longa duração.** *Varia História*, Belo Horizonte, n. 21, p. 181-189, jul. 1999.

Apêndice

BAÚ DO ARNAUD

Caixa de História da Parahyba do Sul-RJ





APRESENTAÇÃO

Considerações sobre a elaboração do material, sua metodologia e aplicabilidade.

MATERIAL DO ALUNO

Aula 1

Espaço como reflexo do contexto político e econômico.

Aula 2

Relações de trabalho.

Aula 3

Transformações urbanas e a relação público x privado.

Aula 4

O sistema político e seus atores.

MATERIAL DO PROFESSOR

Orientações sobre o desenvolvimento das atividades

Considerações sobre a História de Paraíba do Sul-RJ

Sugestão de leitura complementar

Bibliografia

01

APRESENTAÇÃO

Trata-se de projeto de atividades pedagógicas, desenvolvidos no âmbito do Mestrado Profissional em Ensino de História - ProfHistória - para ser aplicado, preferencialmente no âmbito do segundo segmento do Ensino Fundamental - FUND II, mais especificamente no oitavo ano de escolaridade.

Constitui o presente material uma caixa de fontes, a serem analisadas e trabalhadas por alunos e professores, bem como atividades que direcionam o discente a promover sua narrativa de história local, de maneira complementar ao que encontra-se em seu livro didático, dotando de significado e relacionando a micro história à macro, dotando assim de significado seu aprendizado, de modo a compreender que a narrativa histórica encontra-se submetida a um método, que garante sua cientificidade e a afasta de um conto.

Somente a partir do protagonismo do aluno, será possível promover a verdadeira cidadania, com indivíduos que consigam compreender a própria realidade, da qual fazem parte e na qual encontram-se inseridos, como agentes participantes e potenciais transformadores.

O presente material encontra-se na esteira da legislação educacional brasileira, os Parâmetros Curriculares Nacionais e a Base Nacional Comum Curricular, proporcionando aos discentes contato com as diversas fontes existentes, com a pluralidade de narrativas, procedimentos de pesquisa, análise e reflexão, bem como a contextualização da produção das mais diferentes formas documentais.

Optou-se, a partir do recorte de algumas fontes, em possibilitar ao estudante o desenvolvimento de diversas habilidades, como por exemplo as relações de poder, trabalho, política e como o fator econômico influencia diretamente no arranjo social.

Entretanto, caberá ao professor regente, dada a realidade de cada turma, realizar as adaptações necessárias, complementar ou até mesmo suprimir as atividades que entenda pertinente, de modo a garantir uma maior eficácia da construção da narrativa pelos alunos



02

MATERIAL DO PROFESSOR

Orientações:

Preliminarmente cabe destacar que esse roteiro se trata de uma sugestão de abordagem. Cabe ao professor regente de cada turma verificar, antes e ao longo do processo de execução, sua aplicabilidade na forma que segue, ou promover as adaptações necessárias para que os objetivos sejam alcançados. Recomenda-se a aplicação bimestral das temáticas.

Serão trabalhados os seguintes aspectos:

Atividade 1 - Espaço como reflexo do contexto político e econômico.

Atividade 2 - Relações de trabalho.

Atividade 3 - Transformações urbanas e a relação público x privado.

Atividade 4 - O sistema político e seus atores.

A história local será trabalhada no contexto do apresentado no material didático, de modo a proporcionar o diálogo entre micro e macro, possibilitando ao aluno perceber que o micro, ou seja, o local, está inserido no contexto macro, sendo parte integrante dele. Assim, a partir de um contexto mais próximo, tornar-se-á mais fácil compreender aquilo que, até então, se acreditava distante e sem utilidade para sua vida.

Tomando por base sua realidade local e compreendendo o processo que perpassa sua vida, será o aluno capaz de refletir criticamente sobre a mesma, buscando mecanismos, a partir de sua compreensão, para promover sua transformação e assim exercer sua cidadania.

Por isso, optou-se em promover o seguinte recorte, a chegada do café no Vale do Paraíba fluminense e as transformações decorrentes do seu intenso comércio. Os livros didáticos apontam essas transformações em âmbito nacional e, por isso, as fontes selecionadas buscam permitir uma análise da transformação da cidade que foi uma das maiores produtoras nacionais desse produto.



02

MATERIAL DO PROFESSOR

Orientações:

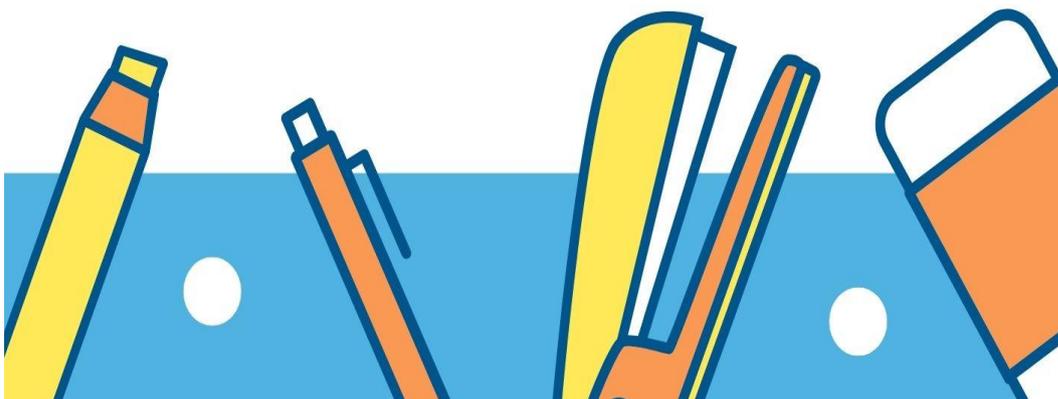
Ao final das atividades, o aluno deverá ser capaz de:

- Identificar e analisar os sujeitos envolvidos nas disputas políticas durante o Primeiro e Segundo Reinados;
- Identificar e relacionar aspectos das estruturas sociais da atualidade com os legados da escravidão no Brasil e discutir a importância de ações afirmativas (EF08HI20);
- Analisar as transformações políticas e sociais a partir da influência de fatores econômicos;
- Analisar as relações de trabalho, percebendo suas rupturas e continuidades.

A dinâmica sugerida para tanto é a seguinte:

- O aluno deverá fazer a leitura, em sala de aula, do livro didático adotado para sua turma;
- Proceder-se-á o fichamento dos principais conceitos (ficha própria);
- Realizar-se-á a análise das fontes apresentadas, promovendo as anotações de seus principais aspectos em ficha própria;
- Far-se-á o diálogo entre as fichas e as questões levantadas ao final de cada atividade. O resultado desse diálogo será a produção de uma narrativa no final de cada atividade.

As atividades, assim como a escrita, poderá ser realizada individualmente ou em grupo, de até quatro participantes.



02

MATERIAL DO PROFESSOR

Orientações:

Atividade 1 - Espaço como reflexo do contexto político e econômico.

OBJETIVOS:

- Perceber que a autonomia político-administrativa traduz relações de poder;
- Relacionar a autonomia político-administrativa ao crescimento/desenvolvimento econômico.

HABILIDADES:

- EF08HI15
- EF08HI16
- EF08HI17

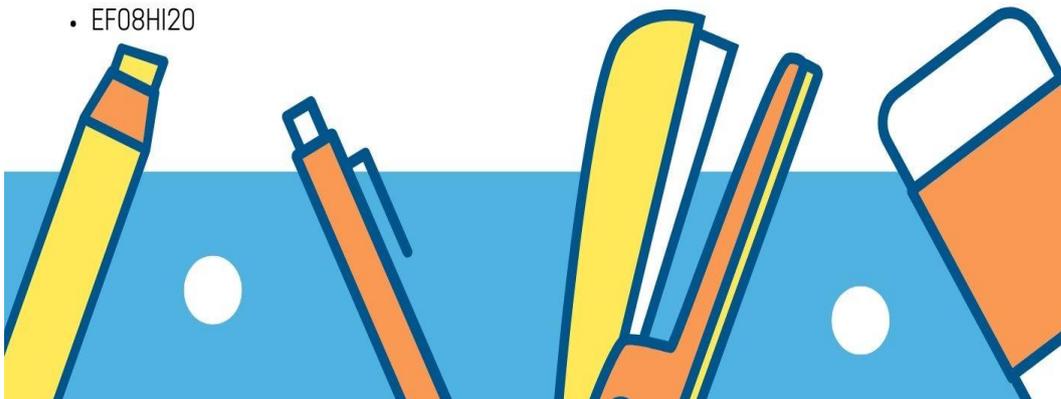
Atividade 2 - Relações de trabalho.

OBJETIVOS:

- Identificar o modelo de produção brasileira e a base da economia nacional;
- Analisar as relações de trabalho e a participação feminina nesse mercado.

HABILIDADES:

- EF08HI14
- EF08HI19
- EF08HI20



02

MATERIAL DO PROFESSOR

Orientações:

Atividade 3 - Transformações urbanas e a relação público x privado.

OBJETIVOS:

- Relacionar as transformações espaciais como reflexo de um contexto econômico;
- Analisar os gastos públicos sob os critérios da probidade e finalidade.

HABILIDADES:

- EF08HI15
- EF08HI16

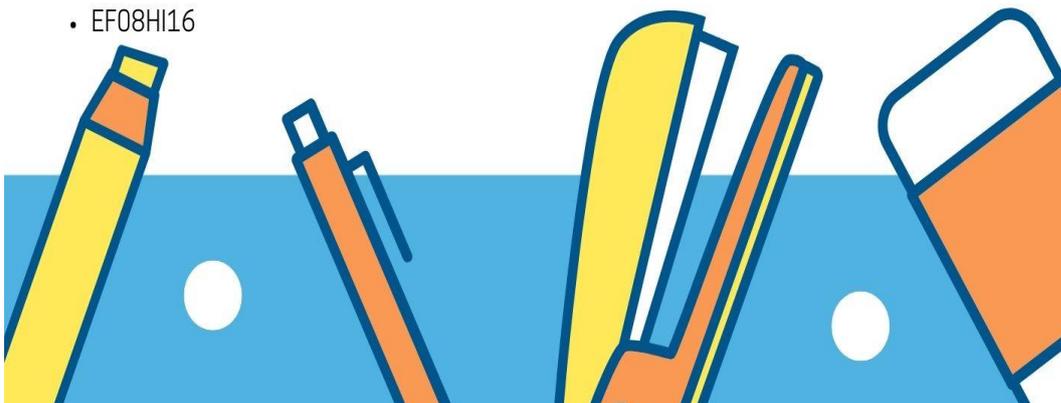
Atividade 4 - O sistema político e seus atores.

OBJETIVOS:

- Identificar o conceito de cidadania e os envolvidos no processo político;
- Analisar a participação feminina na política;
- Relacionar desempenho de funções/ocupações de cargos a fatores econômicos;
- Perceber as relações de poder existentes nesse espaço.

HABILIDADES:

- EF08HI12
- EF08HI15
- EF08HI16



02

MATERIAL DO PROFESSOR

Considerações sobre a História de Paraíba do Sul

No início do processo colonial, mais precisamente nos dois primeiros séculos, o território brasileiro, denominado América Portuguesa, não possuía rotas que o interligasse, o que, entretanto, não representava um entrave para os interesses portugueses na região (QUEIROZ, 2000, p. 116). Isso não implica dizer que seus deslocamentos não ocorriam, através de trilhas nativas, em movimentos de deslocamento do litoral para o interior denominado entradas e bandeiras, que consistiam em expedições, que tinham como objetivo a captura de escravos, recuperar fugitivos e buscar metais preciosos.

Esses percursos transpostos, todavia, não são capazes de caracterizar uma efetiva ocupação, fixação e interiorização do território desbravado, ainda que em tais espaços houvesse a exploração desse trânsito.

A descoberta do ouro no século XVII fez com que todo esse arranjo se modificasse. As trilhas indígenas e os caminhos bandeirantes passaram a atrair atenção da Coroa Portuguesa, uma vez que tornara-se necessário garantir o acesso as minas, bem como escoar as riquezas por elas produzidas para a metrópole. Tais áreas mostraram-se atraentes, não somente pelos minerais, mas pelas possibilidades comerciais que passaram a compor, o que provocou sua ocupação e exploração.

A abertura dos caminhos passou a ser política de governo de sua majestade, os chamados Caminhos ou Estradas Reais, locais onde se cobravam tributos sobre a circulação de animais, mercadorias e pessoas, buscando ainda coibir o descaminho de impostos, como por exemplo o quinto, o contrabando e o fluxo descontrolado de pessoas rumo a região aurífera.

A História de Paraíba do Sul está diretamente relacionada ao movimento de interiorização, particularmente, de uma família de tradição bandeirante, a de Garcia Rodrigues, filho de Fernão Dias que recebe a incumbência de abrir um novo caminho que ligasse a região mineradora de Minas Gerais ao Rio de Janeiro de forma mais rápida, já que o percurso realizado durava 74 dias, e com menor risco de roubo ao longo do caminho. Cabe destacar que a abertura do caminho constituía uma grande oportunidade de lucrativos negócios, tanto no que tange a trafegabilidade quanto no fornecimento de suprimentos aos tropeiros.

Segundo Straforini (2012),

Garcia Rodrigues, por exemplo, foi o primeiro a impor seus interesses à normatização régia, ao utilizar da tradição bandeirantista de sua família e de descobridor do Caminho Novo para justificar sua solicitação de sesmaria de quatro léguas na passagem do rio Paraíba do Sul para a construção de uma vila, onde pudesse exercer a condição de capitão donatário. Em Carta Régia de 14 de agosto de 1711, o próprio Rei abriu exceção às Leis previamente impostas quanto ao tamanho das sesmarias, pois houve "por bem fazer doação ao dito Garcia Rodrigues de huma datta de terras com a natureza de sesmaria que compreenda o mesmo número de legoas como se houvessem de dar repartidas a quatro pessoas." (STRAFORINI, 2012)



02

MATERIAL DO PROFESSOR

Considerações sobre a História de Paraíba do Sul

Segundo Venâncio (1999), o caminho aberto por Garcia nada mais era que o alargar de trilhas indígenas para que se tornasse possível a passagem de montaria e carros de boi, não utilizada pelos pioneiros da ocupação territorial. Já os primeiros assentamentos coloniais nada mais seriam que regiões que anteriormente constituíam aldeamentos, tendo inclusive os primeiros nativos desenvolvido a agricultura, ainda que rudimentar, nesses espaços, que acabaram sendo objeto de disputas entre povos nativos e colonizadores.

Contudo, é difícil a descoberta de vestígios arqueológicos desses primeiros habitantes do Vale do Paraíba. Tal explicação pode se dar em razão de

Fatores das mais diversas naturezas contribuem para um relativo apagamento da história pré-colonial. Dentre estes fatores, aqueles de ordem abiótica, destacam-se aqueles ligados à cultura material dos primeiros habitantes do vale, os grupos de coletores-caçadores com idade superior a 3.000 anos. Para o Vale do Paraíba do Sul não são frequentes exemplos de cultura material de grande duração temporal em função do contexto do clima tropical. Assim, madeira, arte plumária, cestaria etc. não geram sítios arqueológicos significativos⁴. A exceção ficaria por conta do carvão e de artefatos líticos. Mas, de uma maneira geral, as serranias eram menos aptas à ocupação humana. Os primeiros praticantes de agricultura da região foram os índios. (BRASIL; OLIVEIRA, 2021)

O avanço no processo colonial acabou fazendo com que esses povos migrassem rumo a serra, região naturalmente protegida por seu relevo, que dificultava assim as ações coloniais de aprisionamento desses povos, que passaram a disputar entre si a ocupação territorial.

A região que constitui atualmente o estado do Rio de Janeiro foi habitada pelos índios Puris, sempre próximos as margens do Rio Paraíba do Sul e de seus afluentes, que corta toda sua extensão territorial.

Um dos primeiros registros que se tem dos Puris é feita pelo inglês Knivet (1591, apud OLIVEIRA, 2012) e data do final do século XVI na região do Médio Vale do Paraíba, localizado no sul e centro-sul do Estado do Rio de Janeiro. Os Puris eram uma etnia nômade que iam se locomovendo e se espalhando no período pré-colonial. Com a chegada dos europeus esse processo se intensificou. Esses deslocamentos rumo ao interior mostram que os Puris eram desconfiados em relação aos colonizadores e evitavam contatos, o que os fez demorar a se relacionar com os europeus. (RAMOS, 2017)

Esses nativos, entretanto não aceitaram pacificamente o processo de colonização, de apropriação territorial, escravização e imposição cultural. Segundo Lemos (2016), foram considerado pelos colonizadores como sendo de difícil civilização, indomesticáveis e de costumes primitivos arraigados.



02

MATERIAL DO PROFESSOR

Considerações sobre a História de Paraíba do Sul

Eles resistiram de diversas formas, dentre as quais, lutando e fugindo. Não houve uma relação harmônica, cordial e de aceitação, como se acreditou por muito tempo. É o que se observa no relato produzido pelo Comandante do Registro de Paraibuna, que corresponde hoje ao município de Paraíba do Sul.

Meu senhor os gentios que moram nas vizinhanças deste Registro são os Coroados e Puris os quais são tão selvagens que não conhecem subordinação alguma (...) não tem moradia certa para que desde os fundos da Serra do Verneck até as Mantiqueiras trazem cruzados todos os matos de forma que os fazendeiros que morão nesta distância para usarem de suas plantações usam vigias armados, e não obstante isto são continuados os roubos e mortes que fazem como sucedeu nas fazendas do Parahiba, do Farinha, da Varge, do Rio do Peixe e São Matheus, nestas últimas deixarão lugares despovoados (Códice7, 4, 45, n01, apud LEMOS, 2016, p. 107)

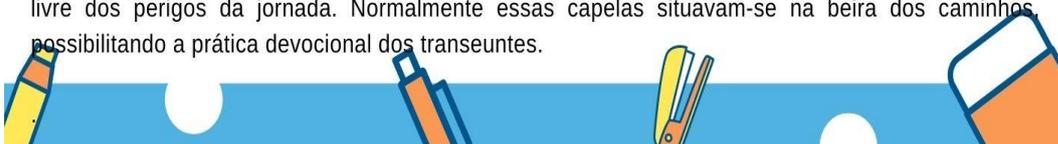
Essa região era ocupada por Puris e Coroados, que por muito tempo foram tratados como pertencentes a uma mesma etnia, sendo essas meras nomenclaturas para se referir a um mesmo povo. Entretanto, embora tivessem um tronco linguístico comum, cada um desses povos guardava características físicas e culturais distintas.

Ainda que houvesse conflitos entre eles, fato é que para combater um inimigo comum alianças eram celebradas, bem como acordos de paz. Como se depreende do relato do Registro supracitado, nesse caso o inimigo comum era o colonizador, em demonstração clara de resistência, de luta pelo território.

O interesse colonial na região, representado na figura de Garcia, transpunha a possibilidade de enriquecimento ofertada pela mineração. Pretendia ele consolidar sua fazenda da Parahyba como importante área de comércio, destinada ao abastecimento de tropeiros em um ponto chave, ou seja, a travessia do Rio Paraíba do Sul, bem como abastecer a região aurífera. Assim, seria possível perceber potenciais lucros com o pagamento para travessia do rio, que era dificultosa, abastecimento das tropas e direito de passagem pelo caminho.

Para tanto, houve o emprego de mão de obra escravizada, nativa, tanto no processo de abertura do caminho quanto no desenvolvimento da agropecuária, que servia para abastecimento próprio e da região. Deve ainda ser destacado que a colonização tem início com homens e que mulheres nativas foram aprisionadas, inclusive, para servirem de escravas sexuais, dando assim início a m processo de miscigenação.

A partir de um remanso encontrado na travessia do referido rio, fora fundada, às suas margens, a Fazenda da Parahyba, no ano de 1683, que viria a dar origem à cidade. Ali iniciou-se a devoção a Nossa Senhora da Conceição e aos apóstolos São Pedro e São Paulo, com a construção de uma capela, importante instrumento para alimentar a fé e a esperança no transcurso do caminho, livre dos perigos da jornada. Normalmente essas capelas situavam-se na beira dos caminhos, possibilitando a prática devocional dos transeuntes.



02

MATERIAL DO PROFESSOR

Considerações sobre a História de Paraíba do Sul

Após 15 anos, em razão da descoberta do ouro em Minas Gerais, um novo caminho passou a ser aberto conforme a obrigação contratual. A localidade teve sua ligação ao Rio de Janeiro concluída em 1700 e, em 1704, chegou na Mantiqueira, unindo-se ao caminho que vinha de São Paulo.

Ipanema (1990) pondera que a abertura do caminho não pode ser reduzida a uma atitude audaciosa, de capricho ou poder. Garcia, provavelmente, pesquisaria a região para estabelecer a rota, negociaria alianças ou mesmo se faria respeitar por nativos com maior apreço à liberdade, o que garantiria maior segurança para seu empreendimento.

O estabelecimento nas margens do Rio Paraíba do Sul, tanto como base logística da operação de abertura quanto como refúgio, abre a discussão, inclusive, da possibilidade de sua presença na região ser anterior a 1683, como é corrente no município, em razão da redução de custos e esforços na abertura desse caminho.

Funcionando o caminho, o núcleo inicial de Paraíba do Sul acabou tendo seu crescimento alavancado. Sua posição geográfica estratégica, que a rendeu o título de “meio da jornada”, fez com que fosse instituído, na margem esquerda do rio, o Registro (posto de fiscalização) e quartel. Dado o aumento do número de fiéis, D. Francisco de S. Jerônimo, bispo do Rio de Janeiro, conferiu à capela de Nossa Senhora da Conceição e São Pedro e São Paulo o caráter de curada, autorizando assim a abertura de livros de casamento, batizados e óbitos.

Segundo SILVA (1991), a primeira capela edificada em uma ilha do rio Paraíba acabou se deteriorando, tendo então uma nova, ainda que simples, sido edificada no morro fronteiro ao atual Jardim Velho, sendo ela benzida em 10 de novembro de 1745, transformando-se em sede do curato em 1756, ano em que, por intermédio do Alvará datado de 02 de janeiro, foi elevada à condição de Freguesia Perpétua.

Para compreender toda a estrutura de organização política e social do período colonial, torna-se fundamental a compreensão da função da Igreja Católica, que além do seu múnus religioso, acabava por emprestar seu modelo de organização política à colônia, ficando vinculadas as estruturas civis e eclesiásticas, classicamente compreendidas como aliança Igreja e Estado.

elevação à condição de freguesia garantia o acesso ao batismo, ao casamento, ao amparo dos enfermos, aos sacramentos, aos registros de nascimento, de matrimônio, de óbito, com todas suas implicações jurídicas e sociais. Para além do acesso ao rito litúrgico, a elevação de uma capela a freguesia implicava em usufruto da formalidade civil. Na freguesia, a antiga ermida merecia nomenclatura de matriz, ganhando a construção de uma sacristia anexa. Para lá se dirigia a população das capelas curadas vizinhas, para registro de nascimentos, matrimônios e óbitos. No entanto, em caso de auxílio jurídico, ambas – capela ou freguesia –, recorriam à vila de cujo “termo” eram parte. (BUENO, 2009)



02

MATERIAL DO PROFESSOR

Considerações sobre a História de Paraíba do Sul

O fluxo cada vez maior de pessoas pelo Caminho, dada sua melhoria, ainda que as variantes não tenham implicado na redução do número de transeuntes já que ambos desembocavam na travessia do rio, somada a decisão eclesiástica, que trazia modificações jurídicas e sociais, aliado ao desenvolvimento de lavouras ao longo de sua extensão e seu consequente fomento do comércio, fizeram com que a freguesia, pouco a pouco se desenvolvesse.

Fato que merece reflexão é que, segundo Silva (1991), Garcia recebera, em nome da abertura do caminho, uma série de mercês, dentre elas a nomeação como guarda-mor geral das minas, datas para si e seus 12 filhos e o direito de ser donatário de uma vila a ser instituída em Paraíba do Sul. Entretanto havia a ressalva de que as datas não poderiam ser contíguas a vila.

Todavia, a elevação da localidade a categoria de vila, dada autorização régia de 1711 não ocorreu naquele momento. O professor Arnaud Pierre, bacharel em Geografia, História e Ciências Jurídicas e Sociais, que apresenta a obra de Silva (1991) e escreve suas notas de explicação, levanta a seguinte possibilidade

A graça da donataria de uma vila na Paraíba talvez tenha sido requerida no próprio Reino, quando Garcia lá esteve. Avento a hipótese de ter desistido dela desde que soube das lutas ocorridas quando de sua ausência entre os paulistas descobridores do ouro e os adventícios emboabas, reinóis atraídos pela riqueza nova no Império português. Tudo se dera em torno da vila novamente (recentemente) criada no rio das Mortes, e depois São João d'El-Rei. Passou então a não interessá-lo a mais que certa concorrência dos atraídos à passagem do Paraíba pelo aforamento do patrimônio da vila. Como se lê em Antonil, ali já fixara residência e abria comércio. Além disso, a carta-de-dada da sesmaria - ver adiante - impedia que fosse contigua à vila. E o que mais interessava ao Fundador era a travessia do rio, que a família guardou de unhas-e-dentes, como se verá, até 1842. Por isso, em 1786 o mais palaciano dos netos do mateiro Garcia procurou desfazer-se da já então incômoda graça de erigir vila concedida ao avô - dada a pressão dos posseiros na serra com a chegada do café - aproveitando para dar uma barretada ao todo-poderoso da época, o vice-rei, obtendo para isso de D. Maria I foral para erigir vila onde a família nada tinha a perder com o aforamento de terras, como no arraial do Campo Alegre (distrito da Paraíba Nova), onde nada possuía. Só que a providência demorou tanto que a barretada foi a outro vice-rei, o conde de Resende. (SILVA, 1991)

A freguesia surge, em 1756, supostamente pelo apelo popular. Pedro Dias Pais Leme, filho de Garcia, fez construir um novo templo dedicado aos patronos da localidade, uma vez que o anterior havia sido arruinado. Sobre esse novo edifício se erigiu a freguesia, criada pelo Alvará de 2 de janeiro de 1756.

A freguesia foi aos poucos crescendo, dado o desenvolvimento de lavouras para abastecimento local e regional, e ainda pela atividade comercial, uma vez que, a travessia do rio Paraíba do Sul, além de gerar divisas, colaborava para que os tropeiros alimentassem seus animais e a si próprios e



02

MATERIAL DO PROFESSOR

Considerações sobre a História de Paraíba do Sul

descansassem, o que acabava gerando lucro aos comerciantes. Era um ponto de parada obrigatório, dado esse obstáculo natural, de grande número de viajantes que transportavam produtos do Rio de Janeiro para o interior, bem como traziam o ouro de Minas para embarcar no porto do Rio. Além disso, havia ainda os festejos religiosos que acabavam por reunir diversas pessoas em suas celebrações, movimentando ainda mais a localidade.

Em suas terras, além de ouro e riquezas produzidas pelo comércio e pelas tarifas de passagem, foram também pregados os ideais de independência, a partir de células formadas ao longo do percurso, através do movimento de inconfidência mineira. Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, além de passar por Paraíba do Sul, hospedou-se na localidade de Sebolhas. Segundo destaca SILVA (1991)

Ana Mariana Barbosa de Matos foi uma mulher singular; educou todos os filhos e ela mesma tratava de os colocar. Era mulher revolucionária, fervorosa partidária das ideias liberais e, como tal, protegia tanto quanto possível o movimento que fez de Tiradentes um mártir. Por diversas vezes hospedou Tiradentes e era admiradora do credo que ele pregava, juntamente com seu irmão, o padre Paulo Manuel Barbosa, que foi cura em Santana de Sebolhas por muitos anos. (SILVA, 1991, P. 156-157)

Naquela localidade, a Coroa fez expor parte do corpo de Tiradentes, após sua sentença condenatória, como medida pedagógica para evitar conspirações futuras. Hoje, denomina-se Inconfidência, terceiro distrito da cidade e abriga um museu sacro-histórico dedicado ao mártir da inconfidência, sendo exibida, o que se acredita popularmente ser, a fração dos seus restos mortais outrora ali afixados, como destaca Dal Ri Júnior (2006)

com baraço e pregão, seja conduzido pelas ruas publicas dessa cidade a lugar da forca, e nella morra morte natural para sempre, e que depois de morto lhe seja cortada a cabeça e levada a Villa Rica a onde no lugar mais público della será pregada, em um poste alto até que o tempo a consuma, e o seu corpo será dividido em quatro quartos, e pregados em postes pelo caminho de Minas no sitio da Varginha e das Sebolhas a onde o réu teve as suas infames práticas e os mais nos sitios (sic) de maiores povoações até que o tempo também os consuma; (DAL RI JÚNIOR, 2006, p. 146)

Entretanto, somente com a chegada do café e, conseqüentemente, a riqueza por ele gerada, é que a Freguesia consegue ser elevada à condição de Vila, nos termos do Decreto de 15 de janeiro de 1833, que além de promover a elevação de uma série de Freguesias, também reordenou a província do Rio de Janeiro, nos seguintes termos.

A Regência, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, tendo em vista o disposto no art. 3.º do Código do Processo Criminal, decreta:





MATERIAL DO PROFESSOR

Considerações sobre a História de Paraíba do Sul

Art. 5.º A povoação da Parahyba fica erecta em villa, comprehendendo no seu termo as freguezias da Parahyba, e de S. José do Rio Preto, e os curatos de Cebolas, e Matosinhos (SILVA, 1991, p. 40)

A elevação à condição de Vila concedia às Freguesias autonomia política e administrativa, o que demandava a instalação dessa estrutura, representada pelas Câmaras Municipais. Entretanto, conforme indica Silva (1991), isso só foi concretizada em 15 de abril do mesmo ano, em razão do falecimento de Sua Alteza Paula Mariana Joana Carlota em 16 de janeiro. Deu posse aos edis a recém-instalada Câmara da Vila de Vassouras.

Segundo SILVA (1991, p. 39), “os habitantes em maioria oriundos das quase esgotadas minas de ouro. Havia também muitos mestiços, primeiro dos índios da região, depois dos negros trazidos para a lavoura do café”. O século XIX representou um momento de grande impulso desenvolvimentista da cidade em razão da alta lucratividade gerada pelo denominado ouro verde.

A cultura do café chega no Rio de Janeiro em 1760, através do desembargador João Alberto Castelo Branco, que trouxe a planta de Belém, diante de uma popularização do consumo da bebida, distribuindo esses exemplares entre proprietários de chácaras e religiosos, para cultivo em pequena escala.

Conforme Martins (2008), ainda que com o apoio do governo, a implementação dessa cultura contou com resistência dos senhores de engenho. O governo, tendo por base um modelo econômico agroexportador, buscava alternativas à concorrência do açúcar de beterraba, que acabou derrubando o preço internacional do produto. Na virada do século, o produto passou a ser cultivado em escala comercial, tendo suas lavouras se expandido para as regiões da Gávea, Corcovado, Tijuca, dentre outras

Nas três primeiras décadas do século XIX, essa cultura acaba se interiorizando. Esse processo se deu a partir das seguintes vertentes:

O primeiro se estendeu, aproximadamente a partir de 1820, de Laranjeiras, Tijuca e Serra do Medanha, na cidade do Rio de Janeiro, em direção à Serra Acima, no Vale do Paraíba. Desse primeiro eixo, a expansão se bifurcou: um braço pelo Caminho de São Paulo, buscando Barra Mansa e Resende, em terras fluminenses, e Bananal, Areias e Queluz, no Vale do Paraíba paulista; o outro, pelo Caminho Novo, demandando Paty do Alferes, Vassouras e Valença. O segundo eixo partiu de São Gonçalo e Itaboraí, pelo Caminho das Minas de Cantagalo, em direção a Nova Friburgo, Cantagalo, Aldeia da Pedra (Itaocara) e, mais tarde, em direção a Cambuci e São Fidélis. Na década de 1830, o café avançava pelo Rio Paraíba, acima de Entre-Rios (Três Rios) e Paraíba do Sul, para Sapucaia e Porto Novo. (SALLES, 2008, p. 139)

O desenvolvimento da cafeicultura no Vale do Paraíba encontrou clima adequado e solo fértil, o que garantiu uma alta produtividade. Os lucros exponenciais proporcionados por essa cultura provocaram, além do crescimento dessas vilas, a busca por terras cultiváveis nessa região, procedendo-se assim a derrubada de mata nativa diante da crença de que terras virgens garantiriam maior produtividade.



02

MATERIAL DO PROFESSOR

Considerações sobre a História de Paraíba do Sul

.A prática local demonstrara que os solos adequados para a cultura cafeeira eram os existentes nos morros de meia-laranja, típicos da paisagem do Vale e recobertos de mata virgem; os cafezais das terras baixas, apesar de vistosos, rendiam poucos frutos (MARQUESE, 2008, p.142)

Além de clima e solo, Martins (2008) discorre que outros fatores contribuiriam para o sucesso da atividade na região, tais como a capacidade adaptativa dos antigos engenhos em lavouras de café, uma necessidade menor de mão de obra que a atividade açucareira, bem como a disponibilidade de mão de obra e, aqui cabendo destacar, a capacidade de escoamento da produção pelas rotas que outrora serviram para o transporte do ouro ao porto do Rio de Janeiro.

O Vale do Paraíba Fluminense, e de modo especial, Paraíba do Sul, reuniam os fatores que possibilitavam o desenvolvimento dessa cultura, uma vez que o Caminho Novo passava pela Vila, sua proximidade com Minas facilitou a oferta de mão de obra escrava, diante de um quadro de declínio da atividade aurífera, possui clima e solo adequados.

Paraíba ainda contava com áreas de mata, consideradas terras devolutas, que poderiam ser utilizadas pelos fazendeiros locais para ampliar suas propriedades e áreas cultiváveis. Esse domínio de terra representava, também, domínio sobre os que nela habitavam ou que o pretendesse fazê-lo.

A existência de disputa por uma parcela de terra, às vezes um pequeno quinhão ou um córrego d'água, poderia significar o rompimento do frágil equilíbrio entre fazendeiros e subordinados, entre o chefe de família e seus parentes. Assegurar a vitória no processo não dizia respeito apenas à manutenção da parcela como parte integrante das terras pertencentes a um dos litigantes. Significava também, no caso dos fazendeiros, reforçar as relações de dominação sobre sua parentela. Ou seja, a disputa pela terra era também uma disputa por gente. A manutenção da área ocupada se consubstanciava na luta por preservar a condição de senhor e possuidor de terras ou no desejo de se constituir como um lavrador. (MOTTA, 1996, p. 79-80)

A propriedade da terra, além de ser uma forma de se medir a riqueza, também servia para a reafirmação do poder. Para ser considerado proprietário, era necessário a ocupação do lugar, cultivando e nele edificando, em um espaço de constantes disputas em decorrência da ausência de uma legislação agrária, que só será formada em 1850, com a Lei de Terras.

O Marquês de São João Marcos, que não mediu e nem demarcou as suas terras, presenciou o apossamento sucessivo entre pequenos e grandes posseiros (sesmeiro com situação de comisso) e arrendou outra grande parte delas. Outros fazendeiros ficavam do lado de pequenos posseiros, procurando limitar o desejo de expansão de seus pares, fazendo com que a pequena gleba apossada fosse transformada em marco territorial das terras de outrem. Os pequenos posseiros, aproveitando os embates, utilizavam o argumento de que teriam sido os primeiros a cultivarem as referidas terras. (INNOCENCIO, 2015)



02

MATERIAL DO PROFESSOR

Considerações sobre a História de Paraíba do Sul

Essas disputas pelo poder passavam pela assunção do papel de juízes de paz por fazendeiros, ou ainda através de violência e assassinatos. Tudo isso envolvendo sempre o fator terra.

Havia ainda as disputas entre arrendatários, posseiros e fazendeiros por esse direito de propriedade, que poderia resultar na ascensão social desse indivíduo. As disputas por terras remontam aos tempos de Garcia, e a busca de evitar conflitos agrários e, conseqüentemente, perda de propriedades se levanta como uma possibilidade dele não ter instalado, ainda no século XVIII, a vila em Paraíba, conforme autorização régia a ele outorgada.

O jogo de forças entre grandes arrendatários, pequenos arrendatários, fazendeiros e lavradores nos revela também como a luta pelo domínio da posse da terra era dinâmico. Esta luta está permeada por interpretações conflitantes sobre as práticas de arrendamentos e por esforços no sentido de subjugar arrendatários. (MOTTA, 1996, p. 120)

Essas disputas são marcas da sociedade sul-paraibana por séculos, intensificadas pela geração de fortunas proporcionadas pela cultura do café. O poder econômico, nesse sentido, acaba se tornando indissociável do poder político. A elite formada, então, buscará, com o destaque econômico da localidade em âmbito regional, sua autonomia político-administrativa, de modo que pudesse defender seus interesses e movimentar a máquina estatal nesse sentido.

Diante de um quadro de prosperidade econômica e de autonomia político-administrativa, a vida urbana da cidade começou a ser impulsionada, tendo sido, em razão disso, uma série de obras. Prédios públicos foram construídos, como a Câmara Municipal, o Fórum, a nova Igreja Matriz, bem como obras de pavimentação, calçadas, escolas, rede de esgoto, pontes.

A ponte da Parahyba, que teve sua construção cogitada ainda no período joanino, em 1818, serviria para facilitar a circulação de mercadorias e pessoas entre o Rio de Janeiro e Minas Gerais. Porém, tal obra só teve início em 1836, durante o período regencial. A Lei nº 6, de 28 de março de 1835, aprovada pela Assembleia provincial, que tratava da estrada do Porto da Estrela ao Rio Paraíba previa sua construção, na sede do município criado em 1833 e que despontava como uma das potências cafeeiras regionais.

Esse trabalho fora realizado, segundo Vasconcellos (2007) por homens livres e escravizados, sob orientação do engenheiro Júlio Frederico Koeler, tendo a cidade recebido cerca de 70 famílias para trabalharem no empreendimento, trabalhadores esses especialistas em serviços de canteiro, pedreiro e ferreiro.

Após dez anos de seu início, as obras ainda não haviam sido concluídas. Seus pilares restavam inacabados e se discutiam ainda questões estruturais. Tudo isso com recebimento de recursos provenientes do erário. Quando do reconhecimento da não conclusão da obra por parte do engenheiro Augusto Jeanne, em 1852, o Decreto nº 601 de 22 de setembro do mesmo ano, autorizou a rescisão de seu contrato e a conclusão da obra, de maneira mais vantajosa aos interesses da província, que já havia dispensado avolumados recursos em sua edificação.





MATERIAL DO PROFESSOR

Considerações sobre a História de Paraíba do Sul

Foi então contratado o comendador Irineu Evangelista de Souza para conclusão da obra, em 27 de abril de 1854, nos termos do publicado pelo relatório de presidente Luiz Antonio Barbosa

1º - a ponte seria feita segundo o sistema privilegiado de Dodgson com as modificações que fossem julgadas necessárias para sua conservação e maior segurança, ou por outro qualquer sistema congênere, tendo-se sempre em vista os quesitos segurança e durabilidade da obra;

2º - ela teria a largura que os pilares pudessem suportar e cada um dos lanços seria sustentado por cinco arcos paralelos, pelo menos;

3º - o empresário obrigava-se a fazer executar as obras de pedreiro para dar aos pilares e pegões já existentes a altura precisa de modo que pudessem receber a ponte: obrigava-se ainda a providenciar os reparos nas obras em pedra já terminadas;

4º - a ponte seria construída e transportada para o lugar onde seria colocada no prazo de dezoito meses contados da data do contrato, incorrendo o empresário na multa de três contos de reis por mês de atraso;

5º - pela execução da obra a província pagaria ao empresário as seguintes importâncias: sessenta e oito contos de reis depois de transportada a ponte para o local onde teria que ser colocada; e igual quantia depois que a obra se achasse definitivamente pronta para ser entregue ao trânsito público". (VASCONCELLOS, 2007)

Além da morosidade da obra, do dispendioso custo do empreendimento com recursos do erário, outra questão se levanta que é a relativa a abertura da Estrada União e Indústria e seu traçado excluindo seu percurso natural por Paraíba do Sul, que contava com uma ponte recém construída. Vasconcellos (2007) defende a ideia de uma não concorrência com a Estrada de Ferro D. Pedro II, por parte de Mariano Procópio, participante da Companhia União e Indústria, visando seus interesses e o de Minas Gerais, tomando atitudes, para isso, por ele consideradas desprovidas de ética.

Destaque-se ainda a chegada da ferrovia, em 1867, refletindo o bom momento econômico vivido pela cidade, cabendo aqui se levantar o questionamento do porquê a elite político-econômico não ter se valido de seu lobby para exigir passagem da Estrada União e Indústria, facilitando a circulação de pessoas e mercadorias e, de maneira especial, o escoamento do café. Com isso, a cidade contou com um acréscimo de população circulante.

Teria a elite local o interesse em não aumentar o número de circulantes, o crescimento da cidade e, conseqüentemente, a perda de suas terras? Em virtude de sua inauguração, a Vila contou com a presença de sua majestade o imperador Pedro II, demonstrando a força política da elite cafeicultora, sendo ainda um marco de desenvolvimento para a época.

Nos idos de 1871, mais especificamente no dia 20 de dezembro, por meio do decreto provincial 1.653, Paraíba do Sul foi elevada à categoria de cidade, título esse honorífico, em razão do papel de destaque que uma localidade poderia receber, por questões religiosas, econômicas ou políticas. Segundo Silva (1991) o título em nada interferiu na rotina da cidade, refletindo seu momento de forte desenvolvimento, chegando a seu auge entre 1880 – 1885.



02

MATERIAL DO PROFESSOR

Considerações sobre a História de Paraíba do Sul

Embora a cidade apresentasse tais patamares de desenvolvimento econômico, o que se revela é uma grande concentração de poder e renda nas mãos de poucos fazendeiros, detentores de cargos de destaque social e assento nas cadeiras da Câmara Municipal, em um cenário de grande desigualdade e concentração de renda.

O recenseamento de 1872, da Paróquia São Pedro e São Paulo, aponta que, de um total de 12.088 pessoas, apenas 1.629 eram alfabetizados. Desse total, 1.607 eram livres e 22 escravos. Quanto a escolarização, somente franqueada aos livres, apenas 206 crianças e jovens frequentavam a escola, enquanto 923 não o faziam. Pretos e pardos livres representavam 2.559 pessoas enquanto os escravizados eram 6.507, isso em um período que, segundo Innocencio (2015) a cidade já discutia a libertação de escravos.

Durante o período, o município ocupava, segundo Silva (1991) o quarto lugar na província em receita anual, sendo somente superado por Niterói, Campos e Valença, sendo os dois últimos maiores em extensão territorial que Paraíba do Sul. Sua importância econômica fica evidenciada pelo quantitativo de café produzido e pelo número de escravos que dispunha. Conforme informações do Almanaque Laemmert, de 1880, Paraíba do Sul tinha uma população livre de 16.311 habitantes e 21.288 escravos, registros esses referentes ao ano de 1887.

Como característica do período colonial, a cidade produzia em sistema de plantation, tendo um dos maiores quantitativos de escravos da província. Essa relação, entretanto, não restou pacífica, tampouco cordial. Pelo contrário, os escravos, assim como os indígenas de Paraíba do Sul resistiram. Innocencio (2015) realiza pesquisas no jornal Parahybano, constatando, a partir dos avisos nele estampados, que ofereciam recompensas por capturas, a fuga de 17 escravos no ano de 1869. É possível ainda que haja casos que não contaram com publicação nesse impresso, que tornaria esse número ainda superior, o que demonstra sua resistência.

Na continuação da análise desse levantamento, aponta que, dos fugitivos, a maioria era crioulos, ou seja, nascidos no Brasil, que representava mais que o dobro do número de africanos. Isso reforça a tese que o conhecimento do território era um fator facilitador no sucesso das fugas, bem como a cultura de fuga para quilombos e matas, transmitidas entre as gerações escravas nascidas no Brasil, alimentando e direcionando as ações nesse sentido.

Além da resistência, outro fator que deve ser destacado é o castigo físico, na prática ilimitado, praticado pelos senhores contra seus escravos. Essas punições devem ser entendidas como o estabelecimento de uma pedagogia do terror, onde, uma vez que o escravizado descumpria as determinações do seu senhor, seria castigado exemplarmente como forma de fazer com que ele e os demais não repetissem essa conduta, por seu senhor repugnada, bem como instrumento de reafirmação de poder e autoridade. O jornal Parahybano estampa, na edição de 25/11/1868, essa realidade.

Mao trato - Houve quem visse passar nesta villa um escravo, que, tendo fugido e sendo capturado, ia conduzido por modo selvagem: os condutores davão puxões nas partes delicadas para o fazerem



02

MATERIAL DO PROFESSOR

Considerações sobre a História de Paraíba do Sul

caminhar mais depressa, entretanto que o pobre crioulo estava visivelmente doente. Esta scena causou riso a alguns des-humanos; mas geralmente indignação. Não é o primeiro caso: já vimos dous destes conductores que querião que um crioulo algemado e velho seguisse ao passo largo das bestas que os mesmos cavalgavão; e só por intervenção nossa e de companheiros de viagem, tiverão de ceder. (INNOCENCIO, 2015)

Essas brutais expressões de violência, na prática, eram desmedidas, deixando evidente o tratamento cruel e desumano dispensado contra o cativo, a ponto de ser reprimido em alguns casos, por defensores da manutenção dessa sociedade escravocrata. Esse comportamento brutal, nas vésperas do natal cristão, foram registrados na edição do Parahybano de 23/12/1868.

Barbaridade

Sr Redactor - Tenha a bondade de levar ao conhecimento do público, dando inserção nas columnas de seu muito acreditado jornal ao seguinte e horroroso facto: No domingo próximo passado, à vista de Deos e todo mundo, e em pleno dia, foi barbaramente castigado em uma casa desta villa um pobre escravo, que, por ser muito notório o factio, não declinamos o nome do calcanico senhor, que só faltou bater com um malho, como em uma bigorna, nas fontes de sua vítima!... É sabido, Sr. Redactor, que taes castigos não podem ser infligidos em um lugar civilisado, onde há humanidade, e autoridades a quem se deve recorrer, quando os escravos commeterem grandes faltas, a fim de dar-se o competente correctivo. Assim, Sr. Redactor, V., como defensor da humanidade, há de permitir que eu me sirva deste meio para chamar a attenção das mesmas autoridades, a fim de que não se reproduzão factos tão bárbaros, que fazem lembrar os tempos inquisitoriaes, e que a civilização do século repelle. Fazendo-me este favor, Sr Redactor, muito obrigará ao seu constante leitor e Amigo da Humanidade (INNOCENCIO, 2015)

Além das fugas, conforme analisado nos impressos da época, devem ser destacados como forma de resistência o enfrentamento contra os senhores e aqueles que se colocavam a seus serviços, e ainda o suicídio, que tendo em vista a forte influência da moral religiosa no período não tinha o seu real motivo revelado, ou seja, uma forma de não se submeter, de libertar-se da condição de cativo, de protestar e denunciar, mas sim como ato de loucura ou embriaguez. É o que se depreende da notícia trazida no jornal O Agricultor, de 03/04/1873.

Suicídio

Hoje, 28 uma escrava do Sr. Jorge Mathias de Oliveira Junior, atirou-se à corrente impetuosa do rio, e foi submergida pelas águas. Tem sido baldados os esforços feitos pelos habitantes desta localidade em procura do cadáver. Atribui-se este crime a allucinação, e à embriaguez, a que quase sempre se entregava aquella infeliz. (INNOCENCIO, 2015)



02

MATERIAL DO PROFESSOR

Considerações sobre a História de Paraíba do Sul

Mesmo antes da abolição, em 1873, o processo de emancipação em Paraíba do Sul fazia parte dos debates sociais, tendo sido colocado em prática e compreendido como irreversível o fim da escravidão no país. A Lei nº 2040, de 28 de setembro de 1871 – A Lei do Ventre Livre – também foi responsável pela criação do Fundo de Emancipação de Escravos. A referida Junta foi constituída na cidade em 1873, assim publicado no jornal O Agricultor, de 06/04/1873:

Junta de emancipação

A Junta de emancipação do município de Parahyba do Sul, [...]: Faz público que no dia 6 do corrente mez de Abril, reunir-se-há no paço da Câmara Municipal desta cidade, para tratar da classificação para alforria dos escravos do município, e continuará em seus trabalhos até o dia 6 de maio, reunindo-se nas quintas feiras e domingos de cada semana. Faz saber outro-sim que aceitão-se informações de qualquer pessoa do povo para os trabalhos a seu cargo, tudo na forma do decreto n. 5135 de Novembro de 1872. Parahyba do Sul, 1 de abril de 1873 - O presidente interino da Câmara, Ladislau Accrisio de Almeida Fortuna. (INNOCENCIO, 2015)

Outros fazendeiros da região também passaram a gradativamente libertar seus cativos, uma vez que o movimento abolicionista contava com crescente adesão e as medidas legais tomadas em processo, ou seja, as Leis Eusébio de Queiros, Ventre Livre e Sexagenário demonstravam a construção gradual desse fim.

O caso mais emblemático da região é o de Mariana Claudina Pereira de Carvalho, a Condessa do Rio Novo, proprietária da Fazenda de Cantagalo, deixada em testamento para a irmandade a ser fundada após a sua morte, que se dera em 1882, a de Nossa Senhora da Piedade. Segundo o testamento da Condessa,

Os libertos formariam, naquela fazenda, uma colônia agrícola sob a denominação de Nossa Senhora da Piedade, onde seriam estabelecidas duas escolas para a educação dos menores da colônia e da circun-vizinhança. Foram distribuídos lotes de terras aos adultos para o cultivo de cereais, para a sua subsistência, e lotes de cafezais. A metade do café produzido pertenceria aos libertos e a outra metade à Irmandade. A administração e o governo da colônia ficaram sob a responsabilidade da mesa da respectiva Irmandade e a fiscalização seria feita pelo Juiz de Direito e pelo presidente da Câmara Municipal, para manter a ordem, a disciplina, a regularidade dos serviços e a fiscalização da receita e da despesa. (INNOCENCIO, 2015)

Não somente garantir a liberdade, a Condessa buscou também garantir um modo de sobrevivência para os seus cativos, garantindo a eles acesso à terra, tanto para produzir quanto para morar, bem como a escolarização de crianças, que na época era restrito inclusive para pessoas livres.



02

MATERIAL DO PROFESSOR

Considerações sobre a História de Paraíba do Sul

Foi ainda determinada a criação de uma casa de caridade, que pudesse abrigar crianças. Destaque-se ainda, que o Hospital de Paraíba do Sul foi fundado e até hoje é dirigido pela irmandade testamentada pela Condessa.

Embora fosse comum a libertação de cativos em testamento, o ato da Condessa do Rio Novo foi de grande importância para a cidade, principalmente em razão das suas obras sociais e refletem esse contexto abolicionista vivenciado. Essa política que não se observou com a assinatura da Lei Áurea, em 1888 pela Princesa Isabel.

Mesmo após o advento da Lei Áurea, como destaca VIEIRA (2000), a cidade permaneceu em papel de destaque na produção cafeeira. Entretanto, embora a cidade possuísse um importante papel na produção de café do Rio de Janeiro, houve um decréscimo de sua participação no cenário nacional no final dos oitocentos, o que, na concepção de VIEIRA (2000)[1], refletiu a decadência das lavouras do Vale do Paraíba Fluminense. Cabe destacar que, no entanto, a crise regional não pode ser reduzida exclusivamente a edição da Lei Áurea. Outros fatores concorreram para essa derrocada.

A cafeicultura fluminense atinge seu nível máximo de produção em 1882. A partir daí, assistimos à sua derrocada, cujas causas, oriundas desde 1850, estavam na continuação da adoção do escravismo (cada vez mais uma alternativa anti-econômica, dado que com o fim do tráfico, inclusive o interprovincial, o plantei ia envelhecendo), nas técnicas tradicionais na produção agrícola e com a devastação do solo virgem de maneira predatória, além da praga da formiga saúva e das pragas inesperadas de gafanhotos, de passarinhos, de ferrugem (que ocorriam sempre) e das chuvas torrenciais. (VIEIRA, 2000)

A área, então ocupada com a cultura do café acaba se transformando em grandes pastagens para a criação de gado, tanto de corte quanto de leite. A cidade chegou a ocupar papel proeminente na produção leiteira estadual, chegando a ter duas unidades de beneficiamento do produto, sendo uma privada e uma cooperativa.

Segundo dados da EMATER-RJ, no ano de 2017 os seguintes municípios fluminenses apresentaram a maior renda per capita anual na atividade leiteira, sendo levado em consideração para que se chegasse a esses índices o número de produtores envolvidos, preços praticados, produtividade dos rebanhos e tecnificação da atividade. São eles:

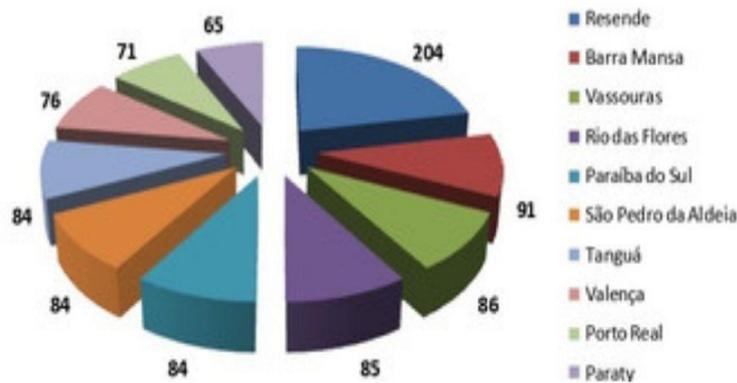


02

MATERIAL DO PROFESSOR

Considerações sobre a História de Paraíba do Sul

Municípios com maior renda per capita anual na bovinocultura leiteira no Estado do Rio de Janeiro (Mil Reais/ano).



Percebe-se que os maiores geradores de renda decorrente da atividade leiteira do Estado do Rio de Janeiro são os mesmos municípios que, no século XIX, foram os maiores produtores de café. O investimento em gado após o declínio dessa cultura no Vale do Paraíba Fluminense acabou levando muitos fazendeiros a investirem na criação de gado, que demandava menor investimento e mão de obra. Assim também o foi em Paraíba do Sul, ainda que, a partir de meados de 1990, o gado de leite tenha sido paulatinamente substituído pelo de corte, dado o baixo valor pago pelo produto pelas cooperativas.

A agricultura familiar passou a ser mais incentivada e gêneros como tomate, pimentão, abóbora e milho passaram a ser cultivados em propriedades de médio porte. Parte disso se deve aos incentivos e programas voltados à agricultura e ainda ao surgimento de programas voltados à agricultura familiar.

Ainda no campo da economia, seguindo a lógica dos anos iniciais da República e, principalmente da política de industrialização do governo Vargas, algumas fábricas começaram a ser instaladas na cidade, a saber, as ceramistas, têxteis e de móveis de aço.

Cabe destacar, em particular, a abertura da Cerâmica D'ângelo, em 1940. Essa indústria ceramista foi instalada nas proximidades do centro da cidade. Além do parque industrial, contava com vila operária, que acabava atraindo funcionários para desempenhar suas atividades laborais em troca, além do salário, de moradia. Elas, por suas vez, não contavam com abastecimento de água tratada como outros bairros da cidade, tampouco pavimentação das vias. O esgotamento se dava por meio do fossas, dada a inexistência de redes de coleta.



02

MATERIAL DO PROFESSOR

Considerações sobre a História de Paraíba do Sul

Além de trabalho e moradia, existiam um salão de eventos, que no final dos anos de 1990 foi transformado em escola municipal, e um campo de futebol, tendo sido formado, na década de 1950, um clube de futebol composto pelos diretores, encarregados e funcionários dessa indústria, denominado Esporte Clube Cerâmica. Hoje, o local onde se encontrava o campo deu lugar a uma fábrica de médio porte.

Segundo relato de Sebastiana da Silva Christo, sua mãe, Maria Pires de Carvalho foi funcionária da referida indústria. Na época, para conseguir trabalhar naquela olaria, foi condição que sua mãe levasse para lá trabalhar também a relatante e sua prima, Cleunice de Oliveira Ribeiro, ambas menores de idade e que, juntas, recebiam o salário de um adulto. Além do emprego, conseguiram também moradia e, por essa razão, tiveram que abandonar os estudos ainda nos anos iniciais de escolarização.

Esse fato não era isolado. Outro caso de trabalho infantil foi de Francisco Rangel de Christo, que ingressou na referida indústria aos nove anos de idade e que, também em razão disso, deixou de estudar, restando analfabeto até os dias de hoje. Trabalhou nessa empresa até aproximadamente seus oitenta anos de idade, quando a empresa encerrou suas atividades. O parque industrial deu lugar a condomínios, restando tão somente sua fachada.

Isso revela o quadro de ausência de leis trabalhistas, de proteção à criança e ao adolescente e da falta de políticas públicas de moradia, educação, dentre outras, não somente no país, mas em seu interior, principalmente em uma cidade que, a partir dessa leitura, se percebe reprodutora das desigualdades oriundas dessa sociedade escravocrata vigente em Paraíba do Sul.

Esse relato fora feito, e o continua sendo, por uma senhora de quase 91 anos de idade, casada com o senhor Francisco acima relatado, de mesma idade, que até hoje não dispõem de moradia própria e sobrevivem com suas aposentadorias de um salário mínimo nacional cada, contando ainda com suporte de familiares já que sr. Francisco, hoje, encontra-se acometido de Alzheimer. Tratam-se dos avós desse pesquisador.

As inúmeras indústrias ceramistas, a partir do final do século XX, passaram a enfrentar crises. Pode-se atribuir, dentre outros fatores, a emergência de legislação ambiental que disciplinou a utilização de lenha, usada nos fornos, bem como a extração de argila, matéria-prima dessas indústrias. Quase todas encerraram suas atividades, assim como a indústria moveleira em aço.

O setor de serviços então passou a ser o maior gerador de empregos da cidade, bem como o serviço público, o que levou muitas pessoas a deixarem a cidade em busca de melhores oportunidades em grandes centros urbanos, inclusive de capacitação e escolarização.

A única indústria que permanece em atividade, desde esse período de início de industrialização da cidade, é a Fábrica de Rendas Finas Paraíba S/A, que, entretanto, não emprega expressivo número de funcionários como outrora. Paralelamente, outras empresas de pequeno porte se instalaram na cidade, e duas de médio.





MATERIAL DO PROFESSOR

Considerações sobre a História de Paraíba do Sul

A cidade busca atrair empresários para nela estabelecerem seus empreendimentos, contudo, essa política realizada há décadas nunca alcançou os resultados esperados, ou seja, captar grande número de mão de obra e pagar bons salários. Por isso, algumas gestões vêm buscando fomentar o turismo, como forma de estimular o setor de serviços na produção de emprego e renda, atividade essa baseada na história e cultura, principalmente religiosa, através dos seus tradicionais festejos.

Esse trabalho de escrita historiográfica da História de Paraíba do Sul é de suma importância, em uma cidade onde qualquer cidadão que se dirija à biblioteca municipal e não encontra nela nenhum exemplar que a narre. Entretanto, ele merece ser realizado em, pelo menos, três eixos: do período pré-colonial até a chegada da cultura do café; das transformações ocorridas a partir da cafeicultura (século XIX) e da Proclamação da República aos dias atuais, de forma a possibilitar o aprofundamento e a discussão de temas sensíveis, problematizar diversas questões que se levantam e trazer para o debate e escrita de narrativas científicas aqueles que foram silenciados ou não ouvidos.

Paraíba do Sul não faz referência, uma memória sequer aos seus primeiros habitantes, por monumentos, nomes de bairros ou vias, ou mesmo possui um museu que mantenha essa memória, assim como a da escravidão. Sua população mais jovem sequer sabe sua história. Os esquecimentos na cidade parecem ser propositais. O monopólio de fontes que não permitem produzir narrativas sobre o local também! Ocultar para manter o poder, que outrora se dava pela terra, continua sendo a estratégia para evitar questionamentos, críticas ou possibilidade de inversão dessa ordem.

É o que se percebe e, ao mesmo tempo, se busca, a partir desse trabalho, romper, ao proporcionar a essa comunidade, tais elementos que possibilitem pensar e discutir criticamente o local e as relações nele existentes.

REFERÊNCIA:

Figueiredo, Rafael Rangel de; Parada, Maurício Alvarez Barreto. **História Local em sala de aula: (Re) contando a História de Paraíba do Sul-RJ.** Rio de Janeiro, 2022. 138p. Dissertação de Mestrado – Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.



02

MATERIAL DO PROFESSOR

INDICAÇÃO DE LEITURA

Amigo(a) professor(a),

Torna-se muito proveitosa, para melhor compreensão da dinâmica e organização do trabalho com História Local, a leitura dos dois artigos que seguem, a título de sugestão:

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; GARCIA, Tânia Braga. O trabalho histórico na sala de aula. *História & Ensino*, Londrina, 2003, v. 9, p. 223-242.

SCHMIDT, M. A.M.S. "O ensino de história local e os desafios da formação da consciência histórica". In: MONTEIRO, A.M/ GASPARELLO, A.M/ MAGALHAES, M. S. (Org.). *Ensino de História: sujeitos, saberes e práticas*. 1ªed. Rio de Janeiro: Mauad X; FAPERJ, 2007, v.1, p.187-198.



03

MATERIAL DO ALUNO

O Espaço como reflexo do contexto político e econômico

Atividade 1

Capítulo 3

A Villa da Parahyba

Dentro do patrimônio territorial que coube aos herdeiros do mestre-de-campo Pedro Dias Paes Leme formaram-se com a chegada do café muitas propriedades, e seus habitantes começaram a gravitar em torno da fazenda da Paraíba.

Era onde havia comércio com os viandantes do Caminho, que ali aguardavam a passagem na barca; no alto do morro se levantava a modestíssima matriz da Conceição da Santa Virgem e dos Santos Apóstolos São Pedro e São Paulo, em que os fregueses se reuniam para festas religiosas que a tradição portuguesa trasladou para o Brasil, e também por ocasião dos casamentos, batizados e missas.

A freguesia evoluía para povoado, sendo os habitantes em maioria oriundos das quase esgotadas minas de ouro. Havia também muitos mestiços, primeiro dos índios da região, depois dos negros trazidos para a lavoura do café. Em vista da dificuldade de resolverem seus problemas de legalização de terras e os demais de justiça, começaram eles a pleitear, e solicitaram em vão alguns anos, a elevação do povoado a vila, conforme fora concedido ao fundador, Garcia Rodrigues Paes, nos primeiros anos do Caminho. Mas somente conseguiram seu objetivo em 1833, pelo decreto de 15 de janeiro, que além de criar os primeiros municípios reorganizou toda a província. Desse decreto interessa especialmente o artigo 5º. É do seguinte teor, acompanhado da abertura e do fechos

"A Regência, em nome do Imperador, o Senhor Dom Pedro II, tendo em vista o disposto no artigo 3.º do Código do Processo Criminal, decreta:

Artigo 5.- A povoação da Paraíba fica ereta em Vila, com preendendo no seu termo as freguesias da Paraíba e de São José do Rio Preto, e os curatos de Sebolas e Matozinhos. Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, Ministro e Secretário d'Estado dos Negócios do Império, assim o tenha entendido e faça executar, com os despachos necessários.

Palácio do Rio de Janeiro, em 15 de janeiro de 1833, décimo segundo da Independência e do Império. (assinados) Francisco de Lima e Silva, José da Costa Carvalho, João Bráulio Muniz."

Criada a vila, era para instalar-se a Câmara Municipal dias após, o que não aconteceu por ter falecido a princesa imperial Paula Mariana Joana Carlota, a 16 de janeiro, tendo sido sus pensos os festejos. Assim, só a 15 de abril do mesmo ano fol instalada a nossa Câmara Municipal.



03

MATERIAL DO ALUNO

O Espaço como reflexo do contexto político e econômico

Atividade 1

Veio dar posse aos nossos vereadores o já empossado presidente da câmara da vila de Vassouras, Lauriano Corrêa e Castro, depois barão de Campo-Belo, em 15 de abril.

A primeira Câmara tinha sete vereadores, como fixava a lei, que eram os seguintes: Hilário Joaquim de Andrade, futuro barão do Piabanha e senhor da fazenda de Paraibuna, que por ter sido o mais votado foi o presidente; Antônio Barroso Pereira, depois barão de Entre-Rios, dono da fazenda de Cantagalo; João Gomes Ribeiro de Avelar, mais tarde barão e visconde da Paraíba, senhor da fazenda da Boavista; José Inocência de Andrade Vasconcelos, o conhecido coronel José Inocência, da fazenda da Várzea; Joaquim José dos Santos Silva, futuro sogro do conselheiro Martinho Campos, o qual herdou a sua fazenda de Matozinhos e chegou a ministro do Império; João José da Silva Leitão, senhor da fazenda da Laje; e José Cândido Fragoso, que possuía as fazendas Arca-de-Noé e Benfica, ambas hoje no território de Petrópolis.

"As onze horas do dia, achando-se presente o presidente da Câmara Municipal da Vila de Vassouras, Lauriano Corrêa e Castro, e o secretário da mesma Câmara, Salustiano Antônio Rodrigues, para o efeito de dar posse aos vereadores da Câmara da Vila da Paraíba..." Deixaram de comparecer, com causa, João José da Silva Leitão e José Cândido Fragosos. Os vereadores presentes, depois das formalidades de estilo, foram um de cada vez prestando o juramento de bem servir à causa pública, com a mão direita sobre um livro dos Santos Evangelhos. Empossados, assumiu a presidência Hilário Joaquim de Andrade.

Em seguida, o presidente da Câmara de Vassouras fez a seguinte fala: "Caiu por terra esse sistema maquiavélico adotado pelo despotismo, em que o Povo numeroso se via obrigado a mendigar a Povos vizinhos a Justiça que procurava. Se cada homem tem em si mesmo o órgão para expressar suas previsões, era injustiça manifesta procurar longe de si mesmo o Tribunal de sua representação. Se a Câmara é o órgão que comunica a vontade, e os sentimentos do Povo, cada um de nós já o possui no seu País Natal. Este passo vantajoso para o Brasil faz respeitar a mão benfazeja que o deus. Graças imortais sejam dadas à Assembléia que assim promove nossa felicidade.



03

MATERIAL DO ALUNO

O Espaço como reflexo do contexto político e econômico

Atividade 1

A Europa já olha com respeito para nossa Legislação; vereis se este benefício é grande, se é digno da inveja das Nações Estrangeiras, mas se torna tanto maior quanto os membros que compõem esta Câmara, ornados de qualidades brilhantes, animados de patriotismo, calçarão denodadamente todos os tropeços, que ofendam a liberdade. Princípios tão felizes anunciam resultado mais respeitável. Eu vos dou os parabéns, oh Paraibanos, eu me congratulo convosco pela sábia eleição que fizestes, a qual certamente mostrará suas vantagens em tempo oportuno. Resta, pois, que unamos nossos sentimentos patriotas, e que de mãos dadas trabalhem na Causa da Liberdade legal, na felicidade dos Povos, e livres do despotismo que ameaça nossa religião. Clamemos cheios de um prazer patriótico: Viva a Religião! Viva a Constituição! Viva o sr. Dom Pedro III! Viva a Regência! Viva a Câmara de Paraíba!"

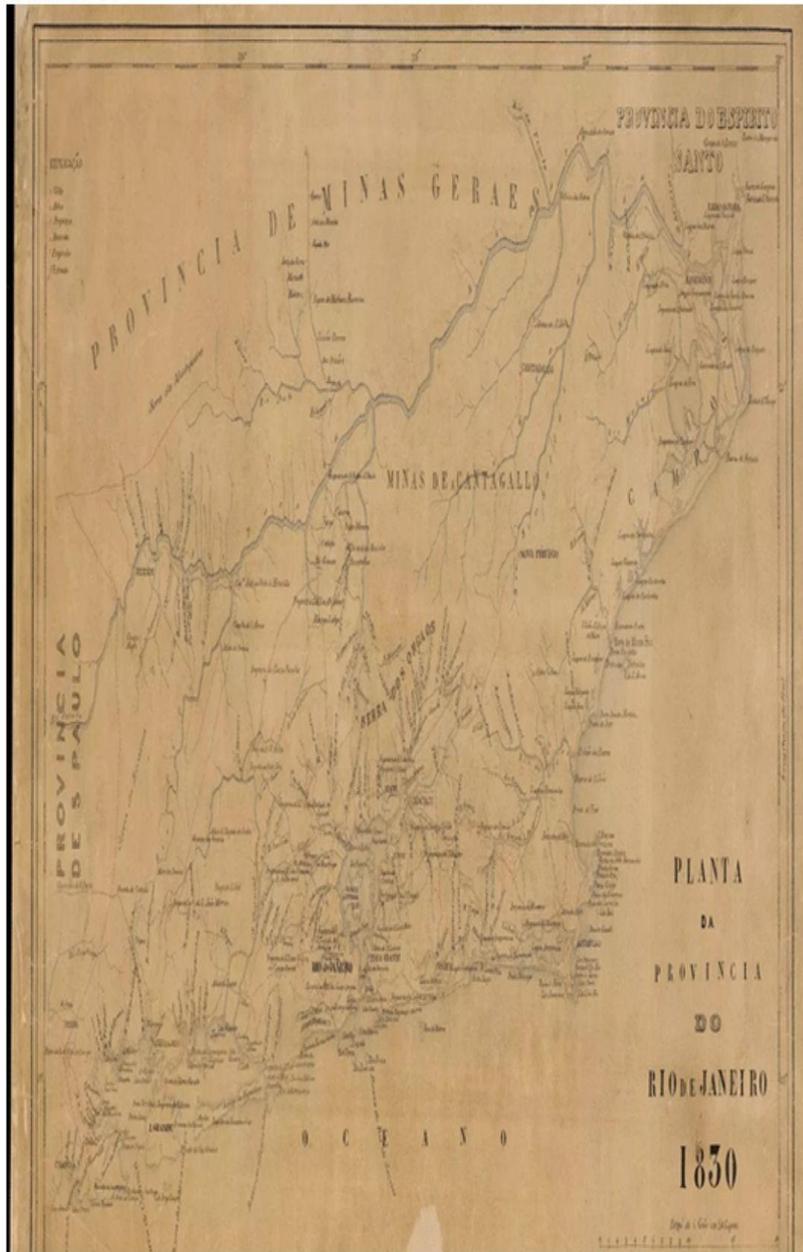


03

MATERIAL DO ALUNO

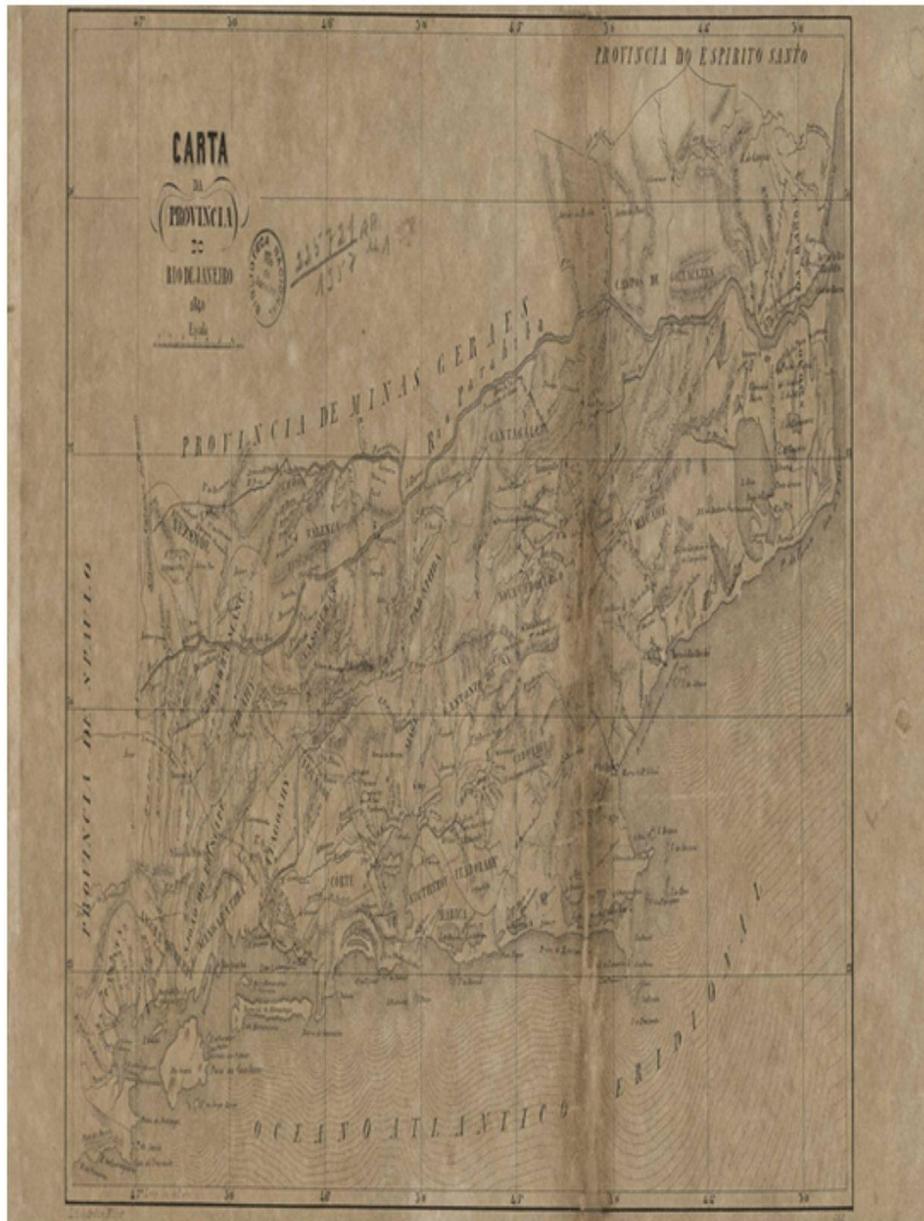
O Espaço como reflexo do contexto político e econômico

Atividade 1



Carta da Província do Rio de Janeiro 1840 disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart533099/cart533099.jpg

03

MATERIAL DO ALUNO**O Espaço como reflexo do contexto político e econômico****Atividade 1**

Carta da Província do Rio de Janeiro 1840 disponível em:
http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart1536985/cart1536985.jpg

03

MATERIAL DO ALUNO**O Espaço como reflexo do contexto político e econômico****Atividade 1**

FORMULÁRIO PARA FICHAMENTO			
LIVRO:			
EDITORA:		ANO:	
CAPÍTULO:			
PÁG	PRINCIPAIS IDEIAS		





MATERIAL DO ALUNO

O Espaço como reflexo do contexto político e econômico

Atividade 1

FORMULÁRIO DE ANÁLISE DE FONTE	
TIPO DE FONTE:	
OFICIAL?	
PRODUZIDA POR:	
DATA DA FONTE:	
PRINCIPAIS ASPECTOS OBSERVADOS	



03

MATERIAL DO ALUNO

O Espaço como reflexo do contexto político e econômico

Atividade 1

I

Por que Parahyba do Sul somente aparece no mapa de 1840?

II

A autonomia de uma determinada localidade se trata de uma questão política. A que fator pode-se atribuir a autonomia política de Parahyba do Sul?

III

A Partir de sua análise, redija um texto sobre a autonomia de Parahyba do Sul, com base nas fontes analisadas.



03

MATERIAL DO ALUNO

Relações de trabalho

Atividade 2

CENSO PARÓQUIA DE S. PEDRO E S. PAULO 1872

	Sexo	Almas	Branco	Pardos	Pretos	Caboclos	ANALFABETOS
LIVRES	Homens	3205	1882	927	890	6	1997
	Mulheres	2326	1079	864	878	5	1927
	TOTAL	5531	2961	1791	1768	11	3924
ESCRAVIZADOS	Homens	3687	*****	531	3106	*****	3620
	Mulheres	2870	*****	493	2377	*****	2865
	TOTAL	6507	*****	1024	5483	*****	6485
SOMA GERAL		12088	2961	2815	6251	11	10409

CENSO PARÓQUIA DE S. PEDRO E S. PAULO 1872 - OCUPAÇÃO FEMININA

	Professoras	Costureiras	Lavradoras	Criadas Jornaleiras	Domésticas	Sem Prof
LIVRES	5	140	354	17	142	1649
ESCRAVAS	***	84	1418	***	351	1022
SOMA GERAL	5	224	1772	17	493	2671

Recenseamento do Brasil em 1872 disponível em:
https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv25477_v10_rj.pdf



03

MATERIAL DO ALUNO

Relações de trabalho

Atividade 2

FORMULÁRIO PARA FICHAMENTO	
LIVRO:	
EDITORA:	ANO:
CAPÍTULO:	
PÁG	PRINCIPAIS IDEIAS



03

MATERIAL DO ALUNO

Relações de trabalho

Atividade 2

FORMULÁRIO DE ANÁLISE DE FONTE	
TIPO DE FONTE:	
OFICIAL?	
PRODUZIDA POR:	
DATA DA FONTE:	
PRINCIPAIS ASPECTOS OBSERVADOS	



03

MATERIAL DO ALUNO**Relações de trabalho****Atividade 2****I**

Como era denominado o sistema de produção adotado no Brasil, desde sua colonização até 1888 e quais eram suas principais características?

II

Qual era o principal produto da pauta de exportação brasileira na segunda metade do século XIX?

III

Defina o que é relação de trabalho?

IV

Qual era a participação das mulheres no mercado de trabalho de Parahyba do Sul? Em que trabalhavam? Que atividade agregava maior quantidade de trabalhadores e de que grupo social eram oriundos?

V

A Partir de sua análise, redija um texto sobre a relação de trabalho predominante no Brasil, de modo especial em Parahyba do Sul, levando em consideração os números analisados



03

MATERIAL DO ALUNO

Transformações urbanas e a relação público x privado

Atividade 3



Disponível em: <http://cclbdobrasil.blogspot.com/2015/07/e-assim-nasceu-paraiba-do-sul.html>



Disponível em: <https://www.valedosbaroes.com.br/e-book/ponte-da-parahyba/5>



03

MATERIAL DO ALUNO

Transformações urbanas e a relação público x privado

Atividade 3

(...) a ponte sobre o rio Paraíba no ponto em que deveria ser construída, era elemento imprescindível para a modernização das comunicações na zona a que haveria de servir, sendo parte integrante da estrada mais freqüentada da província e que estava em vias de ser melhorada de modo a tornar-se pelo menos carroçável.

As obras da ponte começaram efetivamente naquele mesmo ano de 1836 sob as vistas diligentes e confiáveis de Júlio Frederico Koeler. Trabalhavam no promissor empreendimento homens livres e escravos, notadamente ilhéus portugueses oriundos da Madeira e dos Açores, gente que depois espalhou-se pelo então vasto município de Paraíba do Sul, indo muitos deles afazendarem-se na rica freguesia de São José do Rio Preto, hoje município de São José do Vale do Rio Preto.

(...) passados dez anos, desde que começaram as obras da ponte em estudo, os trabalhos ainda cngatinhavam, pois que ainda não estavam concluídos todos os pilares de sustentação da ponte e ainda discutia-se se os arcos, vigamentos e estrada seriam de madeira ou de ferro.

A lei orçamentária n° 432 de 5 de junho de 1847 estabelecia no artigo 13 das disposições gerais que o presidente da província ficava autorizado a despender com as obras da continuação da ponte sobre o rio Paraíba, dentro dos créditos concedidos, a importância de 193:808\$808, conforme o plano apresentado pelo engenheiro Eugenio Augusto Jeanne, sendo a obra dada por arrematação a quem maiores vantagens oferecesse.

Com efeito o contrato com o engenheiro Jeanne foi firmado a 13 de dezembro de 1849, porém o tempo foi passando e ele não teve condições de cumpri-lo na sua inteireza.

O decreto n° 601 de 22 de setembro de 1852 autorizou o presidetendente da província a mandar concluir a ponte sobre o rio Paraíba em frente à vila deste nome, pela maneira mais vantajosa aos interesses da província, tão logo se desse a rescisão do contrato com Eugenio Augusto Jeanne.

A 6 de abril daquele mesmo ano (1854) o então comendador Irineu Evangelista de Souza apresentou proposta à presidência da província para a conclusão da ponte em estudo, a qual, depois de apre- ciada por Galdino Pimentel e por Henrique Halfeld foi aceita, dando origem ao contrato de 27 de abril de 1854, três dias antes da inauguração da estrada de ferro do porto de Mauá ao Fragoso e de Irineu Evangelista de Souza receber o título de Barão de Mauá.



03

MATERIAL DO ALUNO**Transformações urbanas e a
relação público x privado****Atividade 3**

(...) E ao fim e ao cabo a ponte da Paraíba do Sul nunca deixou de ser um elefante branco fosse no período da construção fosse na fase da conservação.

Conforme já ficou consignado (...), a ponte sobre o rio Paraíba diante da então vila do mesmo nome, ficou concluída e foi entregue ao trânsito público em dezembro de 1857. Menos de cinco anos depois ela já carecia de manutenção, máxime no que se referia ao seu soalho de pranchões de madeira, altamente vulnerável à ação do tempo.





MATERIAL DO ALUNO

Transformações urbanas e a relação público x privado

Atividade 3

FORMULÁRIO PARA FICHAMENTO	
LIVRO:	
EDITORA:	ANO:
CAPÍTULO:	
PÁG	PRINCIPAIS IDEIAS





MATERIAL DO ALUNO

Transformações urbanas e a relação público x privado

Atividade 3

FORMULÁRIO DE ANÁLISE DE FONTE	
TIPO DE FONTE:	
OFICIAL?	
PRODUZIDA POR:	
DATA DA FONTE:	
PRINCIPAIS ASPECTOS OBSERVADOS	



03

MATERIAL DO ALUNO

Transformações urbanas e a relação público x privado

Atividade 3

I

Qual foi a importância da construção da ponte da Parahyba?

II

A construção da ponte se deu no prazo e nos valores determinados?

III

Que importante nome da história nacional foi responsável pela conclusão da obra?

IV

Qual era o benefício previsto para quem concluiu a construção da ponte?

V

A Partir de sua análise, redija um texto sobre a importância econômica da Ponte da Parahyba e as particularidades de sua construção.



03

MATERIAL DO ALUNO

O sistema político e seus atores

Atividade 4

CONSTITUIÇÃO POLITICA DO IMPERIO DO BRAZIL (DE 26 DE MARÇO DE 1824)

Constituição Política do Império do Brasil, elaborada por um Conselho de Estado e outorgada pelo Imperador D. Pedro I, em 25.03.1824.

Carta de Lei de 25 de Março de 1824

([Veja Lei nº 234 de 1841](#))

Manda observar a Constituição Política do Império, oferecida e jurada por Sua Magestade o Imperador.

DOM PEDRO PRIMEIRO, POR GRAÇA DE DEOS, e Unanime Aclamação dos Povos, Imperador Constitucional, e Defensor Perpetuo do Brazil: Fazemos saber a todos os Nossos Subditos, que tendo-Nos requeridos o Povos deste Império, juntos em Camaras, que Nos quanto antes jurassemos e fizessemos jurar o Projecto de Constituição, que haviamos offerecido ás suas observações para serem depois presentes à nova Assembléa Constituinte mostrando o grande desejo, que tinham, de que elle se observasse já como Constituição do Império, por lhes merecer a mais plena approvação, e delle esperarem a sua individual, e geral felicidade Política: Nos Jurámos o sobreffo Projecto para o observarmos e fazemos observar, como Constituição, que dora em diante fica sendo deste Império a qual é do theor seguinte:

CONSTITUIÇÃO POLITICA DO IMPERIO DO BRAZIL.

EM NOME DA SANTISSIMA TRINDADE.

TTULO 1º

Do Império do Brazil, seu Território, Governo, Dynastia, e Religião.

Art. 1. O IMPERIO do Brazil é a associação Política de todos os Cidadãos Brasileiros. Elles formam uma Nação livre, e independente, que não admite com qualquer outra laço algum de união, ou federação, que se opponha à sua Independencia.

Art. 2. O seu territorio é dividido em Provincias na forma em que actualmente se acha, as quees poderão ser subdivididas, como pedir o bem do Estado.

Art. 3. O seu Governo é Monarchico Hereditario, Constitucional, e Representativo.

Art. 4. A Dynastia Imperante é a do Senhor Dom Pedro I actual Imperador, e Defensor Perpetuo do Brazil.

Art. 5. A Religião Catholica Apostolica Romana continuará a ser a Religião do Império. Todas as outras Religiões serão permitidas com seu culto domestico, ou particular em casas para isso destinadas, sem forma alguma exterior do Templo.

TTULO 2º

Dos Cidadãos Brasileiros.



03

MATERIAL DO ALUNO

O sistema político e seus atores

Atividade 4

CAPÍTULO VI

Das Eleições

Art. 90. As nomeações dos Deputados, e Senadores para a Assembleia Geral, e dos Membros dos Conselhos Gerais das Províncias, serão feitas por Eleições indirectas, elegendo a massa dos Cidadãos activos em Assembleas Parochiaes os Electores de Provincia, e estes os Representantes da Nação, e Provincia.

Art. 91. Têm voto nestas Eleições primarias

I. Os Cidadãos Brasileiros, que estão no gozo de seus direitos politicos.

II. Os Estrangeiros naturalizados.

Art. 92. São excluidos de votar nas Assembleas Parochiaes

I. Os menores de vinte e cinco annos, nos quaes se não comprehendem os casados, e Officiaes Militares, que forem maiores de vinte e um annos, os Bacharéis Formados, e Clerigos de Ordens Sacras.

II. Os fillos familias, que estiverem na companhia de seus pais, salvo se servirem Officios publicos.

III. Os crioulos de servir, em cuja classe não entram os Guardalimos, e primeiros caiveiros das casas de commercio, os Crioulos de Casa Imperial, que não forem de pelle branca, e os administradores das fazendas ruraes, e fabricas.

IV. Os Religiosos, e queesquer, que vivam em Communidade claustral.

V. Os que não tiverem de renda liquida annual cem mil réis por bens de raiz, industria, commercio, ou Emprego.

Art. 93. Os que não podem votar nas Assembleas Primarias de Parochia, não podem ser Membros, nem votar na nomeação de alguma Autoridade electiva Nacional, ou local.

Art. 94. Podem ser Electores, e votar na eleição dos Deputados, Senadores, e Membros dos Conselhos de Provincia todos, os que podem votar na Assembleia Parochial. Exceptuam-se

I. Os que não tiverem de renda liquida annual duzentos mil réis por bens de raiz, industria, commercio, ou emprego.

II. Os Libertos.

III. Os criminosos pronunciados em querela, ou decessa.

Art. 95. Todos os que podem ser Electores, abeis para serem nomeados Deputados. Exceptuam-se

I. Os que não tiverem quatrocentos mil réis de renda liquida, na forma dos Arts. 92 e 94.

II. Os Estrangeiros naturalizados.

Constituição do Império de 1824 disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm

03

MATERIAL DO ALUNO

O sistema político e seus atores

Atividade 4

MUNICIPIO DA PARAHYBA DO SUL. 177

Manoel Maximiano da Silveira, fazendas da Boa-Vista e Cereia.	Modesto José de Oliveira.
Manoel Pinto Cardoso, fazenda do Corrego do Lambury.	Moyssé José Pereira, Barra do Lambury.
Manoel Silvestre da Silveira, idem.	Padre Paulo Manoel Dias Codeço e Freitas, fazenda do Monte-Alegre.
Manoel de Souza Jordão.	Scraphim Tavares, Lambury, engenho do Pião.
D. Maria Angelica Telsceira Neves & Filhas, fazenda do Oliveira.	Silvestre José de Carvalho, faz. do Bom-Fim.
D. Marianna Vianna & Filhos.	Silvestre Soares de Carvalho.
Miguel Jorge & Irmão, fazenda do Bom-Successo.	Vicente Xavier Neves, faz. do Desengano.

XIX. — MUNICIPIO DA PARAHYBA DO SUL.

(Villa por Decreto de 15 de Janeiro de 1833, e installada em 15 de Abril do mesmo anno; elevada a Cidade por Lei Provincial n. 1,653 de 20 de Dezembro de 1871.)

Superfície em kilometros quadrados.	1,298,88	Ingenhos matriculados até 1877.	3,839
Habitantes por	13	Entrados	92
População livre	16,311	Mudados	110
Escolas de ambos os sexos	9	Fallecidos	1,213
Eleitores	57	Escravos matriculados até 1877.	21,288
		Fallecidos	1,883

1) FREGUEZIA DE S. PEDRO E S. PAULO (CIDADE).

(Criada por Alvará de 2 de Janeiro de 1856.)

Superfície 497,84 kilometros quadrados. Habitantes por kilometro quadrado 11. População livre 5,531. Escolas de ambos os sexos 4. Eleitores 11.

Camara Municipal.

Versadores.

Presidente. — Dr. Leandro Bezerra Monteiro.

Tenente coronel Antonio José Barbosa de Andrade.

José Ramos da Rocha e Silva.

Dr. Joaquim Bernardes Dias.

Narciso José Soares.

Miguel Ribeiro de Sá.

Manoel Pinto Ribeiro.

Augusto Cesar de Miranda Jordão.

Carlos Gomes de Aguiar.

Secretario.

Americo de Azevedo e Silva.

Procurador.

Dr. Vicente Aurelio da Costa Cabral.

Medico da Camara e Vaccinador.

Dr. Francisco Joaquim de Oliveira Santos.

Fiscal.

Theophilo de Azevedo Silva.

80

Porteiro.

Antonio José Moreira Ferro.

Juiz de Direito.

Dr. Scraphim Moniz Barreto.

Juiz Municipal e de Orphãos.

José Maria Vaz Pinto Coelho.

Substitutos.

1.º Mariano Antonio do Amaral.

2.º José Evaristo da Costa Cabral.

3.º Vago.

Promotor Publico.

Benedicto Cordeiro de Campos Valladares.

Curador-geral de Orphãos e Promotor Publico.

Dr. Benedicto Cordeiro de Campos Valladares.

Partidor e Distribuidor.

Olego Gomes Coelho de Albuquerque.

Partidor e Contador.

Clarimundo Mariano da Silva.

L 13

03

MATERIAL DO ALUNO

O sistema político e seus atores

Atividade 4

178

PROVINCIA DO RIO DE JANEIRO.

Porteiro dos Auditorios.

Luiz de Azevedo Coutinho.

Collectoria das Rendas Geraes e Provincias.*Collector.*—J.º Gomes Coelho'Albuquerque.
Escrivo.—José Gonçalves Ribeiro Braga.**Depositario Publico.**

Yago.

Escrivães e Tabellães de Notas.1.º Privativo de Orphãos. Ant.º Alves Filho.
2.º Privativo das Execuções e do Jury, Major
Damião José de Souza Guimarães, ⚔ 6,
⚔ 4, 7 e 9, passador de ouro.**Agente do Correio.**

Verissimo Joaquim Pacheco.

Delegado de Policia.

Dr. Candido José de Carvalho Lima.

*Substitutos.*1.º Manoel José de Medeiros.
2.º Francisco Furtado de Mendonça.
3.º José Gomes Vieira da Cruz.**Subdelegado de Policia.**

Francisco Furtado de Mendonça.

Substitutos.

1º 2º e 3º.—Yagos.

Juizes de Paz.1.º Miguel Ribeiro de Sá.
2.º Francisco Alves de Oliveira.
3.º Manoel Corrêa Abralho.
4.º Dr. Manoel Joaq.º de Azevedo Avellar.*Escrivo do Juizo da Paz e da Subdelegacia.*

Antonio José da Rocha.

Carcereiro.

José Nicolau de Souza.

Instrução Publica.*Superintendente.*

Dr. Leandro de Chaves e Mello Ratibona.

Inspector de Distrito.

José Moreira Castilho.

*Professores.*João de Deus Martins, Serraria.
D. Luiza Aurora Corrêa e Costa.**Delegado Consular de Portugal.**

Fernando de S. Brandão.

Vigario Collado e da Vara.

Conego Ignacio Felix de Alvarenga Salles.

Escrivo do Juizo Ecclesiastico.

Diogo Gomes Coelho da Albuquerque.

Advogados.Dr. Aristides da Silveira Lobo.
Dr. Demosthenes da Silveira Lobo.
Dr. Jeronymo Macario Figueira de Mello.
Dr. João Gonçalves Gomes de Souza.
Dr. José Gonçalves Viriato de Medeiros.
Dr. Leandro Bezerra Monteiro.
Dr. Leandro de Chaves Mello Ratibona.
Dr. Martinho Alvares da S.º Campos Filho.
Dr. Rufino Furtado de Mendonça.
Dr. Vicente Aurelio da Costa Cabral.**Solicitadores.**Bernardino Joaquim Pacheco.
Francisco Furtado de Mendonça.
João José da Rocha.
José Ignacio Vieira Machado.
Manoel Ignacio Vieira Machado.**Médicos.**Dr. Antonio Gomes Guacury.
Dr. Baldino Joaquim de Meneses. (Corres-
pondencia para a Estação da Parahybuna.)
Dr. Candido José de Carvalho Lima.
Dr. Decleciano Alves de Souza.
Dr. Firmino Rodrigues Silva.
Dr. Francisco Joaquim de Oliveira Santos.
(Vaccinador.)
Dr. Geraldo Barbosa Lima.
Dr. Jacintho Alvares Ferreira da Silva.
Dr. Jorge Rodrigues Moreira da Cunha.
Dr. Luiz Gomes Ribeiro de Avellar.**Pharmaceuticos.**Herculano José de Castro.
Jesuíno José dos Santos.**Agente de Leilões.**

José Dutra da Silveira.

Alguns dos mais notaveis Negociantes.Antonio Costa.
Antonio Domingues de Mello.
Domingos Randolpho Ferreira dos Santos.
Fernando de Souza Brandão.
Frederico de Souza Creder.
João de Campos de Oliveira.
Luiz Marques Pereira de Abreu.
Manoel Ferreira Pinto Bastos.
Manoel Joaquim de Siqueira.
Miranda & Souza.
Pedro Ignacio Ferreira & C.**Fazendeiros.**Dr. Antonio Gomes Guacury.
Antonio Jacintho do Couto.

03

MATERIAL DO ALUNO

O sistema político e seus atores

Atividade 4

MUNICIPIO DA PARAHYBA DO SUL. 179

Antonio Joaquim das Neves.	Major Jacintho da Cunha Lopes.
Tenente-coronel Antonio José Barbosa de Andrade.	Januario Jorge Machado.
Dr. Antonio Moreira Castillo.	João Jacintho do Couto.
Antonio Pinto de Oliveira.	Joaquim José Luiz.
Dr. Baldino Joaquim de Menezes. (Correspondência para a Estação da Parahybana.)	Com. ^{de} Joaquim Lucio de Figueiredo Lima.
Barão de Entre-Rios.	José Dias Mendes.
Barão de Santa Justa.	José Dutra Navarro.
Barão de S. Carlos.	Capitão José Pedro Guimarães.
Baroneza de S. Roque.	Comendador José Pinto Tavares.
Dr. Brax Pereira Nunes.	Lauriano Rodrigues de Andrade.
Domingos José Machado.	Manoel José Corrêa Tavares.
Domingos José de Sant'Anna.	Miguel Ribeiro de Sá.
Fidelis José de Souza.	Capitão Simão Dias dos Reis.
Firmino Alves Pereira.	Victorio Pereira Nunes.
	Viscondessa do Rio-Novo.

2) FREGUEZIA DE SANTO ANTONIO DA ENCRUZILHADA.

(Creda por Lei Provincial n. 830 de 25 de Outubro de 1855.)

Superfície 284,24 kilometros quadrados. Habitantes por kilometro quadrado 11.
População livre 2.968. Escolas de ambos os sexos 2. Eleitores 14.

Subdelegado.

Dr. Nicolau Antonio de Passos.

Substitutos.

- 1.º Jacintho José da Costa.
- 2.º Francisco Antonio Gonçalves Barbosa.
- 3.º Antonio de Paula Carvalho.

Juizes de Paz.

- 1.º Maximino da Costa Barros.
- 2.º Mariano de Paula Ribeiro.
- 3.º Dr. Leandro Bezerra Monteiro.
- 4.º Laurindo Quirino da Rocha.

Escrivão do Juizo de Paz e Subdelegacia.

Francisco Xavier Paes Leme.

Inspectores de Quarteirão.

1. João José da Silva Braga.
2. Jeronymo José da Silva.
3. Henrique Borges de Carvalho.
4. Candido José de Carvalho.
5. José dos Passos.
6. João Antonio Corrêa da Silva.
7. Pedro José da Rocha.
8. Manoel Borges.
9. Vago.
10. Antonio Vicente da Silva.
11. Alfonso Leilão.

Instrução Publica.

Inspector das Escolas.

José Soares.

Professores Publicos.José Antonio Moreira da Silva.
D. Rita Albertina dos Reis.**Professores Particulares.**Collegio de Preparatorio Santo Antonio.
Dirigido por Francisco Candido Augusto de Souza.**Professores de Musica.**João Nepomuceno Puzosa.
Antonio Guerra da Costa.**Agente do Correio.**

José Rodrigues Pereira.

Vigario Collado.

Bernardino Jorge.

Sacristão.

José Pessoa do Val.

S. de Musica e Dança «União e Progresso da Encruzilhada.»

Presidente. — Narciso José Soares.
Professor. — Antonio Guerra da Costa.
Secretario. — Sabino Daniel de Moraes Reis.
Theosoureiro. — Ant.º da Silva Pinh.º Galm.º.

Medicos.

Dr. Candido José de Carvalho Lima.
Dr. Deocleciano Alves de Souza.
Dr. Joaquim Bernardes Dias.
Dr. Joaquim Januario dos Santos Pereira.

Advogado.

Dr. Leandro Bezerra Monteiro.



03

MATERIAL DO ALUNO

O sistema político e seus atores

Atividade 4

180.

PROVINCIA DO RIO DE JANEIRO.

Cobrador da Barreira.

Luiz Folz.

Procurador.

Francisco Furtado de Mendonça.

Cobreadores.Jeronymo José da Silva.
Joaquim Moreira da Silva Machado.**Mascate.**

Antonio Jono.

Alfaiates.Joaquim Petroulli.
José Fungulhetti.
José Pessoa do Val.
D. Luiz Folz.
Nicolau Pelouza.**Sapateiro.**

José Passagem

Selleiro.

José Maria de Vasconcelos Antas.

Armador.

José Pessoa do Val.

Carpinteiros e Mestres de Obras.João Antonio Pereira de Souza.
João Joaquim dos Passos.
Joaquim de Freitas Brandão.
Wenceslau José Antunes.**Pedreiros.**Apollinário Thomaz Bastos.
João Moreira de Sales.
João Senhorinho.
Manoel Alves de Oliveira.**Serralheiros.**Felippe Campo.
Francisco José Gonçalves de Siqueira.**Oleiros.**Capitão Antonio de Azevedo Silva.
Dr. Deodéciano Alves de Souza.
Dr. Leandro Bezerra Monteiro.
Coronel Luiz Quirino da Rocha.
Manoel Borges da Costa.**Caieiras.**

Commend. Manoel Gomes Vieira da Cruz.

Negociantes.Antonio Gonçalves Ferreira.
Antonio José Maria Pimenta.
Antonio da Silva Pinheiro Guimarães.
Braga & Santos.
Domingos.
Hylário Alvares de Oliveira.Joaquim Antonio Gonçalves.
José Antonio Alves da Costa.
José Antonio Bastos.
José Antonio Peniche.
José Francisco Ferreira de Souza.
José Maria de Vasconcelos.
José Pinheiro Guimarães.
Julio Alberto Machado.
Luiz de Paula Fontes.
Paschoal Pierre.
Sabino Daniel de Moraes Reis
Vicente Augusto Leite de Souza.**Proprietários dos Arrayaes.**Antonio Gonçalves Ferreira
Antonio da Silva Pinheiro Guimarães.
Vigário Bernardino Jorge.
Dr. Deodéciano Alves de Souza.
Herdeiros de Domingos Paes da Costa.
Felippe Bernardes Dias Junior.
Dr. Francisco Quirino da Rocha Wernek.
D. Guilhermina Amalia Duffraer.
Jacintho Pereira Mendes.
Joaquim Dias Pereira.
José Antonio Alves Veiga.
José Antonio de Bastos.
José Passagem.
José Ribeiro da Silva Junior.
Julio Alberto Machado.
Luiz Farina.
Luiz Pereira.
Commendador Manoel Gomes Vieira da Cruz.
Mariano de Paula Ribeiro.
Dr. Randolpho de Oliveira Penna.
Santos & Irmãos.
Herdeiros de Thomaz Pereira de Souza.**Engenhos de socar café.**Antonio Lourenço Leitão.
Bernardo José da Fonseca Moraes.
Dr. Deodéciano Alves de Souza.
Herd.* de D. Felicidade Perpetua Pires do Val.
Francisco Antonio Gonçalves Barbosa.
Francisco Gomes de Aguiar.
Tenente Francisco Onofre de Carvalho.
Dr. Francisco Quirino da Rocha Wernek.
Francisco Teixeira de Souza.
Dr. Joaquim Bernardes Dias.
Commendador José Antonio de Castilho.
Tenente José Joaquim de Carvalho Lima.
Dr. Leandro Bezerra Monteiro.
Manoel Antonio Veneroti.
Manoel Borges da Costa.
Commend. Manoel Gomes Vieira da Cruz.
Mariano de Paula Ribeiro.
Herd.* de Mathias Bernardino Alexander.
Moreira & Ramos.

03

MATERIAL DO ALUNO

O sistema político e seus atores

Atividade 4

MUNICIPIO DA PARAHYBA DO SUL.

181

Nicolau Antonio dos Passos.
 Commend. Vicente Ant. da Silva Oliveira.
 Commendador Zeferino de Faria.

Engenheiros de Aguardente.

Afonso Lirio Guedes.
 Capitão Antonio de Azevedo Silva.
 Antonio José do Valle.
 Herdeiros de Claudiano José de Barros.
 Joaquim André Soares.
 José Antonio Alves da Costa.
 Commendador José Antonio Castilho.
 José Joaquim de Carvalho Lima.
 Alferes Laurindo Quirino da Rocha.
 Luiz Fois.
 Manoel Borges da Costa.
 Moreira & Ramos.
 D. Fuldora Ferreira da Luz.
 Viava de Diogo Pinto de Oliveira.

Fazendeiros.

Antonio de Azevedo e Silva.
 Antonio José Corrêa da Silva.
 Antonio José da Rocha Machado.
 Antonio Lourenço Leitão.
 Antonio Maria Duguet.
 Avelino José da Fraga.
 Bernardino José do Valle.
 Bernardo da Fonseca Moraes.
 Bernardo Gomes de Aguiar.
 Braz Ribeiro da Silva.
 Camillo Gomes de Aguiar.
 Dr. Decleciano Alves de Souza.
 Emilia Rosa da Fonseca Ribeiro.
 Herdeiros de D. Felicidade do Val.
 Herdeiros de Felipe Bernardes Dias.
 Felipe Bernardes Dias Junior.
 Fernando José de Souza Werneck.
 Francisco Antonio Gonçalves Barbosa.
 Francisco de Borja Coelho.
 Francisco Gomes de Aguiar.
 Francisco Onofre de Carvalho.
 Fulgencio de Paula Lima.
 Jacintho José da Costa.

Jacintho José da Costa Junior.
 João Jacintho de Almeida.
 João Jacintho da Costa.
 João Gonçalves Barbosa de Lima.
 João José da Silva Braga.
 Dr. Joaquim Bernardes Dias.
 Joaquim José Alves de Carvalho.
 Joaquim Moreira Macedo.
 José Antonio Alves Costa.
 José Antonio de Castilho.
 José Candido Pereira de Carvalho.
 José Floriano Judice.
 José Gonçalves Barbosa.
 José Joaquim de Carvalho Lima.
 José Joaquim de Medeiros.
 Fr. José Quirino da Rocha Werneck.
 Laurindo Quirino da Rocha.
 Dr. Leandro Bezerra Monteiro.
 Manoel Antonio Venerel.
 Manoel Arthur da Costa.
 Manoel Borges da Costa.
 Manoel Gomes Vieira da Cruz.
 Manoel José Henrique.
 Manoel de Paula Lima.
 Marcelino Teixeira de Abreu Sobrinho.
 Mariano de Paula Lima.
 Mariano de Paula Ribeiro.
 Herdeiros do Commendador Mathias Bernardino Alexander.
 Maximino da Costa Barros.
 Moreira & Ramos.
 Narciso José Soares.
 Nicolau Antonio dos Passos.
 Pedro Baptista da Rocha.
 Pedro de Carvalho e Almeida Chaves.
 Saturnino José dos Santos.
 Silverio José de Medeiros.
 Silvino José da Fraga.
 Simão Gomes de Aguiar.
 Torquato Gomes de Aguiar.
 Vicente Antonio da Silva, ⚔ 5.
 Vicente Augusto Leite de Souza.
 Zeferino de Farias, ⚔ 5.

3) FREGUEZIA DE N. SENHORA DA CONCEIÇÃO DA BEMPOSTA. (*)

(Creada por Lei Provincial n. 811 de 6 de Outubro de 1855.)

Superfície 138,10 kilometros quadrados. Habitantes por kilometro quadrado 30.
 População livre 4,088. Escolas de ambos os sexos 2. Eleitores 17.

4) FREGUEZIA DE SANT'ANNA DE CEBOLAS.

(Creada por Lei Provincial n. 153 de 7 de Maio de 1839.)

Superfície 378,10 kilometros quadrados. Habitantes por kilometro quadrado 10.
 População livre 3,724. Escola de ambos os sexos 1. Eleitores 15.

(*) Vide nota à pag. 40.

03

MATERIAL DO ALUNO

O sistema político e seus atores

Atividade 4

182

PROVINCIA DO RIO DE JANEIRO.

Subdelegado.

Vago.

Substitutos.

- 1.º Vago.
- 2.º Antonio Loureiro Caldas.
- 3.º Vago.

Juizes de Paz.

- 1.º Leonardo Dias Alves.
- 2.º Carlos José Mendes.
- 3.º e 4.º Vagos.

Escritão do Juizo de Paz e da Subdelegacia.

José da Silva Santos.

Fiscal da Camara Municipal.

Vicente Dorgos de Carvalho.

Instrução Publica.**Inspector das Escolas.**

José Augusto de Andrade Bastos.

Professores Publicos.Bonifacio José de Souza Quirino Junior.
Francisco Augusto de Figueiredo.**Vigario encomendado.**

Joaquim Ignacio Ribeiro.

Medicos.Dr. Augusto de Miranda Souza Gomes.
Dr. Bernardo Lopes de Azevedo Babo.
Dr. Carlos Antonio Hudson.
Dr. Ignacio Alvares da Silva.
Dr. Martinho Alvares da Silva Campos.
Dr. Norberto de Alvarenga Mafra.**Negociantes.**Agostinho da Meira Bastos.
Antonio Augusto Coelho.
Antonio Gonçalves Pereira.
Antonio José Martins Vianna.
Antonio Lourenço de Azevedo.
Costa & Sobrinho.
João Bernardo Wicher.
Joaquim Innocencio de Andrade.
José Ferreira Prado.
José Ribeiro de Bezende.
M. P. B. Cardoso & C.
Sampaio & C.
Saraiva & Pereira.
Valle Junior & C.**Fazendeiros.**D. Anna Joaquina da Conceição.
D. Anna Pereira Veloso.
Antonio Afra de Carvalho.
Antonio Candido Gonçalves.
Antonio Dias Lessa.
Antonio Ferreira de Lacerda.Antonio Francisco Nunes.
Antonio Gonçalves Pereira.
Antonio Jacintho de Almeida.
Herd. do Dr. Ant.º José Rodrigues Caldas.
Antonio José de Trê.
Antonio Loureiro Caldas.
Antonio Pereira de Queiroz.
Padre Antonio Rodrigues da Rocha.
Antonio Teixeira de Abreu.
Antonio Vicente de Carvalho.
Aureliano Arthur de Andrade Braga.
Conego Augusto Perreira de Lacerda.
Bento Teixeira de Abreu.
Bernardo Ferraz de Abreu, * 5.
Calthin Candido Gonçalves.
D. Candida Lopes do Carmo.
Carlos Augusto de Sá Leitão.
Carlos José Mendes.
Carlos José de Souza.
Cristiano Antonio de Souza.
Constança Maria Carida.
Domingos Marques.
Francisco Barbosa Teixeira.
Francisco Candido Gonçalves.
Francisco José de Freitas.
Francisco Machado de Avilla.
Herdeiros de Francisco Marques Corréo.
Guilherme Antonio de Carvalho.
Dr. Ignacio Alvares da Silva.
Jacintho da Cruz Alves.
Jacintho Maria de Carvalho.
João Bento Pereira.
João Bernardo Wicher.
João Ferreira Lelo.
João Francisco de Miranda.
Major João dos Santos de Araujo Lima.
João Triveira de Abreu.
Joaquim Antonio dos Passos, * 1.
Joaquim Antonio dos Passos Junior.
Major Joaquim Lopes do Babo.
Joaquim Lopes do Babo Junior.
Joaquim Mariano Gonçalves Barbosa.
Herdeiros de Joaquim Mariano dos Santos.
Joaquim Xavier da Silva Valle.
José Antonio da Cunha Braga.
José Antonio da Fonseca Nogueira.
José Dias Lessa.
José Joaquim Borgez.
José Luiz Figueira.
José Marques.
José Ribeiro de Bezende.
José Teixeira de Abreu.
D. Leopadia Maria dos Anjos.
Leonardo Dias Alves.
Leopoldino Candido Gonçalves.
Manoel Carlos Gonçalves Pereira Sobrinho.
Manoel Lopes Neves.



03

MATERIAL DO ALUNO

O sistema político e seus atores

Atividade 4

FORMULÁRIO PARA FICHAMENTO	
LIVRO:	
EDITORA:	ANO:
CAPÍTULO:	
PÁG	PRINCIPAIS IDEIAS



03

MATERIAL DO ALUNO

O sistema político e seus atores

Atividade 4

FORMULÁRIO DE ANÁLISE DE FONTE	
TIPO DE FONTE:	
OFICIAL?	
PRODUZIDA POR:	
DATA DA FONTE:	
PRINCIPAIS ASPECTOS OBSERVADOS	



03

MATERIAL DO ALUNO

O sistema político e seus atores

Atividade 4

I

O direito de votar, conforme a Constituição do Império de 1824, era garantido a todos? Justifique.

II

Quem é que participava do processo eleitoral brasileiro?

III

Com base nos documentos, qual grupo social participava da vida política de Parahyba do Sul? De que/quais grupos as autoridades constituídas, levando em consideração os documentos analisados, eram oriundos?

IV

As mulheres possuíam direitos políticos? Justifique

V

A Partir de sua análise, redija um texto sobre quem eram os eleitores e eleitos no processo político do século XIX e para quais grupos se dirigiam suas ações.



04

BIBLIOGRAFIA

- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: história, geografia / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasil: MEC/SEF, 1997. 166 p.
- _____. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: história / Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC / SEF, 1998. 108 p.
- BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.
- DAL RI JÚNIOR, Arno. O Estado e seus inimigos: a repressão política na história do direito penal. Rio de Janeiro: Revan, 2006.
- FONSECA, Selva Guimarães. Didática e prática do ensino de história: experiências, reflexões e aprendizados. Campinas: Papyrus, 2003.
- IBGE. Cidades, c2017. Página Inicial. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/paraiba-do-sul/panorama>>. Acesso em 23 de set. de 2018.
- INNOCENCIO, Isabela Torres de Castro. Memória de afrodescendentes no Vale do Paraíba: de colônia agrícola Nossa Senhora da Piedade a bairro de Vila Isabel. Lugar de memória, história e esquecimentos em Três Rios, 1882-1951. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.
- LEMOS, Marcelo Sant'Ana. O índio virou pó de café? Resistência indígena frente à expansão cafeeira no Vale do Paraíba. Jundiá, Paco Editorial, 2016.
- MARQUESE, R. B. Diáspora africana, escravidão e a paisagem da cafeicultura no Vale do Paraíba oitocentista. Almanack braziliense nº7, 2008
- MARTINS, Ana Luiza. História do café. São Paulo: Contexto, 2008.
- MOTTA, Márcia. Jogos da Memória. Conflito de Terra e Amnésia Social. Tempo: Revista do Departamento de História da UFF, 1998.
- MOTTA, Márcia Maria Mendes. Nas Fronteiras do Poder: Conflitos de Terra e Direito Agrário no Brasil de Meados do Século XIX. Campinas: Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP, 1996.
- RAMOS, Melissa Ferreira. Re-existência e ressurgência indígena : diáspora e transformações do povo Puri. Viçosa, 2017. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Viçosa.
- ROCHA, Helenice. Uma caixa de História Local nas mãos do professor. In: GABRIEL, Carmen Teresa; MONTEIRO, Ana Maria; MARTINS, Marcus Bomfim. Narrativas do Rio de Janeiro nas aulas de História. Rio de Janeiro: Mauad X, 2016. p. 129-145.
- RÜSEN, Jörn. Como dar sentido ao passado: questões relevantes de meta-história. História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography, Ouro Preto, v. 2, n. 2, p. 163–209, 2009.
- SILVA, Pedro Gomes da. Capítulos de história de Paraíba do Sul. Paraíba do Sul: Irmandade Nossa Senhora da Piedade, 1991.
- VASCONCELLOS, Francisco. A ponte de Paraíba do Sul. Série História nº12. Rio de Janeiro, 2007.

